

Cláudio da Silva Ribeiro

Movimentos Sociais e Educação – Rede de ações e letramento para o mundo





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Movimentos Sociais e Educação – Rede de ações e letramento para o mundo

Volume 1 – Módulo 1

Cláudio da Silva Ribeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



**Ministério
da Educação**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Adilson Florentino

UERJ - Vera Maria de Almeida Corrêa

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Cláudio da Silva Ribeiro

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Anna Maria Osborne

José Meyohas

Marcelo Bastos Matos

COORDENAÇÃO DE LINGUAGEM

Maria Angélica Alves

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jane Castellani

COPIDESQUE

Cristina Maria Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Luciana Nogueira Duarte

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Sanny Reis

ILUSTRAÇÃO

Eduardo Bordoni

CAPA

Eduardo Bordoni

PRODUÇÃO GRÁFICA

Fábio Rapello Alencar

Copyright © 2005, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

R484m

Ribeiro, Cláudio da Silva.

Movimentos Sociais e Educação. v. 1 / Cláudio da Silva Ribeiro.

– Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009.

154p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 85-7648-126-X

1. Movimentos sociais. 2. Genealogia. 3. Condutas coletivas.
4. Terceiro setor. 5. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

I. Título.

CDD: 303.484

2009/2

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieir Alves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

Movimentos Sociais e Educação – Rede de ações e letramento para o mundo

Volume 1 – Módulo 1

SUMÁRIO

Aula 1	– Conceito e tipologia _____	7
Aula 2	– Genealogia _____	21
Aula 3	– Condições estruturais, fatores individuais e situações favoráveis _____	33
Aula 4	– Condutas coletivas _____	47
Aula 5	– MST – Movimento dos Sem-Terra _____	63
Aula 6	– O MST – Movimento dos Sem-Terra – e a Educação _____	77
Aula 7	– Ajudando a construir a cidadania _____	91
Aula 8	– O Terceiro Setor e a responsabilidade social _____	105
Aula 9	– A Declaração Universal dos Direitos Humanos como referência filosófica às atividades dos Movimentos Sociais, do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social _____	117
Aula 10	– Os movimentos sociais do ponto de vista sociológico _____	131
Referências	_____	147

Conceito e tipologia

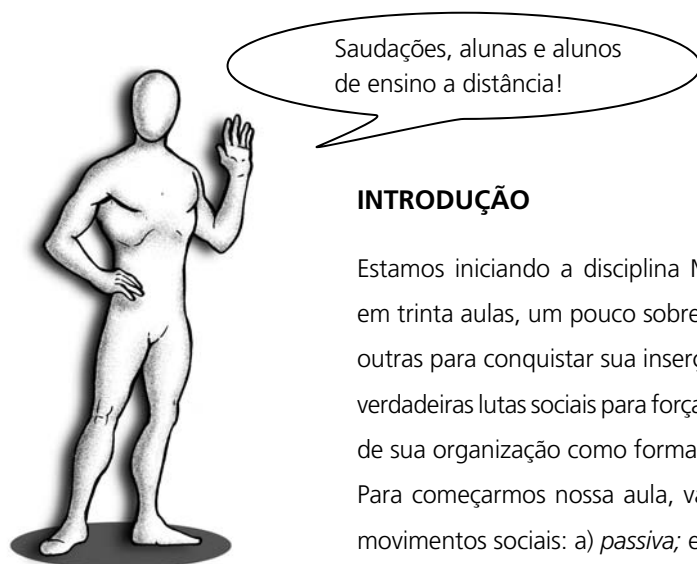
AULA

1

Meta da aula

Fundamentar conceitualmente o que se entende por Movimentos Sociais a partir de categorizações segundo:
a) ordem; e b) tipologia.

Ao final desta aula, você conhecerá conceitos sociológicos de Movimentos Sociais.



INTRODUÇÃO

Estamos iniciando a disciplina Movimentos Sociais e Educação. Falaremos, em trinta aulas, um pouco sobre o fato e a razão de pessoas se associarem a outras para conquistar sua inserção social, e sobre o fato de grupos travarem verdadeiras lutas sociais para forçar o reconhecimento sociopolítico e econômico de sua organização como forma de valorar sua expressão cultural.

Para começarmos nossa aula, vamos apresentar duas ordens específicas de movimentos sociais: a) *passiva*; e b) *ativa*.

Num segundo momento, trataremos das demais tipificações voltadas para o conceito Movimentos Sociais, de modo a ter uma concepção geral dentro de um quadro teórico mais amplo.

Por fim, apresentaremos algumas fases da constituição dos movimentos sociais.

AS ORDENS PASSIVA E ATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Você verá que há várias formas de conceituar e categorizar o que denominamos “Movimentos Sociais”. Mas, no que diz respeito à ordem de ação social, podemos dizer que há duas ordens bem definidas de movimentos sociais: a) uma *passiva* e b) uma *ativa*, conforme a seguir.



Concebemos o primeiro tipo de ordem dentro da nomenclatura *passiva*, pois, a forma pela qual o movimento social se articula para realizar seus objetivos ocorre de modo bastante tranqüilo. Trabalhos comunitários e de associações de bairro, grupos religiosos, ONGs e empresas voltadas para a responsabilidade social, cujos propósitos se endereçam para a multiplicação de bens e serviços sociais dentro de moldes e padrões determinados como um modo de vida tal qual o modo seguido pelas classes hegemônicas, são exemplos de movimento social de ordem *passiva*.

A ordem de movimento social *passiva* é aquela em que determinadas pessoas socialmente adaptadas se organizam de forma a ajudar outras menos privilegiadas, sem atritos sociais.

A ajuda refere-se à obtenção concreta de benefícios que asseguram valores erguidos e mantidos na legalidade instituída pelas relações de trabalho; valores esses voltados ao consumo, nos moldes capitalistas, sob o discurso do exercício da inserção social e da cidadania. É visto como um movimento social de ordem passiva, pois não se cria um atrito direto para mudar a organização social já estabelecida. Tenta-se manter alguns elementos socioestruturais de forma mais ampla, beneficiando uma determinada camada ou grupo social dentro de uma organização previamente estruturada (como uma escola, indústria ou mesmo o governo de um país). Por exemplo, na região de São Paulo, uma empresa brasileira do ramo de petróleo, por motivos econômicos, teve de construir um duto através de uma comunidade carente a fim de transportar produto químico de uma cidade a outra para industrializá-lo. A construção, a princípio, provocou muita insatisfação na comunidade. As casas por onde o duto passaria teriam de ser desapropriadas, e a comunidade seria dividida em duas partes, já que em determinado trecho seria necessário que o duto ficasse fora do solo para facilitar sua inspeção e manutenção. O perigo de a comunidade danificá-lo a curto, médio ou longo prazo poderia trazer prejuízos humanos e econômicos.

Todos esses fatores levaram a empresa a se envolver com a comunidade, elaborando atividades de responsabilidade social que dinamizassem a própria comunidade de maneira que esta viesse a se organizar coletivamente.

A partir de encontros entre profissionais da empresa e representantes locais, foi elaborado um trabalho educacional. A empresa levou para a localidade benefícios voltados para a saúde e a educação, empregando pessoas da própria comunidade para auxiliar nesses serviços bem como para a construção do duto. Nessas ações, a comunidade viu-se dinamizada por um movimento social que, uma vez gerido, iniciou uma usina de interesses da própria comunidade para manter os benefícios alcançados, vistos como conquistas erguidas em parceria com a empresa petrolífera. A comunidade, assim, alcançou uma nova ordem de vida. E isto, *uma nova ordem de vida*, é fundamental para caracterizarmos um movimento social:

Os movimentos sociais podem ser considerados como empreendimentos coletivos para estabelecer nova ordem de vida. Têm eles início numa condição de inquietação e derivam seu poder de motivação na insatisfação diante de uma forma corrente de vida, de um lado, e dos desejos e esperanças de um novo esquema ou sistema de viver, do outro (LEE *apud* LAKATOS, 1990).

Desta forma, você pode entender perfeitamente que um movimento social de ordem passiva ocorre devido à necessidade de mudanças, mas de acordo com a defesa de instituições que garantem e mantêm as estruturas hegemônicas.



Agora vamos falar de movimento social de ordem ativa. Esta ordem difere da anterior pelo fato de resistir e se contrapor à organização instituída. Coletivamente, atua de modo a concentrar sua agitação objetivando conquistar interesses concretos de forma a seguir um plano traçado para alcançar (o estabelecimento de) uma nova ordem.

Nessa direção, o movimento social de ordem ativa implica mudanças sociais não apenas no que diz respeito à inserção de pessoas dentro de estruturas já instituídas pelos valores hegemônicos, mas também no que diz respeito às mudanças na expressão cultural de tais valores, estabelecendo uma nova representação de vida e, por extensão, um outro modo de viver o cotidiano.

É o caso do Movimento dos Sem-Terra, o MST, cuja história veremos nas Aulas 4 e 5 com mais detalhes. No momento, não nos ateremos muito aos efeitos que suas ações parecem evocar no imaginário internacional. Ações cujas conseqüências chamaram a atenção de representações em todo o mundo e situaram o MST como referência de movimento social em todo o planeta. Entretanto, não deixaremos de mencionar um pouco o MST para ilustrar, a seguir, características do que denominamos movimento social ativo.

O MST é uma das maiores lições que podemos tirar da história dos movimentos sociais. Um grupo de pessoas humildes, vivendo na difícil realidade rural brasileira, diante dos problemas da falta de propriedade, iniciou um trajeto de união de interesses para resolver seus problemas de habitação. Ao empreender a luta pela reforma agrária, acabou entendendo que a conquista de todos os direitos sociais que compõem o que se poderia chamar de cidadania plena exige também uma reforma na Educação de seus participantes.

Nesse sentido, o MST é um movimento social ativo, pois, em sua luta, institui uma nova representação social, a dos “sem terra”, cuja cultura difere do modo de vida das classes hegemônicas e revela uma preocupação em transformar politicamente nossa sociedade de consumo.

Certa vez, em 1999, perguntamos ao líder do MST por que não se candidatava a uma cargo político em Brasília. A expressão de descontentamento tornou-se patente. Ele respondeu que o movimento representava uma força de expressão contrária a toda forma de organização já existente. A contraposição em seus propósitos fundamenta

uma nova forma de organização e, portanto, de representação social, de modo que, caso um de seus membros se candidatasse, reproduziria tudo aquilo o que o MST é contra. Por conta disso é que houve, na mesma época, um escândalo em torno de uma secretária do MST, ao posar nua para a revista *Playboy*. Ao se expor nua, ela quebrou, segundo o mesmo líder, os valores sociais do MST, vinculando-se à venda de imagem tal como orienta o mercado de produtos, próprio do sistema capitalista.

Essas curiosidades sobre o MST ilustram bem o que é um movimento social de ordem ativa, pois no cerne de seus princípios está o interesse em transgredir, como forma de protestar, o que é, a seu juízo, negativamente instituído. A Educação entre os membros do MST, por exemplo, ocorre em processo, com a participação de crianças, mulheres, jovens e idosos na construção de relações e consciências distintas do senso comum dito “majoritário” – alguém de vocês já viu alguma escola que reúna todos esses grupos num mesmo espaço de ensino, por exemplo?

A Educação dentro do MST, pelo fato de esse grupo específico estar voltado para a ação política em seus atos comuns, não exclui a participação de marchas, assembléias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações, reuniões em que se aprende e ensina o alfabeto, e, mais do que isso, o ato de ler e escrever a realidade e a vida, conforme veremos mais adiante (nas Aulas 4 e 5).

Assim, nesse primeiro momento, aprendemos de imediato que os movimentos sociais podem ser categorizados em duas ordens:

a) *passiva*, quando determinado(s) grupo(s) tenta(m) manter alguns elementos socioestruturais de forma mais ampla, na tentativa de ampliar certos benefícios sociais reconhecidamente instituídos;

b) *ativa*, quando determinado(s) grupo(s) tenta(m) romper padrões sociais instituídos de modo a criar atritos de ordem política, no afã de profundas transformações sociais.

Por fim, destacamos que a característica fundamental dos movimentos sociais compreende a união de pessoas no desejo de estabelecer *uma nova ordem de vida*, seja através de atritos, seja de forma coadunada com a legalidade instituída.

ATIVIDADE

1. Vamos refletir um pouco como a ação socialmente incomum pode nos causar um determinado estranhamento. Você já pensou ou participou de uma experiência de ensino entre alunos de diferentes idades? Caso não tenha tido tal experiência, você acredita que isso poderia ser educacionalmente proveitoso? Por quê? Ao responder, pense um pouco sobre o que a Pedagogia vem defendendo a respeito do convívio entre pessoas diferentes.

TIPOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Além de uma ordem, que chamamos ativa ou passiva, podemos também categorizar os movimentos sociais quanto ao seu tipo. Lakatos (1990), no capítulo XIV do seu livro *Sociologia geral*, explicita que grande parte das transformações sociais advém dos movimentos sociais. E divide estes últimos de acordo com uma “tipologia” específica:



a) Tipo Migratório

Sua característica principal é a insatisfação com sua sociedade de origem, independentemente se tal tipo de movimento social é composto por famílias ou indivíduos organizados em grupos. Os seus agentes migram na esperança de melhores condições sociais para um lugar totalmente diferente do local de origem.

Ex.: Os movimentos migratórios de nordestinos para o Sudeste do país, levando-os a um tipo de agregação representativa no Rio de Janeiro e em São Paulo.



b) Tipo Progressistas

Os membros do tipo progressista fazem parte de um segmento específico da sociedade (os que aspiram a mudanças pela sua ação) e, ao agir, forçam outros segmentos a modificar a estrutura social estabelecida, no afã de mudanças positivas. Também são chamados de liberais. Agem no desejo de mudar, numa atualização social permanente contrapondo-se a regras, leis e tradições existentes.

Ex.: Sindicalistas, partidos políticos, comunidades eclesiásticas.



c) Tipo Conservacionistas ou de Resistência

Caminham exatamente na contramão dos progressistas, isto é, não somente resistem às reformas e mudanças, como procuram, até mesmo, retornar à ordem anterior as obras sociais conquistadas.

Ex.: Grupos que se manifestam contra a legalização do aborto e do divórcio; ecólogos desejosos de um retorno ao naturalismo maculado pelo mundo altamente industrializado.



d) Tipo Regressivos ou Reacionários

Movimentos sociais que reúnem indivíduos insatisfeitos com mudanças e almejam restabelecer as condições sociais que antes imperavam. Segundo Lakatos (1990), esses indivíduos formam grupos a partir “do descontentamento e de tendências de determinada mudança” (p. 296).

Ex.: Ku Klux Klan, neonazistas, Tradição, Família e Propriedade (cuja proposta se fundamenta em princípios “puristas” da família cristã).

e) Tipo Reformistas

Movimentos sociais cujos membros primam por introduzir o que acreditam ser o melhor para a sociedade à qual pertencem, sem alterar as estruturas básicas estabelecidas. Dependendo do tipo de sociedade em que se encontram, seus membros acabam por enfrentar grandes resistências ou incentivos para sua dinâmica. A resistência é inevitável em sociedades de regime autoritário, onde mudanças advindas da participação do consenso coletivo se contrapõem, natural e indubitavelmente, à tirania. Por outro lado, o mesmo consenso coletivo é desejável nas sociedades de governo democrático. Logo, na democracia, os movimentos sociais de natureza reformista são essenciais para a atualização de sistemas estruturais societários.

Ex.: Movimentos feministas, homossexuais, ou mesmo o movimento abolicionista durante o período do Império.



f) Tipo Expressivos

Grupos que, longe de propor transformações na sociedade em que se encontram, direcionam-se a realizar transformações em sua própria percepção e reações frente ao que é socialmente conflitante, desagradável e confinante.

Ex.: Movimentos religiosos: como o Hare Krishna e o Messiânico.



g) Tipo Utópicos

São compreendidos como movimentos separatistas, pois fecundam uma realidade paralela à que se vive, numa dinâmica de idealização social. Livros como *A República*, de Platão, e *A cidade de Deus*, de Santo Agostinho, retratam o desejo humano de viver dentro de situações utópicas. Assim, esse tipo de movimento social se caracteriza pela fuga da realidade, criando um discurso para fundamentar uma sociedade ideal.

Ex.: O movimento *hippie*.



h) Tipo Revolucionários

Movimentos sociais que se organizam para combater o que é socialmente conflitante, desagradável e confinante. Os grupos que se formam dentro desse tipo de movimento social desejam mudanças rápidas e saem em campo para romper com a ordem hegemônica para conquistar seus interesses.

Ex.: IRA.



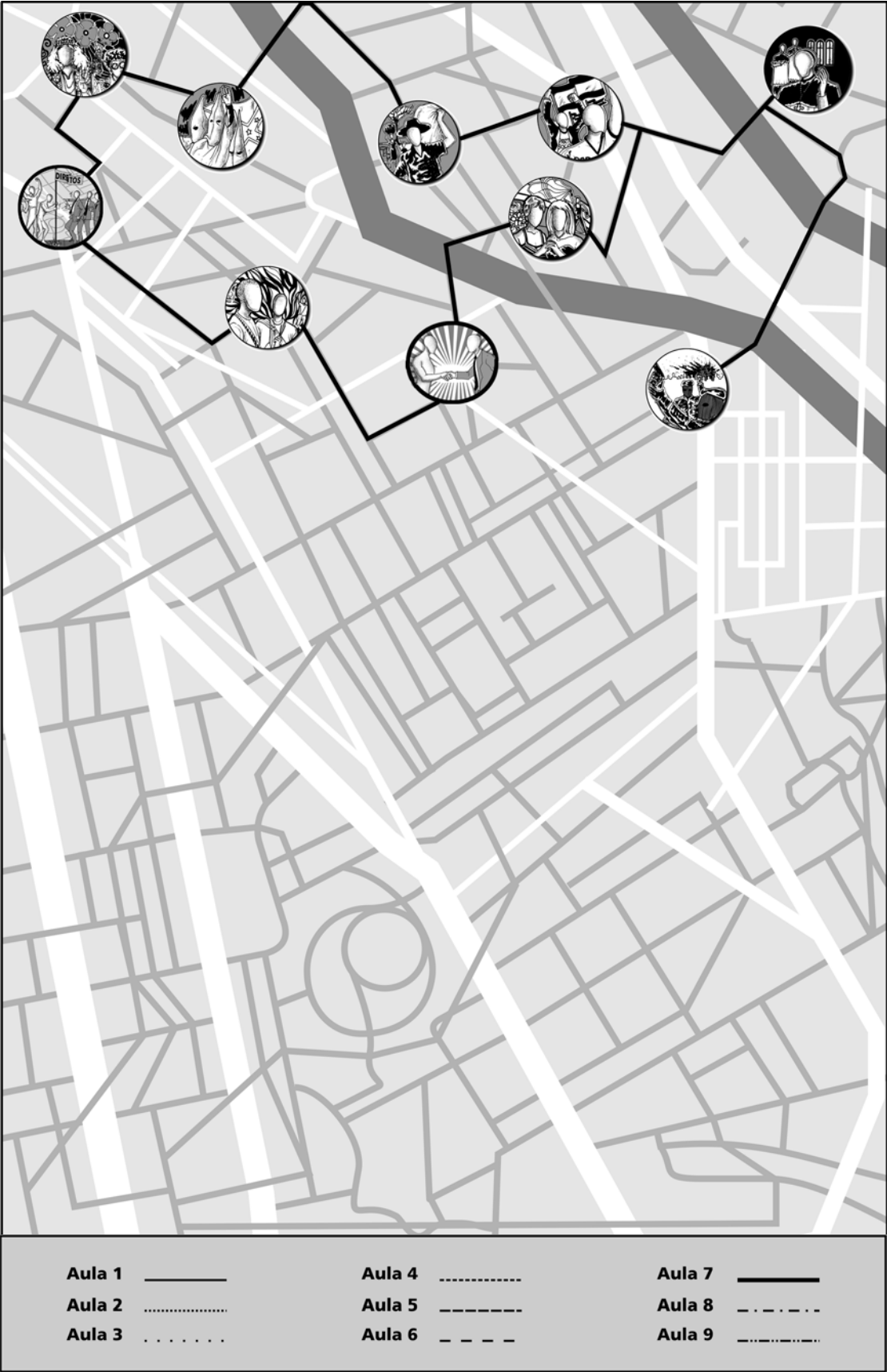
Assim, conforme vimos em Lakatos (1990), os movimentos sociais se dividem em diferentes tipos, de acordo com suas características específicas: migratórios; progressistas; conservacionistas ou de resistência; regressivos ou reacionários; reformistas; expressivos; utópicos; revolucionários.

Cada um desses tipos citados tem natureza específica que tende a ser de ordem passiva ou ativa, segundo vimos no item anterior.



CONCLUSÃO

Entende-se facilmente, portanto, que não há movimento social sem descontentamento social. Neste último, pessoas necessariamente compartilham uma mesma sensação de inadequação e injustiça. Diante da impossibilidade de se adaptarem dentro dos mecanismos vigentes, e compartilhando um sentimento comum, pessoas se unem articuladamente na gerência de ações capazes de afetar os mecanismos dos sistemas sociais para viabilizar sua inserção social. Alguns agem numa ordem ativa, pois querem mudar o sistema político-social. Outros agem dentro de uma ordem passiva, no sentido de que não aspiram a mudanças no modo como a sociedade se encontra estruturada, apenas tentam a inclusão de pessoas marginalizadas no sistema vigente.



Dessa forma, o contato (ou relação) entre pessoas que compartilham um mesmo tipo de sentimento é crucial para a formação dos movimentos sociais. Sem uma identificação com um mesmo tipo específico de sentimento, na procura de encontrar uma resolução em termos de ação em grupo, a futura eficácia da articulação política e social de um determinado movimento poderá ser muito duvidosa.

RESUMO

Nesta primeira aula apresentamos, em linhas gerais, que os movimentos sociais decorrem do fato de que pessoas se associam a outras para agir de modo a forjar transformações sociais em suas vidas.

Inferimos os movimentos sociais se distinguirem em duas ordens: a) *passiva* e b) *ativa*. A primeira ordem (*passiva*) se caracteriza pelo fato de pessoas se dinamizarem para agir de modo a se inserirem socialmente nos mecanismos estabelecidos hegemonicamente, e a segunda ordem (*ativa*), numa dinâmica contestadora da realidade inventada e vivida pelas classes dominantes.



Dessa forma, verifica-se, conforme Lakatos (1990), uma tipologia de acordo com a categorização da natureza específica dos movimentos: a) migratórios; b) progressistas; c) conservacionistas ou de resistência; d) regressivos ou reacionários; e) reformistas; f) expressivos; g) utópicos; e/ou h) revolucionários.



Os movimentos do tipo migratório não resistem à ordem social na qual se encontram. Ocorrem de maneira que as pessoas mudem de moradia na expectativa de alterarem seu padrão de vida. Os progressistas, por sua vez, ensinam transformações nos segmentos sociais a que pertencem. Os conservacionistas ou de resistência fazem frente às mudanças e desejam que tudo permaneça do jeito que está, mediante a ameaça de mudanças. Os regressivos propugnam um retorno à ordem anterior à já conquistada. Os reformistas intentam introduzir melhoramentos sem interferir na estrutura básica socialmente estabelecida. Os expressivos propõem realizar mudanças de significados a partir da alteração de sua própria percepção e reação frente à realidade. Os utópicos projetam idéias de forma a idealizar transformações desejáveis e se caracterizam por uma fuga do real vivido. Por fim, os revolucionários agem de forma a substituir a realidade existente por outra totalmente diferente.



ATIVIDADES FINAIS

No momento, contudo, pensemos sobre as seguintes questões:

1. Como você categorizaria o MST – Movimento dos Sem-Terra –, pelo pouco que dele citamos anteriormente, de acordo com a ordem e a tipologia apresentadas?

2. E o Presidente Lula, cuja história de vida nos revela um líder político articulador, carismático na liderança dos metalúrgicos e de todos os operários? Como você veria sua ação dentro das categorizações aqui apreendidas?

3. Na sua região, qual movimento você crê ser importante realizar? Em que ordem e tipo? Por quê?

AUTO-AVALIAÇÃO

Pensando na importância do fato de que uma pessoa sempre age para conquistar melhorias à sua sobrevivência, e pelo que conhece de si mesmo, você se diria capaz de se engajar – e até mesmo de ser um líder de um movimento social –, objetivando uma melhoria de vida?

Leituras recomendadas

FORACCHI, Marialice M; MARTINS, José S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1990.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Economia como religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Genealogia

AULA

2

Meta da aula

Continuar a desenvolver conceitualmente o que se denomina "Movimentos Sociais".

objetivo

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

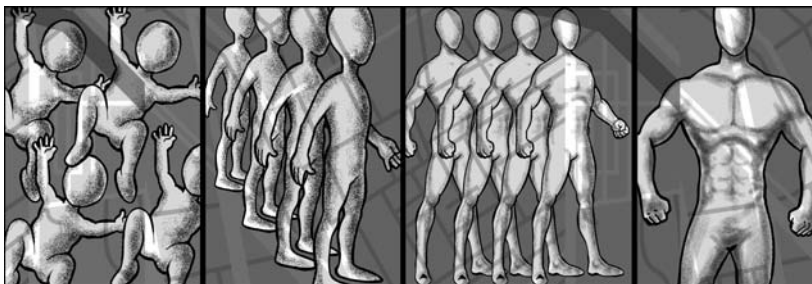
- Estender conceitos teóricos sobre os Movimentos Sociais no que tange ao seu desenvolvimento estrutural.

Pré-requisito

Aula 1.



FASE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

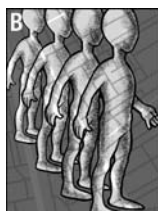


Nesta segunda aula vamos falar um pouco sobre o desenvolvimento da formação dos movimentos sociais. Segundo Lakatos (1990), há diferentes estágios em que podemos classificar o seu desenvolvimento estrutural. Essa autora acredita que todos os movimentos sociais passam pelos mesmos estágios em sua gênese constitutiva, sendo eles: a) agitação; b) excitação; c) formalização; d) institucionalização.

Vamos ver agora cada um desses estágios em suas determinadas especificidades:



Agitação – Segundo a autora, é um estágio prolongado em que a população, apesar de insatisfeita, nada faz em termos de ação rumo à união de grupos para o alcance de seus propósitos sociais, “talvez por não saber atuar” (p. 298). E, em vez de identificarmos nesse estágio a semente da inquietação, nota-se uma intensificação das tensões em face das obrigações do cotidiano.



Excitação – A intranquilidade existente no estágio anterior, generalizada e vaga, totalmente sem direcionamento para alcançar metas, dá lugar a uma canalização das tensões vividas por determinados grupos. Aparece, então, a importância do líder, cujo discurso dá sentido e propósitos para que determinadas coletividades sigam num mesmo endereçamento para a ação de transformação na dinâmica

social de que fazem parte. O líder será aquele capaz de engendrar nas pessoas o desejo de compartilhar uma transformação social. Tal estágio é breve, pois a liderança capaz defende um discurso competente, cuja clareza de estratégias e fortes apelos levam os participantes ao interesse de dividir suas forças e alcançar sua reta mobilização. Do contrário, o líder incompetente leva os membros inicialmente interessados à perda de interesse e à desmobilização.



Formalização – Lakatos (1990) admite que alguns grupos podem não prescindir de formalização. Cita os grupos migratórios como sendo aqueles que não carecem de uma organização para direcionar os passos de sua ação. Em contrapartida, outros grupos dependem de uma ideologia, uma moral ou, ainda, uma significação sólida, para justificar sua ação numa direção específica de seu movimento socialmente transformador. Nesse sentido, a solidariedade torna-se o espírito da direção comum dos diferentes participantes de um mesmo grupo, na identidade de uma ideologia unificadora. É o caso dos sem-terra, em que homens e mulheres, velhos, jovens e crianças, todos, enfim, dividem o mesmo sentimento solidário de fazer um movimento social capaz de forçar as representações governamentais a reconsiderar o que foi feito, o que se vem fazendo e o que se fará em termos de reforma agrária. Assim, podemos dizer que a formalização dos movimentos sociais é fundamental para o direcionamento, a justificação, o instrumento de ataque e de defesa, a inspiração e a esperança (LEE *apud* LAKATOS, 1990, p. 298) com o intuito de que os propósitos ideológicos dos movimentos sociais tenham êxito.



Institucionalização – É o estágio em que ocorre a notoriedade social da identidade e ideologia dos movimentos sociais. De modo geral, o carisma dos primeiros líderes é substituído pelo profissionalismo de representantes capazes de conduzir os movimentos dentro de sua institucionalidade.

Em tal estágio, “o Estado atua para desestabilizar e/ou desmobilizar o movimento” (*ibid.*). Contudo, caso um movimento social obtenha sucesso frente a essa tentativa do Estado de desmobilizá-lo, sua legitimidade social, através da institucionalização, pode perdurar indefinidamente; por exemplo, através de cooptação de dirigentes de movimentos sociais por políticos, para a manutenção de poder de determinados partidos.

Conforme Lakatos (1990), um movimento social pode não se consolidar, caso seus membros não ultrapassem esses quatro estágios comuns para a formação de um movimento social. Até alcançar o último estágio (o de institucionalização), de modo sólido e competente, e em defesa de seus propósitos contra a atuação desestimuladora do Estado, os movimentos sociais podem facilmente diluir-se, se não houver um líder carismático e/ou profissional capaz de agir tacitamente para direcionar a ação de um grupo desejoso de mudanças sociais.

ATIVIDADE



1. Baseado no que foi falado na aula anterior, em que fase ou estágio você categorizaria o MST - Movimento dos Sem Terra?

Geralmente o Estado apresenta uma atuação desestimuladora frente aos movimentos sociais que se propõem a atualizá-lo administrativa e economicamente. E isto devido ao fato de que o Estado age como uma instituição já socialmente consolidada, cuja estrutura, operada em sistemas (sistema de saúde, de educação, de habitação etc.), deve ser incorporada à vida dos cidadãos. Mas note que, conforme temos explicado, os movimentos sociais decorrem exatamente das insatisfações de parte da população a respeito da ineficácia de tais sistemas. Muitos desses sistemas não realizam na prática o que propõem em tese.

A não ser que um movimento social atue dentro de uma ordem radicalmente passiva – como no caso de muitas ONGs fomentadas por diferentes sistemas da estrutura governamental, tais quais centros de apoio à escola, à criança, aos idosos etc. –, o que muitos ativistas intentam com um movimento social é ir contra sistemas socialmente ineficazes em seus propósitos. Os ativistas, portanto, desejam uma alteração na estrutura social. Logo, não é estranho o Estado, de modo geral e em seu papel administrativo, desestimular as ações de um movimento social que advém do agrupamento de membros de uma determinada comunidade que defendem seus interesses, visando a uma melhor qualidade de vida.

Assim, observamos mais uma contradição do Estado, pois não é o exercício da cidadania o libelo dos governos atuais? Não é exatamente um povo consciente, capaz de produzir um pensamento crítico que alimente a prática cotidiana e seja por esta última retroalimentado? Um povo capaz de produzir sua própria realidade social seria, portanto, não somente o arauto de decisões governamentais, mas também o legislador e operário das mudanças estruturais? O próprio Paulo Freire (1967) insiste que não é a educação que muda a sociedade – a educação é a expressão da sociedade –, mas é o envolvimento político da educação que torna possível visar a mudanças nas estruturas políticas e econômicas. Mas o diferente parece sempre ameaçar. O diferente, mesmo sem querer, parece alterar algo, ameaçando “rebanhos”, “carneiros” e “pastores”...

Uma vez institucionalizado, enfim, um movimento social deverá ser coerente em seus princípios para não perder a direção a partir da qual se fez o desejo de transformar a realidade social, e se tornar mais uma dinâmica social contraditória em sua prática!

Entende-se facilmente, portanto, por que não há movimento social sem descontentamento social. Neste último, pessoas necessariamente compartilham uma mesma sensação de inadequação e injustiça social. Diante da impossibilidade de se adaptarem dentro dos mecanismos vigentes, e compartilhando um sentimento comum, pessoas se unem articuladamente na gerência de ações capazes de afetar os mecanismos dos sistemas sociais para viabilizar sua inserção social, através de um modo cuja ordem poderá ser passiva ou ativa.



Dessa forma, o contato (ou relação) entre pessoas que compartilham um mesmo tipo de sentimento é crucial para a formação dos movimentos sociais. Sem uma identificação com um mesmo tipo específico de sentimento na procura de encontrar uma resolução em termos de ação em grupo, a futura eficácia da articulação política e social de um determinado movimento poderá ser muito duvidosa.

O êxito dos movimentos sociais depende não somente da competência, através da qual líderes se demonstrarão capazes de direcionar o descontentamento percebido coletivamente, sem cair na incoerência do discurso ideológico inicial, a fim de assegurar uma

consistência moral ao grupo, mas, fundamentalmente, na capacidade de pessoas carismáticas mediar o agrupamento de pessoas por intermédio de uma significação comum diante de um mesmo tipo de sentimento; um sentimento inicial e teoricamente engendrado pela “injustiça social”: o sentimento de abandono.

A consistência moral, assim, torna-se fundamental no que tange à idoneidade sólida da identidade grupal. E, a partir de um tipo de sentimento comumente compartilhado – de acordo com uma ideologia que funcionará como bússola para a ação de um determinado movimento –, observamos que pessoas se inclinam a agir em grupo na defesa de seus interesses. A tendência para um tipo de ordem (passiva ou ativa) de comportamento dá corpo e solidifica a personalidade do grupo, numa tipologia específica, e, através dos resultados de sua ação frente ao que socialmente entendem como sendo injusto, desenvolvem (ao longo de estágios) a consolidação de um movimento social.

Portanto, além do desejo de transformação social, um outro fator predominante para entendermos a gênese dos movimentos sociais é a possibilidade ou a impossibilidade de ascensão social. Naturalmente, não há insatisfação sem o fato de as pessoas comparem seu modo de vida com as demais. Na matemática da comparação entre o que tenho e o que outro tem; entre “o que consigo ter” e “o que outro consegue alcançar”, além de tantas outras subtrações de saldo pessoal negativo, pessoas desenvolvem um sentimento de injustiça. Na falta de perspectiva para a obtenção de coisas materiais e para o alcance de qualidade de vida, cidadãos reconhecem por fim o seu “abandono social”. Todos esses fatores são determinantes para o desenvolvimento dos movimentos sociais.

ATIVIDADE



2. Quais as características fundamentais de um líder para que um movimento social venha a consolidar-se?

Pensar no que são socialmente capazes de conquistar, segundo uma projeção social através da qual vislumbram alcançar privilégios materiais (pelo que imaginam poder obter, como determinadas melhorias em moradia, informação e consumo), determina os significados de que serão coletivamente erguidos em termos de classe social; significados coletivamente constituídos, num sentimento comum, composto em grupo diante das injustiças sociais. Enfim, na impossibilidade da mobilidade social, pessoas poderão se unir para dividir o seu sentimento de injustiça; o sentimento de serem abandonadas pelo Estado. Nesse sentido, tem início a união de sujeitos, cuja ação poderá se voltar para um mesmo fim: lutar pelo que acreditam ter direito por serem cidadãos de uma mesma ordem pública.

Como exemplo de análise conceitual do que temos visto até agora, com relação aos movimentos sociais, considere a classe a que você pertence: a de professores. Pense conosco: no Brasil, é notório o sentimento de insatisfação dos professores em face de seus salários. Mesmo pertencendo a um sindicato que garante determinados direitos à classe docente, dificilmente encontraremos um professor satisfeito com o salário que ganha. Podemos dizer, portanto, conforme aprendemos, que o sindicato dos professores, na defesa de seus interesses, funciona dentro de uma ordem passiva, numa tipologia reformista e já totalmente institucionalizada. Nem por isso deixa de ser movimento social, pois todo sindicato tem esse perfil: a organização de pessoas para o estabelecimento de uma nova ordem (ou ajustes) de vida.

Por outro lado, entre tantos outros problemas da sociedade brasileira, o número de pessoas que sobrevive de subempregos levou muitos cidadãos a terem a favela como única forma de aquisição da casa própria. Nas favelas, é patente o sentimento compartilhado de injustiça e abandono social. Em defesa de direitos, muitas associações de bairro foram fundadas com o objetivo de comunidades inteiras alcançarem melhorias em termos de qualidade de vida. O fenômeno do exemplo do morro da Mangueira, de cujos trabalhos se destacam dinâmicas artísticas, esportivas e educacionais, retrata o fato de sua assistência estar estruturada como um movimento social de ordem passiva, dentro de uma tipologia progressista e reformista, num estágio sólido de institucionalização. O morro da Mangueira, enfim, graças a seus projetos e atividades variadas, tornou-se um modelo de movimento social desejável “aos olhos” do Estado.

Mas nem todos os exemplos são de sucesso e adequação social. Ao contrário, muitos militantes de movimentos sociais podem cair no isolamento social. No afã de permanecerem inovadores, numa reforma social revolucionária, acabam por situar sua ação de maneira a marginalizar o que há de legal, negando a institucionalização de regras hegemônicas. Como um “espelho social”, esses movimentos tentam “refletir”, enquanto porta-vozes de classes desprivilegiadas, o significado social do senso comum dessas pessoas que se sentem socialmente abandonadas. De certo modo, os movimentos sociais denunciam como essas pessoas são marginalizadas e excluídas, pois, se assim não fosse, por que estariam reclamando sua inserção? Portanto, reconhecer o esforço desses grupos militantes de movimentos sociais confere uma situação delicada, pois tal reconhecimento compreende aderir ao pensamento de que transformações sociais são inevitáveis, não somente porque há pressões que movimentam a opinião pública de autoridades regionais e do mundo, sobretudo porque implica reconhecer que há pessoas vivendo na miséria e na falta de informação e referencial, e que tal situação não pode mais continuar do jeito que está. Enfim, reconhecer tais exigências de mudanças sociais, dentro do contexto político mundial, implica também fomentar a atuação política de perfil democrático, mas, sabemos, teoricamente a democracia é um longo discurso que poderá se demonstrar muito diferente na prática. Contudo, mais do que nunca, se faz necessário realizarmos mudanças já.

Na discussão entre interesses hegemônicos e interesses de minorias, o que se tem são tensões de força. Por isso, nem sempre (ou quase nunca...) é fácil o governo aderir a decisões decorrentes das insatisfações coletivas. Veja o que ocorre com os direitos dos aposentados, as longas filas do INSS e, principalmente, com o montante líquido do salário mínimo. As estruturas sociais, através da governabilidade, pois, em sua dimensão política e socioeconômica, encontram-se completamente amarradas aos amplos interesses das dinâmicas de mercado e de ideologias que compete à escola reproduzir para assegurar sua manutenção.

A rede do mercado de consumo se constitui da seguinte forma: produção industrializada de mercadorias a consumir e trabalhadores capazes de produzir e de consumir produtos, isto é, de pessoas potencialmente educadas para compartilhar da produção e do consumo de mercadorias. É nessa direção que a escola tem papel de destaque: é

dentro de sala de aula que se inicia a inserção social, como um rito pelo o qual toda criança e jovem desta nação deverão necessariamente de passar para aprender valores e multiplicá-los ao longo da vida.

Entendendo que os movimentos sociais decorrem de insatisfações coletivas, devemos começar a pensar na relação dos movimentos sociais e na escola como aparelho ideológico por excelência, já que, em seu espaço físico, pessoas se desenvolvem no sentido psicossociológico. Na escola, aprendemos o que falar, como agir e socialmente atuar. Por outro lado, os movimentos sociais sustentam necessariamente a defesa de melhorias sociais, erguida no desejo de transformações. Como os movimentos sociais poderiam se associar à educação, uma vez que esta prima por reproduzir o que já está reconhecido institucionalmente?

Essa pergunta deverá ser respondida até o final do curso, mas merece desde já o nosso interesse, pois, por conta de sua complexidade, não é fácil respondê-la.

RESUMO

Nesta segunda aula, apresentamos o pensamento de Lakatos (1990) quanto às quatro fases para a formação de um movimento social. São essas: a) a agitação, b) a excitação, c) a formalização, d) a institucionalização.

Essas fases acima compreendem, na verdade, estágios decorrentes do desejo coletivo engendrado nas pessoas para transformar a realidade social em que vivem. Tratamos, assim, de uma genealogia (razão, ou raiz explicativa, a partir da qual um determinado fenômeno “nasce”) dos movimentos sociais.

Tornamo-nos cientes de que os movimentos sociais não raro resultam de um sentimento dividido coletivamente. Sentimento derivado da insatisfação de um determinado desconforto diante de uma circunstância social desagradável e pendente de solução (a agitação); de um momento consequente, no qual são identificados determinados focos de inquietude, pelo que o espírito de solidariedade frente a mudanças emerge de forma direcionada (a excitação); de um estágio em que a solidariedade citada se desenvolve moral e ideologicamente para o planejamento da ação em grupo (a formalização); e, por fim, o *status* de sobreviver como entidade que o Estado passa a reconhecer como agente social capaz de atuar positivamente na sociedade (a institucionalização).

Finalizando, nesta segunda aula, analisamos com você alguns modelos de movimentos sociais existentes (o sindicato dos professores e a Associação de Moradores do Morro da Mangueira) no que tange à sua ordem, tipologia e fase de estágio.



ATIVIDADE FINAL

Os movimentos sociais decorrem da necessidade de as pessoas se associarem a outras para agir de modo a forjar transformações sociais e, conseqüentemente, transformar suas vidas. Você gostaria de mudar sua vida? Acredita que ao se associar a outras pessoas, no afã de transformações sociais, você poderia agir positivamente para a melhoria da qualidade de vida do grupo social em que se encontra?

AUTO-AVALIAÇÃO

Movimento Social...Pense em algum que você conheceu, conheça, de que já ouviu falar ou de que faça parte, quem sabe?... Reflita criticamente sobre ele e tente caracterizá-lo: seu estágio, sua mobilização, a atuação do Estado relativamente à sua prática, sua(s) liderança(s), sua(s) diferença(s) e semelhança(s) em relação a outros movimentos etc. Se você conseguiu analisar sem dificuldade, atingindo assim o objetivo da aula, estará pronto a aprofundar seus conhecimentos sobre esse tema. Sabemos que não é tarefa fácil pensar a sociedade; portanto, se não houve entendimento pleno do conteúdo, se restaram dúvidas, não se preocupe! Retome a leitura da aula, repense as atividades e faça as leituras recomendadas, se puder. Em qualquer caso, será sempre importantíssimo discutir suas reflexões com seus colegas e recorrer ao tutor, no pólo, quando necessitar.

Até a próxima!

Leituras recomendadas

FORACCHI, Marialice M; MARTINS, José S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1990.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Economia como religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Condições estruturais, fatores individuais e situações favoráveis

AULA 3

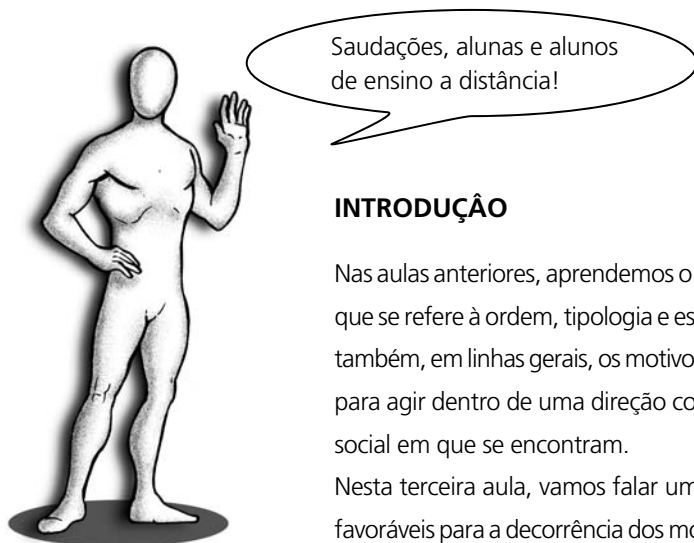
Meta da aula

Continuar a apresentar conceitos pertinentes ao que se denomina "Movimentos Sociais".

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Introduzir as condições estruturais que socialmente possibilitam movimentos sociais.
- Apresentar fatores individuais que propiciam pessoas a se unirem para a formação de Movimentos Sociais.



INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, aprendemos o que se denomina “Movimentos Sociais”, no que se refere à ordem, tipologia e estágio/fase de sua constituição. Aprendemos, também, em linhas gerais, os motivos pelos quais pessoas acabam por se aglutinar para agir dentro de uma direção comum, no desejo de transformar a realidade social em que se encontram.

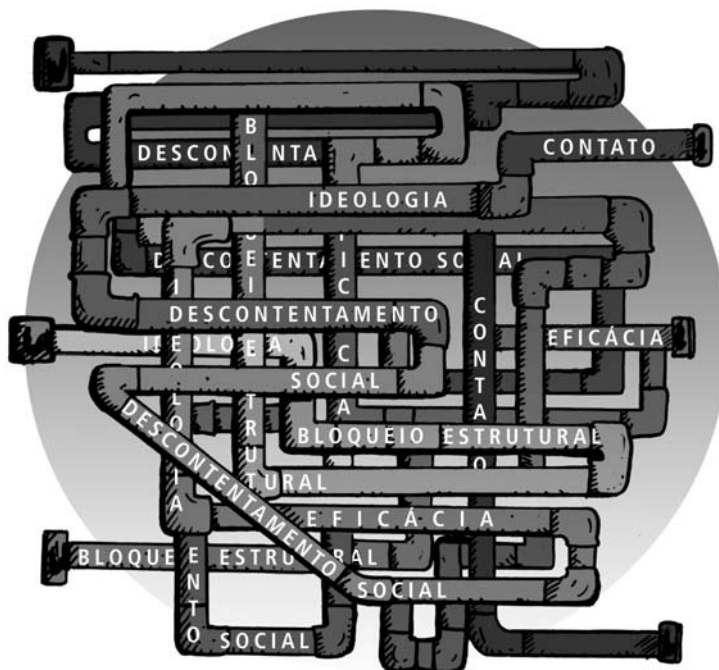
Nesta terceira aula, vamos falar um pouco mais sobre as condições estruturais favoráveis para a decorrência dos movimentos sociais: alguns fatores individuais e situações propiciadoras. Portanto, tencionamos nos aprofundar nas razões pelas quais pessoas, sob um ponto de vista sociológico, tendem a se unir para formar grupos de ação social, produzindo um determinado movimento social.

ELEMENTOS PROPICIADORES À FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A compreensão dos elementos propiciadores à formação dos movimentos sociais aponta para os seguintes fenômenos, segundo o pensamento de Lakatos (1990): a) condições estruturais; b) motivos individuais; c) condições sociais.

Vamos ver cada um desses itens.

Condições estruturais



Inicialmente, vamos apontar as condições estruturais que, socialmente, inclinam pessoas a se aglutinarem para agir numa direção comum. São essas, segundo Stockdale: (in HORTON; HUNT *apud* LAKATOS, 1990, p. 299):

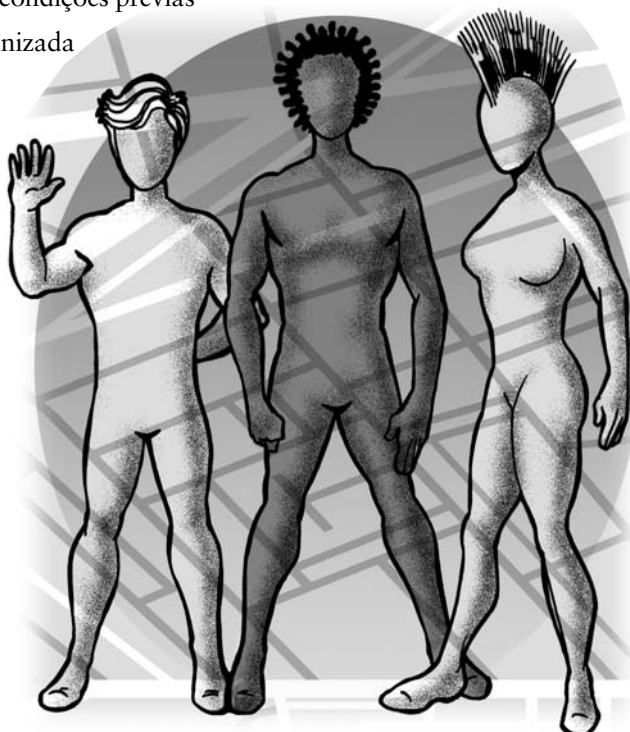
- a) descontentamento social – sentimento de inadequação ou de injustiça decorrente da estrutura social vigente;
- b) bloqueio estrutural – barreiras levantadas pela estrutura social impedindo pessoas e grupos de eliminarem a fonte que origina o seu descontentamento;
- c) contato – possibilidade de encontro e interação por parte dos elementos descontentes, submetidos à mesma situação social;
- d) eficácia – consubstanciada na expectativa do grupo de que uma ação particular proposta aliviará os motivos de descontentamento e trará alterações desejadas na organização da sociedade;
- e) ideologia – conjunto de idéias e crenças que têm por finalidade justificar a ação proposta.

Qualquer um que se veja numa situação social desconfortável poderá facilmente identificar os fatores citados como muito presentes em coletividades menos favorecidas. O descontentamento social, o bloqueio estrutural, o contato entre pessoas submetidas a uma mesma situação socioeconômica, a eficácia de idéias que indiquem os motivos do descontentamento e uma ideologia oportuna às aspirações de uma determinada coletividade formam um conjunto de condições prévias para impulsionar pessoas a agirem de forma organizada rumo à transformação social.

Uma vez entendidas essas condições iniciais, podemos considerar os fatores individuais, conforme a ótica sociológica.

FATORES INDIVIDUAIS

Ao permanecer nosso pensamento sob a orientação de Lakatos (1990), ao lado das precondições estruturais há determinados fatores individuais que propiciam a união de pessoas para formar um movimento social. Tais fatores são: a) mobilidade; b) marginalidade; c) isolamento e alienação; d) mudança de *status* social; e) ausência de laços familiares; e f) desajustamento pessoal.





Vamos ver, então, cada um desses fatores, para melhor pensar sobre eles.

a) **Mobilidade** – Refere-se ao fato de que as contingências materiais e sociais impelem pessoas a se moverem de uma região a outra, procurando obter melhores condições de vida. Muitas pessoas, porém, mesmo encontrando melhorias nas condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida, acabam por se distanciar radicalmente das suas representações culturais. As diferenças culturais às quais são forçadas a se submeterem podem gerar nelas um forte sentimento de inadequação diante de valores que não lhes dizem respeito, levando-as a se associar a seus pares de origem cultural. Caso os encontrem dentro de um quadro social e psicologicamente favorável, é natural que aquelas pessoas, aglutinadas em grupos de mesma identificação cultural, passem a cultivar valores deixados para trás, na tentativa de conquistar melhores condições de vida. Entendidas essas razões, vemos que a mobilidade pode colaborar para a formação de movimentos sociais, pois pessoas dividindo o mesmo tipo de sentimento (neste caso, o sentimento de inadequação frente à migração necessária à busca de uma melhoria de vida) poderão se associar e dinamizar sua ação para a formação de um movimento social, na defesa de seus interesses socioculturais.

b) **Marginalidade** – Determinadas pessoas podem se sentir estimuladas à formação de movimentos sociais, caso se entendam marginalizadas. O conceito de marginalidade é mais amplo do que o entendido pelo senso comum, que geralmente o usa como sinônimo de bandidagem. Como “marginal” devemos entender tudo aquilo e aqueles que se encontram na periferia da estrutura básica da sociedade.

Marginalidade é um problema inerente à estrutura de qualquer sociedade e varia em cada momento histórico. Do ponto de vista da integração da sociedade, pode-se considerar a existência de três grupos de elementos institucionais: os que correspondem à estrutura básica da sociedade, porque definem seu caráter fundamental; os que correspondem às estruturas secundárias da sociedade que, sem definir a sua natureza básica, são importantes, pois contribuem para dar forma concreta à estrutura básica; os que correspondem a estruturas cuja existência não deriva das tendências que movem a estrutura básica da sociedade, mas que indicam suas limitações em cada momento histórico e, assim, as incongruências da integração da sociedade [marginalidade] (PEREIRA *apud* LAKATOS, 1990, p. 301).

Enfim, diante do sentimento de estar à margem da estrutura social, uma pessoa poderá se unir a outras que se encontrem numa condição próxima, no ensejo de inserção social.

c) **Isolamento e alienação** – Afetam pessoas que, por razões econômicas ou por conta de doenças, entre outros motivos, acabam se afastando da sociedade que lhes é comum.

d) **Mudança de *status* social** – Segundo Lakatos (1990), ao ascender socialmente, uma pessoa poderá se tornar insegura a ponto de ingressar em um movimento social na expectativa de evitar a ameaça de retorno à perda do *status* alcançado. Ainda conforme a autora, a classe trabalhadora brasileira encontrou a favela como residência, fazendo com que essa classe se engajasse em movimentos que assegurassem uma melhoria na área da habitação.

e) **Ausência de laços familiares** – A falta de pessoas da família para cuidar pode levar pessoas a se ocuparem de outras, no afã de se sentirem úteis e de resolver problemas ligados à afetividade.

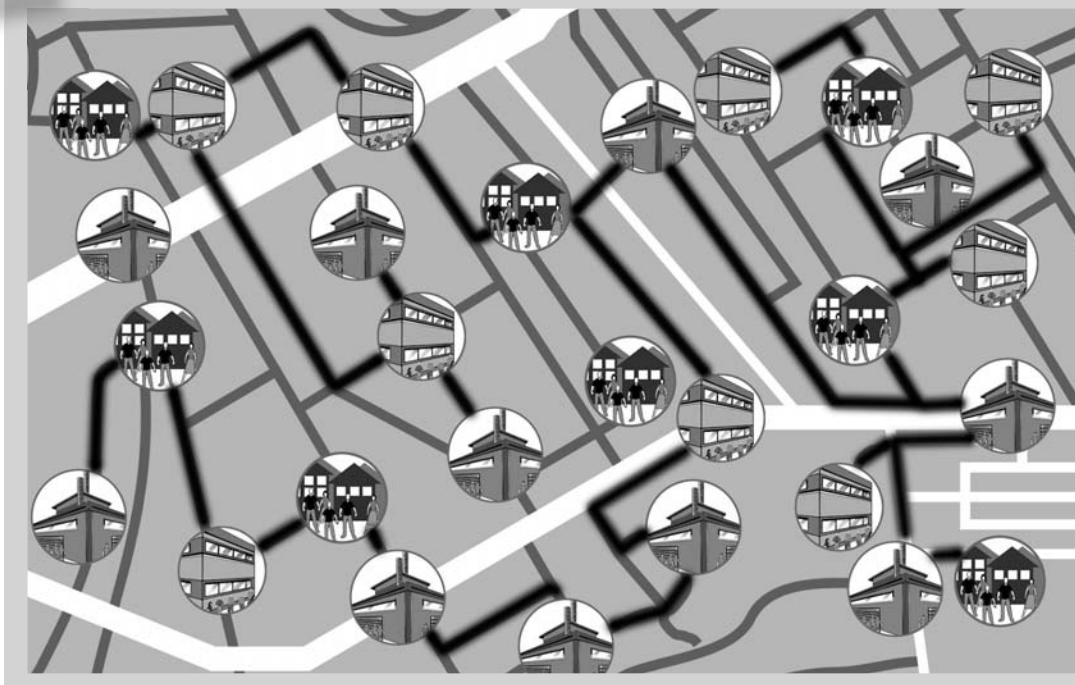
f) **Desajustamento pessoal** – A mesma autora sustenta o argumento de que pessoas desajustadas temporariamente são diferentes das pessoas patologicamente desajustadas. As primeiras, numa situação de desemprego, por exemplo, poderiam se engajar em movimentos sociais, mas, uma vez defendidos os seus próprios interesses e adaptadas à sociedade em comum, dificilmente continuam fazendo parte de movimentos sociais.

Lembremos, mais uma vez, que os fenômenos individuais não se encontram apartados dos fenômenos sociais. Poderíamos dizer que um é expressão do outro em suas diferentes dimensões (dimensão individual e dimensão social).

Agora, após termos compreendido as condições estruturais e determinados fatores de ordem individual, vamos compreender quais são os fatores sociais propiciadores para os movimentos sociais, segundo Lakatos (1990).

ATIVIDADE

1. Quais são as condições estruturais favoráveis aos movimentos sociais?



CONDIÇÕES SOCIAIS PROPICIADORAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para Lakatos (1990), há certos fatores sociais que, num determinado momento histórico e espaço geográfico, podem propiciar união às pessoas para agir, no afã de instaurar mudanças sociais. A autora destaca as correntes culturais, a desorganização social ou a **ANOMIA** e o descontentamento social como sendo os fatores mais relevantes para o incentivo à formação dos movimentos sociais.

Vamos ver agora, um a um, esses fatores:

a) **Correntes culturais** – As correntes culturais parecem ser engendradas a partir das relações de produção. A idéia de que pessoas precisam produzir novos produtos e coisas já implica transformações culturais, pois ninguém produz algo cuja lógica fomente a crença de que tal produto não promoverá uma melhor sobrevivência das pessoas no mundo. Seja através do discurso ecológico, feminista, capitalista ou socialista, o fato de uma pessoa agir dentro de uma determinada forma já

ANOMIA

Ausência de regras numa determinada sociedade.

evoca um modo de pensar decorrente de um tipo de paradigma instituído historicamente e a partir do mesmo motivo primordial: assegurar a sobrevivência humana, através de uma ordem social. Veja, por exemplo, o fenômeno do papel da mulher ao longo da História:

No período clássico grego, quando a dominação social era totalmente patriarcal, as guerras reduziam povos **BÁRBAROS** à escravidão total, fazendo com que as cidades-estados se voltassem para a educação bélica, deixando, em Atenas, a mulher à parte das decisões públicas, das produções de plantio e de outros afazeres laborais – onde atuavam os escravos. Na Antigüidade, à mulher restava apenas o papel de ser mãe, pelo que os gregos criam poder garantir o nascimento e o desenvolvimento de crianças até que estas chegassem à idade de se inserirem na educação tutorial (no caso dos meninos) ou às prendas domésticas (no caso das meninas).

Na Idade Média, contudo, a mulher, graças à difusão do cristianismo, não representava apenas o papel da mãe reclusa ao **GINECEU**, mas, comparada à Virgem Maria, obteve um *status de* “imaculada”, cuja representação exigiu o respeito dos demais atores sociais, inimaginável no período clássico, quando a mulher era vista como uma propriedade do seu senhor.

Mais tarde, na Inglaterra, o cristianismo, alterado pelos conflitos entre o papa e o rei Henrique VIII, possibilitou uma nova ordem religiosa: o anglicismo. Essa nova ordem religiosa, por sua vez, permitiu outros valores morais e, conseqüentemente, sociais, no âmbito da Coroa inglesa: filha daquele rei sangrento e de Ana Bolena, Elizabeth acabou por subir ao trono inglês e reinou celibatária, apesar de aquele povo nunca ter experimentado antes um precedente desse gênero.

Obstinado em ter um filho homem, Henrique VIII levou à morte várias rainhas. Quando o papado se opôs à sua ação sangrenta, cortou suas relações com a Igreja Católica e inaugurou a Igreja Anglicana.

Já no período moderno, as I e II grandes guerras levaram a mulher para a produção industrial. Enquanto seus maridos e filhos partiam para os campos de batalha, das mãos femininas se produziam os alimentos industrialmente conservados, as armas e as munições. Os tecidos para as roupas dos soldados, bem como o seu tingimento e todas as demais necessidades do mercado industrial voltado para a produção da guerra, foram garantidos graças às mãos femininas.

Eram considerados **BÁRBAROS** todos os povos não-gregos.

GINECEU

Lugar da casa onde as mulheres ficavam reclusas; elas só freqüentavam a área social caso fossem solicitadas por seus maridos.

Neste período industrial, as mulheres elegeram as calças como roupa ideal. A opção do uso de calças decorreu da maior facilidade de se movimentarem no trabalho, correndo menos riscos do que operando com saias, que facilmente se prendiam às máquinas. Com o fim da guerra, entretanto, a mulher compreendeu poder ocupar um lugar diferente na sociedade. Dos tecidos grossos dos uniformes, nasceu o *jeans*, e o conceito feminista junto a ele. Inseridas no guarda-roupa feminino, as calças tornaram-se um dos símbolos do movimento feminista, que defendeu os direitos de igualdade entre homens e mulheres. O fato é que, graças às guerras, o feminismo emergiu e acabou por se constituir como um dos maiores movimentos sociais da era moderna.

Todas essas mudanças verificadas em épocas distintas não poderiam ser possíveis sem que houvesse novas formas de se conceber e produzir o mundo em sua inevitabilidade. Ao se organizar a vida mundana, compõem-se correntes culturais, cuja ótica de se produzir a realidade social, necessariamente, nos revela uma ideologia implícita no modo de garantir a sobrevivência do homem. Veja, como exemplo de “produção da realidade”, as diferentes condições do papel das mulheres em diferentes épocas. Em cada período anteriormente retratado, a produção da realidade feita pela ação da sociedade grega, pela ação de Henrique VIII ou pela indústria bélica forçou a mulher a representar um papel coerente com a realidade produzida pela ação do homem no mundo, manifestando um tipo de cultura em termos de “universo” feminino. Portanto, as correntes culturais (helenismo, anglicismo, nazismo, feminismo ou qualquer outra corrente, independente do juízo de valor que façamos dela), em decorrência da insatisfação da realidade produzida num determinado momento histórico e espaço geográfico, reúnem fatores propiciadores para a formação de movimentos sociais por excelência.

b) Desorganização social ou anomia – A vida social é um processo em pleno movimento dinâmico em sua produtibilidade; situações novas emergem continuamente da dinâmica inerente à produção da ordem social, em um fluxo intermitente de novas necessidades compostas pelas relações humanas. Esses ajustes sociais são permanentes – lembrem do caso da representação da atuação feminina, através da História.

Ocorre que, em determinadas ocasiões, o processo de organização social pode entrar em crise. Nesse sentido, os direitos que asseguram determinadas regras instituídas pela necessidade de garantir a sobrevivência de grupos poderão se demonstrar inconsistentes ou falhos, gerando insatisfação e descrença nos valores tradicionais que, organizados ao longo dos anos, podem soar ultrapassados.

ATIVIDADE



2. Você acredita que as condições históricas podem levar um determinado grupo a agir tacitamente para se organizar e formar um movimento social? Por quê? Cite um exemplo.

COMENTÁRIO

Você pode estar meio confuso/a diante do entendimento de condições estruturais e condições sociais favoráveis para a formação de movimentos sociais. Ao responder a essa pergunta, entretanto, pense que as condições estruturais dizem respeito estrito às estruturas que mantêm a sociedade “em funcionamento”; tais quais a família, a escola, os sindicatos, os sistemas de saúde e saneamento, o Governo etc. Quanto às condições sociais, essas englobam não somente o que há de estrutural na sociedade, mas incluem, também, as representações que nessas estruturas sobressaem enquanto manifestação da vida de diferentes atores cujos papéis sociais foram desenvolvidos ao longo da história da humanidade.

Conforme vimos, diante da mudança de paradigmas, parte de uma sociedade poderá agir de modo a assegurar novas necessidades e valores, fazendo com que determinadas regras se coloquem à parte de sua prática social. Esse ajuste social pode, também, levar a uma quebra de regras, desorganizando a estrutura primordial de uma sociedade. Enfim, um alto grau de desorganização social pode levar o comportamento humano a total falta de normas substanciais pelas quais pessoas orientam sua vida em comum. A anomia significa isso: a total falta de normas sociais, pelo que se insta uma “sociedade doente”.

Eis, então, um outro fator propulsor para os movimentos sociais: a ausência de regras sociais, o que necessariamente evoca uma mudança moral para o restabelecimento da ordem social. Lakatos (1990) afirma que o estado de confusão e incerteza trazido pela anomia aos atores sociais – uma vez que estes não podem mais se guiar pelos valores e regras para agir – crescentemente estimula adeptos aos movimentos sociais à proporção que haja

1. a percepção de que os líderes das comunidades são indiferentes às necessidades dos indivíduos;
2. a percepção de que pouco pode ser realizado numa sociedade, que seja considerada como basicamente imprevisível e onde falte ordem;
3. a percepção de que as metas da vida se afastam em vez de se realizarem;
4. um senso de futilidade; e
5. a convicção de que não se pode contar com associados pessoais para apoio social e psicológico (MERTON *apud* LAKATOS, 1990, p. 303).

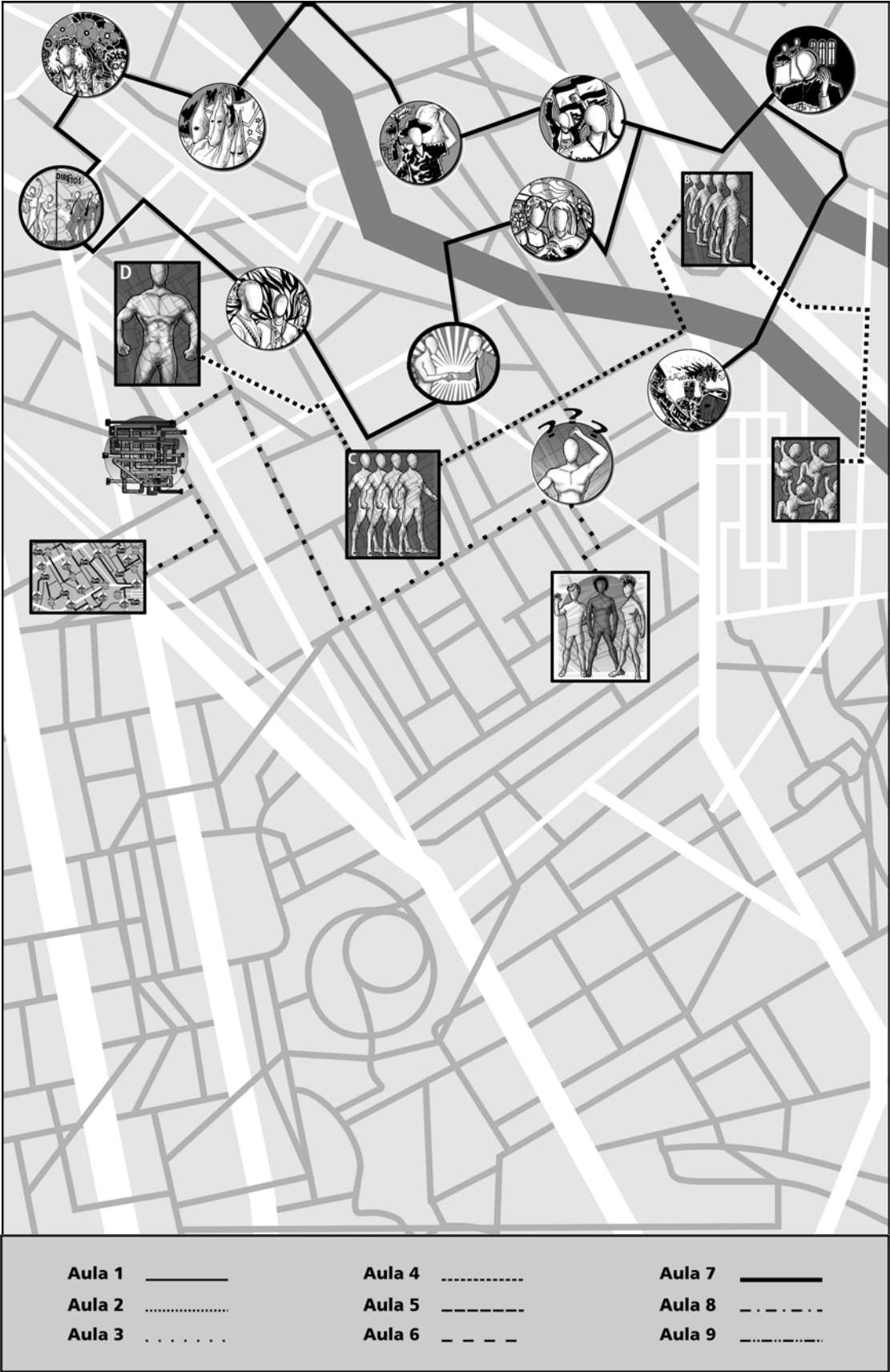
c) **Descontentamento social** – Esse estado, como denomina Lakatos (1990), diz respeito ao imaginário coletivo. Para a autora, a insatisfação comum disseminada pela sociedade geralmente decorre de três situações. São essas:

– **privação relativa** – ocorre pelo fato de as pessoas entenderem que poderiam materialmente ter muito mais do que deveriam ter, na comparação entre o que consomem e o que idealmente pensam que poderiam consumir.

– **percepção da injustiça** – diante das diferenças sociais, o juízo de valor e o sentimento de indignação de pessoas de qualquer classe podem justificar o aumento da incidência de movimentos sociais – na ação de grupos tentarem minimizar fatos ou condições que ajuíçam injustos.

– **incoerência de *status*** – “situação em que as diferentes posições ocupadas por uma pessoa não são coincidentes”.

Por fim, nessa primeira parte, aprendemos com Lakatos (1990) que os movimentos sociais dependem das condições estruturais, de determinados motivos individuais e dos fatores sociais para serem formados. Na próxima aula, vamos entender como Allain Tourraine enfoca os movimentos sociais.



RESUMO

Nesta aula, continuamos a apresentar conceitos importantes para entendermos melhor o quadro de fatores que socialmente compõem os movimentos sociais. Sabemos agora que além da ordem, tipologia e estágio/fase de sua constituição, os movimentos sociais podem ser impulsionados por motivos pessoais e sociais, já que um sujeito é necessariamente um ator social. Dessa forma, falamos um pouco mais sobre as condições estruturais favoráveis para a ocorrência dos movimentos sociais e os motivos individuais, dentro de determinadas condições sociais.

As condições estruturais, segundo Stockdale (HORTON; HUNT *apud* LAKATOS, 1990), reúnem os fenômenos de descontentamento social, bloqueio estrutural, contato, eficácia e ideologia.

Quanto aos fatores individuais, indicamos a mobilidade, a marginalidade, o isolamento e a alienação, a mudança de *status* social, a ausência de laços familiares e o desajustamento pessoal como propulsores para a formação de movimentos sociais – recordando, mais uma vez, que os fenômenos individuais estão intimamente interligados aos fenômenos sociais, pois um dimensiona a expressão do outro; afinal, a sociedade é composta por atores individuais que a formam e nela atuam.

Por sua vez, no que tange aos fatores sociais, salientamos as correntes culturais, a desorganização social ou a anomia e o descontentamento social como aspectos sociais relevantes para a formação de movimentos sociais.

A partir desses conceitos, voltamos nossa atenção para as ações no momento em que são condutas coletivas. A definição destas últimas, no entanto, conforme vimos, exige uma compreensão das condições históricas, do espaço e do tempo a que os atores sociais se encontram sujeitos, para podermos fundamentar as relações possíveis capazes de nos orientar para uma interpretação do conjunto social que se demonstrou incapaz de evitar o quadro social no qual estabeleceu-se um tipo de movimento social. Os Movimentos Sociais são, assim, necessariamente um conjunto de esforços de pessoas para estabelecer uma nova ordem na sociedade em que atuam, pelo que finalmente se conclui que são as relações de força entre as diferentes instituições que pressionam a ação do homem para as condutas coletivas.



ATIVIDADE FINAL

Em sua opinião, qual fator seria mais importante para você agir socialmente como um membro atuante para a formação de um movimento social: o fator individual ou o social? Por quê?

AUTO-AVALIAÇÃO

Nós e a sociedade – ambos parte e todo de uma só rede de relações que transformamos e nos transformam...

Nesta aula, focamos principalmente a relação individual com as condições estruturais favoráveis aos movimentos sociais.

Mantenha seu pensamento voltado para a pessoa humana – o ator social, o sujeito impulsionador das mudanças, das transformações. Identifique as condições de estrutura social que possam ter levado qualquer grupo à formação de um movimento social; procure descobrir quais fatores individuais contribuíram para tal e como o movimento foi se formando.

Se você está “em dia” com o conteúdo desta aula, ótimo! Não estando tão bem quanto o que imagina que deveria, providencie a releitura, debata com seus colegas de curso, recorra ao tutor. O importante é não deixar pendências que futuramente poderão destruir o que você já conquistou. Afinal, a atualização da ordem social depende da ação do coletivo – e você não pertence a ele?

Boa sorte!

Leitura Recomendada

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Condutas coletivas

AULA

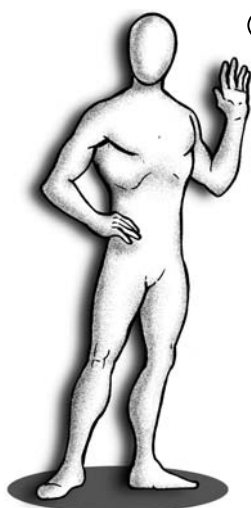
4

Meta da aula

Desenvolver junto ao aluno uma análise complexa frente aos movimentos sociais.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Descrever características das condutas coletivas.
- Dar exemplos de tensões sociais que propiciam o desenvolvimento dos movimentos sociais.



Saudações, alunas e alunos de ensino a distância!

INTRODUÇÃO

Pelo que você viu nas aulas anteriores, os movimentos sociais seriam inexistentes se “atores sociais” não se organizassem para agir em grupo, na defesa de interesses. Agora você verá que a organização de um grupo, em termos de movimentos sociais, nos revela condutas decorrentes de crises e tensões entre instituições. A partir disso, podemos teoricamente, tal qual nos ensina Allain Tourraine (2002), dividir as condutas coletivas em dois níveis:

- organizacional;
- social.

Allain Tourraine é sociólogo. O Capítulo 6 do seu livro *Production de la société* (Produção da sociedade) trata especificamente da natureza dos movimentos sociais, seguindo uma ótica organizacional sociológica.

CONDUTAS COLETIVAS

O pensamento de Tourraine: Condutas emergentes de crise organizacional



Conforme o pensamento de Allain Tourraine (2002), observamos que os movimentos sociais podem ser compreendidos como *condutas coletivas*. Tais condutas resultariam da ação das pessoas em determinadas comunidades para defender, contestar, ou defender e contestar ao mesmo tempo, seus interesses de ordem social. Tourraine, assim, define os movimentos sociais como “a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (p. 283).

O autor deseja nos chamar a atenção para o fato de que os atores sociais estão em permanente conflito para alcançar o poder. A partir disso, devemos situar a ação social conforme o espaço-tempo de devidas representações, pelo que se escreve a história a que os atores sociais se encontram sujeitos. Logo, vemos no pensamento de Tourraine as idéias de historicidade, tensão e classe sociais, luta e ação.

Na relação entre as pessoas, em que se constitui a realidade cotidiana, desenrola-se o processo histórico. Os atores sociais agem, nesse âmbito do cotidiano, mudando-o e sendo por ele transformados. Nesse sentido, há uma idéia de espaço-tempo inevitável às mudanças sociais, sendo que os comportamentos estão sempre limitados à história que antecede as ações humanas; portanto, há uma historicidade presente na circunstância do período (tempo) em que os atores se encontram. A ação social dos sujeitos se torna sempre um resultado de uma condição mal-integrada dos conflitos sociais e das relações entre atores e os mecanismos sociais, através do que se fundam as classes e as representações de força, próprias dos conflitos sociais. Contudo, as experiências de conflito e relações permitem ao homem uma vivência que o anima, pois esses tipos de circunstâncias sociais (conflitos e relações) engendram e fomentam, em suas mentes, idéias possíveis de ser realizadas. Assim, os atores se tornam sujeitos da ação social transformadora da realidade e acabam por mediar sistemas (sistema de saúde, educacional, comunitário etc.), escrevendo sua própria história e alterando o rumo social de suas vidas.

Como são muitos os atores e a própria dinâmica processual da vida é tanto extensa (duração de tempo) quanto intensa (gravidade de determinados impactos que marcam a história social e pessoal dos sujeitos), torna-se difícil uma análise das condutas coletivas em toda sua complexidade de relações.

Portanto, conforme o pensamento de Tourraine (2002), para realizar uma correta análise das condutas coletivas, é fundamental considerar o fato de que, dependendo de seus interesses, os atores “se misturam” (“pobres” e “ricos”, por exemplo). Atores se agrupam, na dimensão dos sistemas institucionais, de forma diferenciada, através do desenrolar de seus papéis (papel de pai, professor, profissional liberal, “sem teto” etc.). “Misturam-se” porque são convocados a desempenhar uma ação socialmente importante, de acordo com fatores culturais e situacionais, representados na dinamicidade do espaço-tempo de suas

vidas, nos conflitos das tensões sociais. Veja, por exemplo, o MST. Quantos intelectuais e artistas, e mesmo pessoas do Governo, não defendem e se unem pela causa de problemas de falta de moradia dos “sem-terra”? No entanto, tais classes, diferentemente dessa última, são socialmente privilegiadas.

ATIVIDADE



1. Pesquise, na internet, sobre a Ku Klux Klan e sobre um tipo de movimento sindical, estabelecendo quem são os seus atores e as suas possíveis razões para agirem em grupo.



RESPOSTA COMENTADA

Após ter pesquisado na internet, escreva um pouco da história da Ku Klux Klan e de outro movimento social que tenha achado interessante. Ao rever quem são os atores sociais das diferentes situações (grupos étnicos, classes sociais e profissionais) e os conflitos estabelecidos, tente explicar os motivos plausíveis para a ação em grupo.

Análise teórica de Tourraine

Dentro da perspectiva de Tourraine, tal complexidade de relações condizentes à interação das condutas coletivas demanda uma análise teórica no que tange às diferenças entre os conflitos de classes e os problemas com as autoridades e as pressões sociais, pelo que se salienta, segundo aquele autor, uma distinção entre categorias de condutas coletivas, na ordem da história e dos sistemas organizacional (administrativo) e institucional (natureza político-filosófica que rege concretamente a prática de uma determinada organização).

Para Tourraine (2002):

O mais necessário é aprender a reconhecer na prática as diversas espécies de condutas coletivas. De fato, muitas vezes se opõem interpretações globais: para uns o movimento estudantil se explica pela crise da universidade, a organização não está, portanto, ajustada ao conjunto da sociedade que requer a produção de novos quadros; para outros, é antes de tudo a rigidez burocrática de um sistema de decisão que se deve questionar, e que se denuncia acusando a burocracia ministerial e o corporativismo dos docentes; para outros, enfim, o movimento estudantil revela e anima um novo conflito de classes. Tais discussões, por mais sugestivas que sejam, não podem levar a nenhum resultado se não se define de início as características de condutas coletivas que manifestam seja um conflito de classe, seja um bloqueio institucional, seja uma crise organizacional (p. 284).

O mesmo autor enseja uma análise das condutas coletivas pelo jogo dos atores num determinado espaço institucional. É o tratamento institucional frente aos conflitos do trabalho, à mobilidade profissional, à crise econômica e à organização da empresa, num contexto de valores socioculturais, que determinará a manifestação da ação humana para uma conduta coletiva.

Os atores são, ao mesmo tempo, uma expressão do interesse do espaço organizado e uma expressão dos interesses individuais. Atores de diversas posições, portanto, interligam-se na dinâmica da organização social. No conjunto de relações desenvolvidas ao longo de seu desempenho, os atores defendem interesses que são pessoais e, concomitantemente, organizacionais.

O fato de ocuparem uma determinada posição social parece levar os atores à crença de que devem obter retribuições pela contribuição dada. A retribuição é, assim, sempre relativa em termos de juízo de valor frente ao que se calcula importante, tanto pela ótica particular como do ponto de vista social. Como a organização é um modo específico do qual o ator participa como sendo apenas um fragmento de um todo, ele acaba agindo em favor de sua classe, mas tende, também, a defender a melhor maneira de atuar em outros papéis que desempenha (pai, tio, amigo, consumidor, cidadão etc.).



Os atores sociais, assim, reivindicam interesses que lhes são internos: interesses próprios da esfera da organização de que participam (como, por exemplo, operários de uma mesma fábrica lutando por melhorias nas condições de seu labor fabril); e externos (imagine uma ação social para o aumento do salário mínimo, que exige ajustes nas regras político-econômicas de um determinado país ou, ainda, numa ação voltada para a erradicação da miséria, contribuindo para a qualidade de vida de todos os cidadãos – afinal, quem pode ser socialmente feliz vendo, pela manhã, em sua ida para o trabalho, um mendigo catando para o seu desjejum um pão na lata de lixo?).

Pensando desta forma, podemos supor que, ao trabalhar numa fábrica, a atuação mal remunerada de um operário pode fazer com que esse trabalhador se una aos seus pares para defender interesses de consumo e, conseqüentemente, uma melhoria da sua sobrevivência a partir de um aumento de salário. Nesse sentido, o trabalhador reivindicará concomitantemente interesses de ordem social e individual, pois, coletivamente, age de forma interna como operário que contribui para a organização (pela força de seu trabalho na fábrica), e, de forma externa, como classe (operária) em conflito social, levando o Estado a repensar no salário mínimo e nas condições de vida das classes socialmente menos privilegiadas.

Aquele que é ameaçado de desemprego, de subemprego ou de desqualificação, que protesta o arbitrário ou as más condições de trabalho e de salário, ao mesmo tempo que acusa a direção, quer salvar a organização em que trabalha e assim assegurar seu próprio futuro. O mineiro que enfrenta um trabalho penoso bate-se contra o fechamento da mina para afastar o desemprego (TOURRAINE, 2002, p. 284).

Um grupo de operários, desse modo e diante de uma determinada situação sócio-histórica, poderá refletir o desejo de transformações sociais, objetivando obter retribuições que crê serem justas mediante o seu trabalho. O trabalhador sabe que contribui social e economicamente para a manutenção das instituições sociais, através de sua atuação em diferentes áreas e tipos de organização. Se entra em greve ou demanda a atenção do Estado para intervir em ajustes de leis, o trabalhador o faz

pela ação coletiva, tendo como meta inicial a alteração da ordem interna de uma organização. Mas as novas exigências internas demandarão, certamente, ajustes externos, pois a sociedade é um complexo estrutural de organizações interligadas pela teia socioeconômica.

O aumento dos preços, dos salários e da mobilidade social, em nível de mercado, exige acertos do cálculo gasto para a produção da economia. O fluxo da mercadoria e seu consumo ajustado pela oferta diante da procura demandam sempre um lucro, considerando a perspectiva do capital e da produção exequível por um conjunto de relações de interesses financiados pela dimensão econômica. Logo, a sociedade é um todo do qual um operário, ou uma professora, é fragmento fundamental para a mola do que se produz social e economicamente. Se quiséssemos mudar esta concepção de lucratividade, haveríamos de mudar a concepção do sistema econômico vigente, mas isso não é nada fácil, diante do fato de que a ordem do planeta, desde a Revolução Industrial, estabeleceu-se, crescente e solidamente, pelas relações capitalistas.

As lutas de classe e as reivindicações geram, assim, os conflitos de poder. O que ocorre é que facilmente observamos os conflitos serem atribuídos a um “chefe”, a alguém associado ao poder de transformar a realidade social: um “salvador” que determinará uma nova ordem, os salários, a divisão de benefícios, mas o sistema (de lucratividade, que supostamente beneficiaria diferentes classes) permanece o mesmo. Comumente, não se considera toda a máquina do sistema socioeconômico. Este último, entretanto, está sujeito a permanentes conflitos decorrentes de ajustes de interesses de classes em conquistar vantagens de consumo. A própria má condição de vida das pessoas, apesar do seu contínuo trabalho, situa limites em que atores se vêem pressionados pela relação de poder, pois aqueles que lideram (e conseqüentemente “podem”) usufruem vantagens de consumo e conforto material para sua sobrevivência. Nesse sentido, há várias classes que se sentem cansadas de contribuir com o seu trabalho sem angariar retribuições que entendem lhes serem justas. Há quanto tempo vimos nos “sacrificando” para que o país venha a crescer? Na prática do cotidiano de notícias, quantos políticos enriqueceram na corrupção, enquanto várias classes empobreceram e continuam a empobrecer um pouco mais a cada dia, apesar de muitos terem dobrado sua jornada de trabalho?

ATIVIDADE



2. Marque, segundo o texto, v (verdadeiro) ou f (falso):

- a. () A organização é compreendida como uma estrutura materialmente definida para a produção efetiva de resultados concretos: um carro, o saber construído numa escola ou o atendimento médico em um hospital qualquer (público ou privado).
- b. () A instituição é um complexo integrado de idéias, padrões de comportamento, relações políticas e, muitas vezes, um equipamento material, organizados em torno de um interesse socialmente reconhecido.
- c. () O conceito de organização abrange também a concepção de um sistema de relações entre os membros de um grupo ou entre os grupos de uma sociedade, relações essas que envolvem obrigações e compensações recíprocas, diante de padrões de contribuições e retribuições sociais.

RESPOSTA COMENTADA

Todas as respostas acima são verdadeiras, pois:

- a. um carro, o saber (escolar ou não), qualquer tipo de atendimento são fenômenos mundanos e, portanto, decorrentes da ordem construída pela mão do homem;*
- b. as instituições são erguidas por uma razão vital: a manutenção da sobrevivência humana e, nesse sentido, há uma série de acordos para o seu estabelecimento, que são políticos e materiais, a fim de colocar sistemas politicamente acordados em funcionamento;*
- c. como as instituições são construídas para a manutenção da vida humana, é fundamental que os humanos dos quais as instituições dependem para se manterem estabelecidas compreendam e obtenham delas vantagens para a sua própria sobrevivência.*

TENSÕES ENTRE INSTITUIÇÕES

Para Tourraine (2002), o reconhecimento dos nossos limites pode impulsionar as pessoas a agir em conjunto para pressionar governos a mudanças necessárias àquilo que o sistema social propõe, mas não dá conta. Limites do que obtemos, de fato, desse sistema. Não adianta, por exemplo, o Estado dizer que temos um sistema de saúde. A qualidade do sistema de saúde deve ser satisfatória em seu atendimento, para que não haja conflitos. Pois, uma vez que um cidadão é mal atendido num hospital



público, há insatisfação diante do que se obtém, de fato, do serviço de saúde. No que tange ao sistema educacional, de que vale as autoridades públicas afirmarem haver vagas de sobra para alunos de Ensino Básico e Fundamental, se tais vagas se situam em locais onde há risco de balas perdidas, drogas e violência?

O conflito entre o que se propõe e o que de fato se constata, pela experiência da história vivida, se torna, desse modo, uma usina de motivos para atores agirem na direção de tentar conceber uma nova organização social. Assim, nos contínuos ajustes sociais, desorganiza-se a sociedade, na necessidade de reorganizá-la. Em termos de movimentos sociais, a desorganização deve ser vista como uma perspectiva positiva, pois não há como estabelecer uma nova ordem sem colocar abaixo a ordem antiga.

A família, a religião e o Estado são instituições que passam por crises permanentes, pois, na luta entre a manutenção de interesses e a exigência de novos ajustes, você poderá observar uma tensão de forças entre as diferentes instituições interligadas pela teia social (escola, sindicatos, governos, instituições financeiras etc.). Uma tensão cujo processo de ajustes transforma permanentemente o perfil das instituições. Assim, a família, a religião e o Estado, hoje, estão muito diferentes de sua representação passada. Há quem diga que essas alterações nas representações sociais são evolução. Mas, de acordo com o nosso próprio ponto de vista, há apenas uma atualização decorrente da inevitável dinâmica dos ajustes sociais; atualização própria do processo histórico da condição humana, associada à tecnologia e aos interesses de ordem econômica. Para que haja evolução (princípio em que se contempla o ideal de sucessivos “progressos”), necessariamente deveriam acontecer melhorias substanciais à vida social humana, mas isto não é facilmente verificável. No nosso país e no mundo afora, poucos se beneficiam das facilidades do “progresso”. Em contrapartida, muitos continuam a viver na privação de coisas materiais e, não raro, na miséria, sem referências socioeducativas hegemonicamente legitimadas. Muitos vivem, enfim, numa cultura marginal voltada para a sobrevivência básica e imediata. O número de pessoas cuja perspectiva social pode ser associada àquela idéia de “progresso” (de evolução social) é, hoje, socialmente inexpressivo. As pessoas estão vivendo para o aqui e o agora. Ninguém sabe como será o dia de amanhã.

Nesse sentido, vamos continuar a citar o exemplo de trabalhadores de uma fábrica. As reivindicações de operários podem revelar que estes agem de maneira a apelar pelos interesses da organização a que pertencem, debatendo-se contra o poder e as forças que agem sobre ela. Mas, segundo Tourraine (2002), é difícil surgirem movimentos sociais desses casos, a não ser que, além da luta com uma organização em crise e objetivando-se melhorias de classe, sobressaiam questões sociais mais amplas sobre o poder que orienta, na dimensão do mercado, uma organização específica.

A NECESSIDADE DE TRANSFORMAR A REALIDADE SOCIAL ATRAVÉS DOS VALORES



Graças às tensões de força entre as diferentes interligações institucionais, é comum os movimentos sociais se apoiarem ou provocarem comportamentos de crise. Ao contrário das crises econômicas ou do desemprego, que dificilmente provocam um questionamento (sobre o poder) capaz de engendrar um movimento social, os movimentos sociais seriam, por definição de N. Smelser (*apud* TOURRAINE, 2002), “uma mobilização não institucionalizada por uma ação cujo objetivo é o de modificar um ou vários tipos de tensões sobre a base da reconstituição generalizada de uma componente da ação”(p. 285). Isto é, num movimento social ocorrem necessariamente reflexões sobre a forma de se instituir determinadas organizações sociais, pelo que se infere de um tipo de ação específica.

Na ordem de importância do movimento, Smelser sustenta uma hierarquia que indica o componente da ação do movimento social atingir os valores, as normas, a participação em organizações e, por último, o emprego dos recursos técnicos. Diante da crise, o esforço social se volta para a reconstrução da sociedade, em termos de valores. Na restauração de princípios que garantam a ordem perdida, tenta-se estabelecer um sistema social mais satisfatório em termos de equidade de direitos e de benefícios materiais, ao longo da História. Mas nem sempre as crises têm referência em conquistas passadas. Ao contrário, ao observar as crises, Smelser destaca os cidadãos desejarem a projeção de seu futuro, sem abrir mão de valores essenciais. Assim, segundo o seu pensamento, consideram-se três condições para a ocorrência de crises que despertam as condutas coletivas de modo organizado: a anomia (ou seja, a desordem social), o desejo de restauração social e o de modernização.

Pensando com Smelser, Tourraine (2002) acredita que toda classe popular, ao se defender, simultaneamente contesta. Mas, caso a relação entre os interesses de defesa e de contestação se rompa, o autor crê que a manifestação passe a operar apenas em nível de defesa:

Uma coletividade rural atingida pela penetração do capitalismo mercantil é muitas vezes alcançado por um movimento *messiânico* ou outras formas de revolta. Aí não é suficiente ver uma reação de defesa de uma comunidade lutando contra sua desagregação. Muitas vezes, ao contrário, percebe-se ao mesmo tempo um esforço para se reapropriar da modernização e para lutar contra um adversário ainda distante e mal definido. O messias não é somente

aquele que impõe a volta a uma situação antiga mais ou menos idealizada, mas antes quem tenta transformar em atores aqueles que sofrem a mudança. Trata-se, assim, de um movimento social e não de uma simples reação à desorganização social (p. 285).

Na distinção entre as duas condutas coletivas (uma em nível organizacional e outra em nível social – uma não exclui necessariamente a outra), pode-se depreender que tais condutas podem atingir diferentes objetivos: um ver organizacional e outro social. Segundo Tourraine, são os motivos (melhores salários, novos valores morais etc.) que estimulam a ação organizada dos atores sociais, através das tensões de força entre diferentes instituições. A esses tipos de “modernização social”, digamos assim, produzem-se os protestos. “Tais protestos são, sobretudo, importantes no momento em que se introduz um novo tipo de sociedade” (TOURRAINE, 2002, p. 290).

Comumente, esses protestos aludem a um passado mítico. Como exemplo, no Brasil, ainda é muito comum, ao protestarem por reformas, determinados grupos politizados lembrarem de conquistas passadas e citarem o período getulista, ou qualquer outro período (década de 1970 e até mesmo a ditadura!), num discurso nostálgico, em que se evoca o passado como se este ilustrasse uma experiência histórica socialmente positiva para a melhoria da qualidade de vida do povo.

Os protestos, assim, no fundamento de seus princípios ideológicos, misturam-se entre o passado histórico e o desejo de atualização do presente para o alcance de uma melhor organização social. Imagens evocadas do passado, na tentativa de se transformar a composição do futuro. Um entrelace dinâmico do pensamento humano, no esforço de agir socialmente para mudar o presente de representações estruturais majoritárias, que parecem não dar mais conta das emergências de tantas necessidades advindas das diferenças econômicas e socioculturais. Eis, assim, a anomia, o desejo de restauração social e o de modernização, na dinâmica das condutas coletivas, que podem levar pessoas a se organizar em grupo para agir, formando um movimento social.

ATIVIDADE

3. Caso você se interesse pelas políticas governamentais do período getulista, pela ditadura brasileira da década de 1970 ou sobre a anistia ao fim da ditadura, procure sites a respeito desses períodos e escreva, à parte, três leis e/ou direitos estabelecidos, em cada época que garantiam a ordem pública e/ou a cidadania. Isto pode ser um exercício interessante em termos de ampliação de cultura e de referencial para a formação de um movimento social!

COMENTÁRIO

Ao pesquisar as diferentes políticas em seus diferentes períodos, você poderá ver nas entrelinhas de leis e decretos os interesses do poder hegemônico. A redução da jornada de trabalho, e os direitos instituídos aos trabalhadores foram medidas próprias que surgiram a partir da política populista de Getúlio Vargas. O toque de recolher, a censura e a proibição da leitura de Karl Marx foram medidas que inibiram a expressão e o pensamento sobre as razões de como e por que produzir no mundo capitalista. Ao fim da ditadura, a lei que instituiu a anistia a muitos fundava o início de um novo período em que se ensejava a liberdade de expressão e as mudanças sociais radicais para fazer frente ao período ditatorial.

CONCLUSÃO

Os movimentos sociais decorrem de uma dinâmica complexa entre os diferentes segmentos da sociedade, através do desenvolvimento da visão de mundo das pessoas e as necessidades políticas de atualizar a produção do que se consome culturalmente (isto tanto em termos materiais como intelectuais). Nesse sentido, os aspectos históricos associados às circunstâncias momentâneas promovem uma alteração de valores que se atualizam entre os diferentes atores, em sua representação social, modificando as diversas estruturas socioeconômicas, no cotidiano de relações a que nos encontramos sujeitos e nas quais se pode verificar uma insatisfação coletiva diante do que injustamente os sistemas propõem na prática, apesar de o discurso político ser socialmente igualitário. O resultado da ação dos atores sociais, mediante interesses, tensões e conflitos, é a alteração material e cultural do que há no **MUNDO**, através do seu cotidiano de relações.

Segundo Hannah Arendt (2000), “vida” é diferente de “**MUNDO**”.

A concepção de “vida” diz respeito à Natureza; à vitalidade orgânica que existe no planeta. Já a concepção de “mundo” implica considerar a produção de tudo o que o homem é capaz de gerir, através de sua ação entre pares. Assim, o planeta se encontra organizadamente dividido em termos de países, línguas, culturas etc.; organizações várias que garantem a sobrevivência humana; organizações próprias da esfera mundana.

RESUMO

A formação de um movimento social exige uma ação em grupo. Este, por sua vez, nos apresenta uma conduta coletiva decorrente da crise organizacional e das tensões entre instituições, conforme nos ensina Tourraine (2002). Assim, as condutas coletivas são vistas em dois níveis: organizacional e social. O nível organizacional diz respeito a empresas e organizações mantenedoras do sistema societário. Por sua vez, o nível social se refere às estruturas institucionais, cujo estabelecimento, através de regras, leis e incentivos, possibilita a existência das organizações (privadas ou públicas).

Para analisar as condutas coletivas, Tourraine (2002) aponta três condições para o seu desencadeamento, através da perspectiva de Smelser: a anomia, o desejo de restauração social e o de modernização. Nesse sentido, passado e futuro se encontram. O primeiro pelo fato de que do passado são evocadas experiências de transformações sociais, que supostamente servem de modelo para incentivar positivamente a ação das pessoas no tempo presente. Já o segundo, o futuro, pela razão de as pessoas aspirarem a uma vida melhor nos dias que advirão.

Percebemos, assim, que os atores sociais, necessariamente imersos no fenômeno sócio-histórico, estão limitados a determinados valores decorrentes das circunstâncias de suas condições de vida. Mas os próprios valores não permanecem à parte de alterações intermediadas pela dinâmica processual do espaço-tempo em que os atores agem, relacionando-se entre si, através das instituições. Ao pensar sobre suas condições concretas e sobre o seu agir, os atores sociais acabam por atualizar princípios, criando e revitalizando idéias. Modificam-se continuamente e, assim, também modificam a formação dos seus próprios valores. Na dinâmica da modernização da vida social, o que se constata, portanto, é um conjunto de atualizações integradas (tecnologia, princípios, métodos, visões de mundo, bem como modos de organizar instituições como a família, a Igreja, a Educação e a saúde, entre todos os demais). Dinâmica própria da vitalidade humana, capaz de permitir, através do processo intrínseco à produção do mundo, aos atores sociais a alcançar o que intentam: melhorias nas suas condições de vida.



ATIVIDADES FINAIS

1. Quais são os dois níveis de condutas coletivas? Como ocorrem?

RESPOSTA COMENTADA

Organizacional e social. O primeiro nível (organizacional) ocorre dentro das estruturas decorrentes das leis estabelecidas institucionalmente; o segundo nível (social), no âmbito das próprias instituições.

2. O que o passado e o futuro têm a ver com o desenrolar das condutas coletivas?

RESPOSTA COMENTADA

Por ser um sujeito histórico, o Homem está sempre se remetendo a âncoras do passado para refletir melhor sobre as ações que crêem poder ser positivas para o seu futuro. Nesse sentido, muitas vezes, os atores sociais mencionam ou lembram o passado para ilustrar que agir é necessário para a conquista de futuras transformações sociais.

AUTO-AVALIAÇÃO

Você seria capaz de descrever características sociais das condutas coletivas? Se não, reveja a sua resposta da Atividade 1 e cheque se a sua resposta é coerente com a resposta comentada daquela atividade.

Ao responder a essa auto-avaliação, seria interessante você pensar sobre a sua vida atual. Por exemplo, você diria que existe algum tipo de nostalgia, ao lembrar de experiências passadas? Já observou o quanto você já teve de alterar seus valores e/ou princípios, através dos anos? Notou que essas modificações decorrem de necessidades sociais, voltadas para a sua melhor sobrevivência em diferentes grupos (como o familiar, o profissional e o de amizades)?

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você verá um pouco da história e da prática do MST diante do mundo!

Leituras recomendadas

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

TOURRAINE, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mercanini; MARTINS, José de Sousa. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

MST – Movimento dos Sem-Terra

AULA 5

Meta da aula

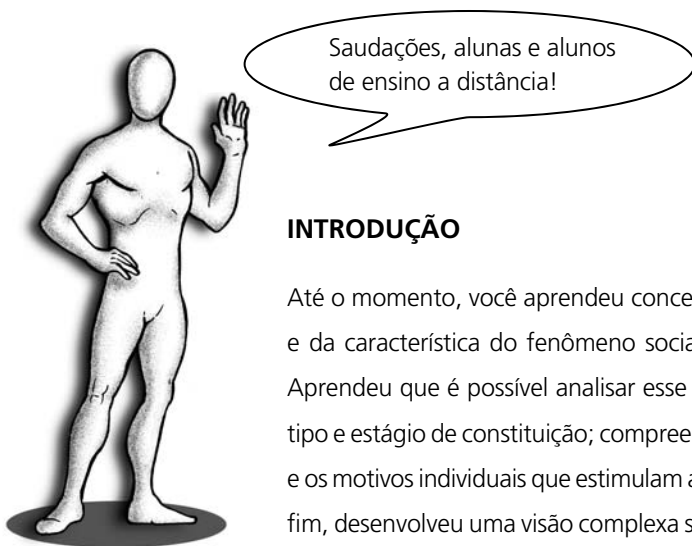
Estender os conhecimentos do aluno sobre a ação dos movimentos sociais através do exemplo da história e da atividade do MST.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Saber, em linhas gerais, um pouco da história do MST e das tensões sociais que propiciaram o seu desenvolvimento.
- Analisar conosco o MST à luz dos conceitos anteriormente trabalhados, a saber: a ordem, a tipologia, o estágio de constituição, as condições estruturais, os motivos individuais e os objetivos da conduta coletiva.

Pré-requisitos

Para melhor entendimento desta aula, é preciso que você tenha conhecimento das Aulas 1, 2, 3 e 4 deste módulo.



INTRODUÇÃO

Até o momento, você aprendeu conceitos teóricos a respeito da classificação e da característica do fenômeno social denominado “movimentos sociais”. Aprendeu que é possível analisar esse fenômeno, classificando-o em ordem, tipo e estágio de constituição; compreendeu quais são as condições estruturais e os motivos individuais que estimulam a formação dos movimentos sociais; por fim, desenvolveu uma visão complexa sobre as condutas coletivas e as tensões sociais que propiciam para o desenvolvimento dos movimentos sociais. Nesta aula, você conhecerá um pouco da história do MST e, através dela, analisará conosco suas características primordiais, exercitando (pela prática da análise) sua compreensão teórica sobre o que se denomina “movimentos sociais”.

AS INVASÕES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em Londres, temos registros de invasões populares no século XIX, no Hyde Park, que se tornaram famosas, apesar de terem sido espontâneas e desorganizadas. Trata-se dos *Mobs*, denominação para “multidões revoltadas contra o custo de vida, as condições de moradia e o desemprego... As ligas da Terra e do Trabalho iriam surgir apenas no início de 1870” (GHON, 1991, p. 71). Naquele momento da história do capitalismo, “o Hyde Park abrigou, na década de 1850, a primeira exposição universal da indústria, arte e demais artefatos” (*id.*), o que significa que o Hyde Park representava um local onde o poder econômico das classes



hegemônicas estava presente. Logo, a manifestação de protesto realizada pelas invasões naquele local não era por acaso, mas uma oposição clara às injustiças sociais evidenciadas pelas desigualdades existentes.

No Brasil, as invasões de terra se misturam com as lutas pela moradia popular na cidade de São Paulo, lutas que fazem parte da própria história de urbanização da cidade.

O Movimento dos Sem-Terra faz parte dessa história e destaca-se, em 1987, pelas manifestações da Zona Leste de São Paulo. Enquanto a imprensa denominava suas ações de “invasões” de terra, seus líderes as denominavam “ocupações”. Diferentemente do que se verifica na década de 1970, com a formação de favelas na Grande São Paulo, as manifestações das ocupações de terra na década de 1980 forçaram negociações com o Estado, pois se tratava de ocupações coletivas e organizadas cujo objetivo era estabelecer direitos de moradia popular, criando polêmicas e conflitos, caso isso fosse necessário. Daí originaram-se projetos populares para a construção de moradias. Por isso, o MST tornou-se uma referência para a organização popular que se inclinou à multiplicação de buscas incessantes e socialmente necessárias para os assentamentos em diferentes pontos do país.

Os fatos sociais que propiciaram a organização de movimentos sociais para ocupar espaços públicos na cidade de São Paulo foram: a superpopulação das favelas, a falta de espaço de moradia urbana a preços acessíveis às classes populares e as leis que dificultavam o empreendimento de novos loteamentos. Todos esses fatos estavam associados à crise econômica, caracterizada, no período, pela inflação e o alto índice de desemprego.

As lutas pelo direito de acesso à terra estão fortemente vinculadas ao MST e aos diferentes desdobramentos dos Filhos da Terra (que surgiram na Zona Norte de São Paulo, mas que atuam também na Zona Leste, não deixando de ser parte constitutiva do MST). Mas muitos foram os movimentos sociais que surgiram na década de 1980 e que obtiveram grande notoriedade por causa de suas ações públicas. A Assembléia do Povo, na região de Campo Lindo, SP, por exemplo, organizou várias ações, através de invasões de espaços públicos e protestos contra as políticas de moradia popular, que mobilizaram a prefeitura e alteraram o modo de os governantes administrarem a habitação urbana. O Movimento de Defesa dos Favelados e o Movimento Unificado das Favelas agiram, na ocasião, em prol dos favelados. O Movimento pela Moradia da Paróquia de São Miguel, que agia tanto no espaço público da Zona Leste como no da Zona Norte, por sua vez, lutava pela construção de moradias populares.

Na Zona Leste, todos os movimentos vinculados à posse da terra estavam intimamente associados à Igreja. O MST, que surgiu oficialmente em 1983, no estado de São Paulo, obteve sua ação na Zona Leste apoiado pela Igreja Católica. Sua efetiva organização viabilizou uma manifestação ímpar na história da política brasileira, diante do Palácio Bandeirantes, “representando 60 municípios paulistas e pretendendo pressionar o governo do Estado para obter promessas relativas à reforma agrária em São Paulo” (*ibid.*, p. 80). Os manifestantes do Sem-Terra foram recebidos, na calçada, pelo governador e, em seguida, no mesmo dia, uma pequena comissão formada por aqueles manifestantes foi atendida pelos secretários de Agricultura e de Descentralização e Participação, nas dependências do palácio. Um mês depois, para apressar a reforma agrária, os sem-terra ocuparam o Parque do Ibirapuera.

Apoiado pela Frente Nacional do Trabalho e pelas Pastorais da Igreja, o MST (ou os Filhos da Terra, segundo GHON, 1991), desde 1985, com a implantação da Nova República, passou a ocupar regiões do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, além do interior do estado de São Paulo. As situações de protesto nos locais urbanos exigiam condições de moradia. Nas ocupações rurais, as manifestações ampliavam reivindicações de moradia e trabalho.

Entre 1984 e 1986, graças ao apoio da Pastoral e à sua alta organização para a ação política, o MST conquistou

1.788 lotes através de programas municipais, principalmente o Projeto João de Barro, onde as famílias constroem suas casas com material financiado pela Cohab. Os terrenos também são financiados pela Cohab ou pelo Funaps (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal) (*ibid.*, p. 81)

Com a posse do novo prefeito, Jânio Quadros, em 1985, foram embargados 367 lotes na região do Itaim, entre outras. O MST apelou para o Governo do Estado, a fim de que o programa de atendimento fosse cumprido. Pela primeira vez, o estado interveio em áreas municipais, decretando a desapropriação “de dois milhões de metros quadrados nos bairros de Itaquera, Ermelino Matarazzo e São Miguel” (*id.*). Apesar de no mês de abril de 1986 o estado ter decretado a desapropriação daquela área de dois milhões de metros quadrados, em outubro, mediante o não-cumprimento do acordo, o MST da Zona Leste invadiu a Sehab

– Secretaria Estadual de Habitação. A ocupação de seis andares do prédio da Sehab durou um dia, quando a comissão de negociação do MST aceitou a proposta do secretário de Habitação de apresentar uma definição sobre 2.700 lotes na região de São Miguel Paulista. Os manifestantes também aceitaram evacuar o prédio, desde que o Governo fornecesse ônibus para os manifestantes retornarem aos seus pontos de origem. O retorno ocorreu de modo pacífico, apesar da tensão inicial e da promessa de uma outra ocupação, caso não fosse cumprido o novo prazo dado pelo secretário para a definição de distribuição de lotes para mais de 1.500 famílias.



A invasão da Secretaria nos revela alguns elementos peculiares do Movimento da Zona Leste, que se diz sem direção e coordenação. Mas observamos a presença marcante da assessoria da Igreja. Observamos também um fato curioso. Ao mesmo tempo que o movimento faz suas negociações diretas com o Estado, sem se interessar por articulações com movimentos de outras áreas de São Paulo, esta negociação não tem um caráter definido *a priori*. Pode ser cordial ou torna-se abruptamente agressiva, como no exemplo da invasão... A análise dos fatos nos revelou que a mudança do nível municipal para o estadual foi fruto da mudança na conjuntura política, com a eleição de Jânio Quadros. Sendo a zona leste da capital um grande reduto eleitoral popular, a desapropriação de áreas nessa região possibilitou ao PMDB, via governo estadual, continuar sua ação em São Paulo (*id.*, p. 83).

As ações do MST associado à Pastoral da Terra e da Habitação continuaram crescendo no sentido de acesso à terra e construção de moradias. O objetivo de construir casas levou o MST a se agrupar com outras organizações voltadas para o mesmo fim. Foi, assim, com o Laboratório da Unicamp, no que concerne ao apoio técnico de construção em mutirão.

Apesar dos avanços sociais decorrentes da ação do MST, em termos de negociação e conquista de determinadas áreas, o final do governo de Jânio Quadros culmina com conflitos em que ocorre a morte de uma pessoa e centenas de feridos diante das manifestações de acesso à terra, em 1987. Vamos ver, resumida e especificamente, a história do MST.



ATIVIDADE



1. Por que razões você acredita que a Igreja atua com o MST na defesa de interesses populares?

COMENTÁRIO

Ao responder, tente associar os valores cristãos à necessidade de uma política governamental que tenha como carro-chefe a dignidade humana, entre outros motivos/interesses plausíveis para a atuação conjunta da Igreja com o MST.

HISTÓRIA DO MST

Institucionalizado em 1985, o MST atualmente está presente em 23 estados e participa ativamente da ação pública, através da representatividade de 1,5 milhão de seus membros. Há 300 mil famílias assentadas e 80 mil em acampamentos. As ocupações de fazendas e áreas diversas marcam a história contemporânea do espaço público e transformam o perfil da cultura brasileira, vista como uma cultura de festas de carnaval e pouco politizada, apesar de que a luta pela terra no Brasil surgiu bem antes do MST.

No final do século XIX, temos as guerras de Canudos e do Contestado. Entre 1950 e 1964, as Ligas Camponesas e Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Esses exemplos pontuam algumas experiências anteriores ao MST na organização para a conquista de terras. Todos esses movimentos foram formados por trabalhadores rurais em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

Lembre-mos de que o MST inicia sua organização no final da década de 1970, quando o Brasil, ao fim do período do “milagre brasileiro”, viveu uma crise econômica que desencadeou desemprego de massas operárias nas cidades. No campo, a situação não era diferente, por conta da mecanização da agricultura no estabelecimento da crescente industrialização do setor de latifúndios.

Em 7 de setembro de 1979, durante a ditadura militar, agricultores sem terra ocuparam a gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Tal ação, promovida pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), foi propiciada pelo descaso do Governo frente a determinadas exigências anunciadas pelos sem terra. Outras lutas paralelas marcaram o período pelos estados do Sul, em Mato Grosso e em São Paulo. Com o tempo, essas manifestações ganharam a simpatia e a adesão da sociedade, contextualizando a expressão democrática brasileira. A multiplicação de notícias de crescentes eventos, pontuados por ocupações de trabalhadores rurais, enfatizou a necessidade da luta pela reforma agrária.

Finalmente, em 1984, o MST é fundado oficialmente no 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado em Cascavel, PR. O 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra ocorre no ano seguinte. A história dos sem-terra nos demonstra que a luta organizada é condição para as conquistas sociais. A organização de acampamentos, ocupações diversas (em sedes de governos e fazendas), marchas, destruição de plantações de transgênicos e greves de fome são exemplos de suas ações.

Em 19 de abril de 1997, várias pessoas de diferentes pontos do país alcançaram Brasília pela Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Em agosto de 2000, o 4º Congresso Nacional contou com a participação de onze mil congressistas.

Dezessete anos de luta fizeram com que os líderes do MST organizassem sistemas internos e reivindicações para além da conquista da terra. A possibilidade de crédito, de construção de moradia, de obtenção de assistência técnica e educação, de atendimento à saúde, entre outras necessidades das famílias sem-terra, são aspectos que levam famílias assentadas a permanecerem associadas ao MST em luta contra as desigualdades sociais.

Existem hoje cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) com 2.299 famílias associadas; 32 cooperativas de prestação de serviços com 11.174 sócios diretos; duas cooperativas regionais de comercialização e três cooperativas de crédito com 6.521 associados. São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces. Essa realidade não teria sido conquistada sem lutas.

Os empreendimentos econômicos do MST geram emprego, renda e impostos, beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil. Aliada à produção está a educação: cerca de 200 mil crianças estudam da 1ª à 4ª série nas 1.800 escolas públicas dos assentamentos. Quatro mil educadores são pagos pelos municípios e desenvolvem uma pedagogia específica para as escolas do campo. Em conjunto com a Unesco e mais de 50 universidades, o MST desenvolve programas de alfabetização para aproximadamente 30 mil jovens e adultos nos assentamentos. Há diversas universidades brasileiras (PA, PB, SE, ES, MT, MS e RS) envolvidas com cursos de Pedagogia e Magistério para formar novos educadores dentro dessa perspectiva pedagógica.

Há também a formação de técnicos em administração de assentamentos e cooperativas e magistério. Em 2001, iniciaram o curso técnico em Enfermagem e um Programa de Educação Ambiental para lideranças, professores e técnicos de áreas de assentamentos, associado ao Ministério do Meio Ambiente. Preservação de matas, plantio orgânico e produção de ervas medicinais são outras ações de significativa representatividade política do MST.

A luta do MST continua situando a ação em grupo, unindo e convocando a união de movimentos do campo e da cidade, objetivando continuar seu propósito de construir um projeto popular no Brasil.

ATIVIDADE

2. Recapitule a história do MST e destaque, em sua opinião, quais foram os anos mais importantes de sua constituição, descrevendo e salientando a sua relevância através dos respectivos eventos que os consolidaram.

COMENTÁRIO

Consulte o texto anterior e separe tanto os eventos que você considera importantes que consolidou a institucionalização e fundação do MST, bem como projetos para a perpetração de sua expressão social. Leia os comentários finais das Aulas 6 e 7 a respeito da sua autonomia para ajuizar o que é importante para você desenvolver sua resposta. Nesse exercício, portanto, dedique-se a desenvolver também um pouco mais a sua autoconfiança (mesmo que você já creia que ela seja muito desenvolvida). No momento, tente apagar a idéia do "Professor, o que o Senhor quer que eu responda?"

ANÁLISE DAS CATEGORIAS TEÓRICAS PRESENTES NA HISTÓRIA DO MST

Segundo o que você acabou de ler sobre o MST, de imediato poderíamos classificar esse movimento como de ordem ativa, pois seus membros querem alterar a ordem da estrutura social, estabelecendo novos direitos e modelos para a organização social. Afinal, o MST deseja mudanças profundas na distribuição e no uso da terra, tanto no âmbito rural como no espaço urbano.

Quanto à tipologia, você poderá facilmente identificar que há um conjunto de características que se imbricam. Podemos dizer que o MST tem um perfil migratório, já que muitas vezes seus agentes migram, ao longo do país, na esperança de melhores condições sociais; mas não deixa de ser um movimento progressista, uma vez que, ao agir, o MST impele outros segmentos (Igreja e partidos políticos) a lutar por modificações na estrutura social estabelecida. Nesse sentido, torna-se um movimento



reformista, considerando o fato de que seus membros primam por introduzir o que acreditam ser o mais justo para a sociedade a que pertencem, sem com isso alterar as estruturas básicas já estabelecidas (o MST quer a distribuição de terras, ampliando o número de proprietários – mas a noção de propriedade tal qual a entendemos permanece inalterada em seu uso, mesmo que se estabeleçam cooperativas de proprietários de um mesmo solo). É revolucionário, pois não deixa de ter um caráter de combate ao que é socialmente conflitante, desagradável e confinante (como vem sendo a privação que muitos

cidadãos brasileiros vêm passando), saindo em campo para romper com a ordem hegemônica, na conquista da distribuição da terra.

No que diz respeito ao seu estágio constitutivo, o MST está solidamente reconhecido no Brasil e no mundo, desempenhando um papel fundamental para a consolidação da cidadania na sociedade brasileira. As condições estruturais: a) descontentamento social; b) bloqueio estrutural; c) contato; d) eficácia; e) ideologia (conforme a Aula 3) podem ser vistas e revistas no acompanhamento da imprensa. Enfim, as motivações individuais e os objetivos da conduta coletiva são fatores cujo sentido nos volta às questões da mobilidade social e ao estabelecimento de uma nova ordem capaz de atender às expectativas de qualidade de vida.

ATIVIDADE



3. Você concorda com a análise anteriormente feita? Discorra sobre o assunto, exercitando seu poder de síntese, relatando o quadro da situação em que você pondera a ação do MST. Enumere prós e contras da ação do MST para a alteração do atual quadro social brasileiro diante do mundo.

COMENTÁRIO

Ao responder a essa pergunta, pense na dignidade humana e nas atividades do mundo globalizado, cujas exigências vão além da alta qualidade de vida, no que tange ao consumo, à produção do que mundial e tecnologicamente se dispõe, à auto-sustentabilidade e à ecologia.

CONCLUSÃO

Como você viu, uma análise sobre um fenômeno social não é nada fácil, caso não queiramos cair numa redução muito simples da ação de agentes sociais e dos seus resultados na esfera pública.

RESUMO

Quando se estuda um pouco da história do MST, pode-se perceber como uma análise sobre um determinado tipo de ação socialmente organizada para a luta por um fim comum não é nada fácil. As características de um movimento social se entrelaçam por diferentes interesses (pessoais e sociais). Saber ponderar sobre a ação dos movimentos sociais e suas conseqüências na organização da estrutura da sociedade é um exercício que exige uma reflexão sobre os motivos que levam determinadas pessoas a agir e sobre o modo de como põem sua ação em prática.

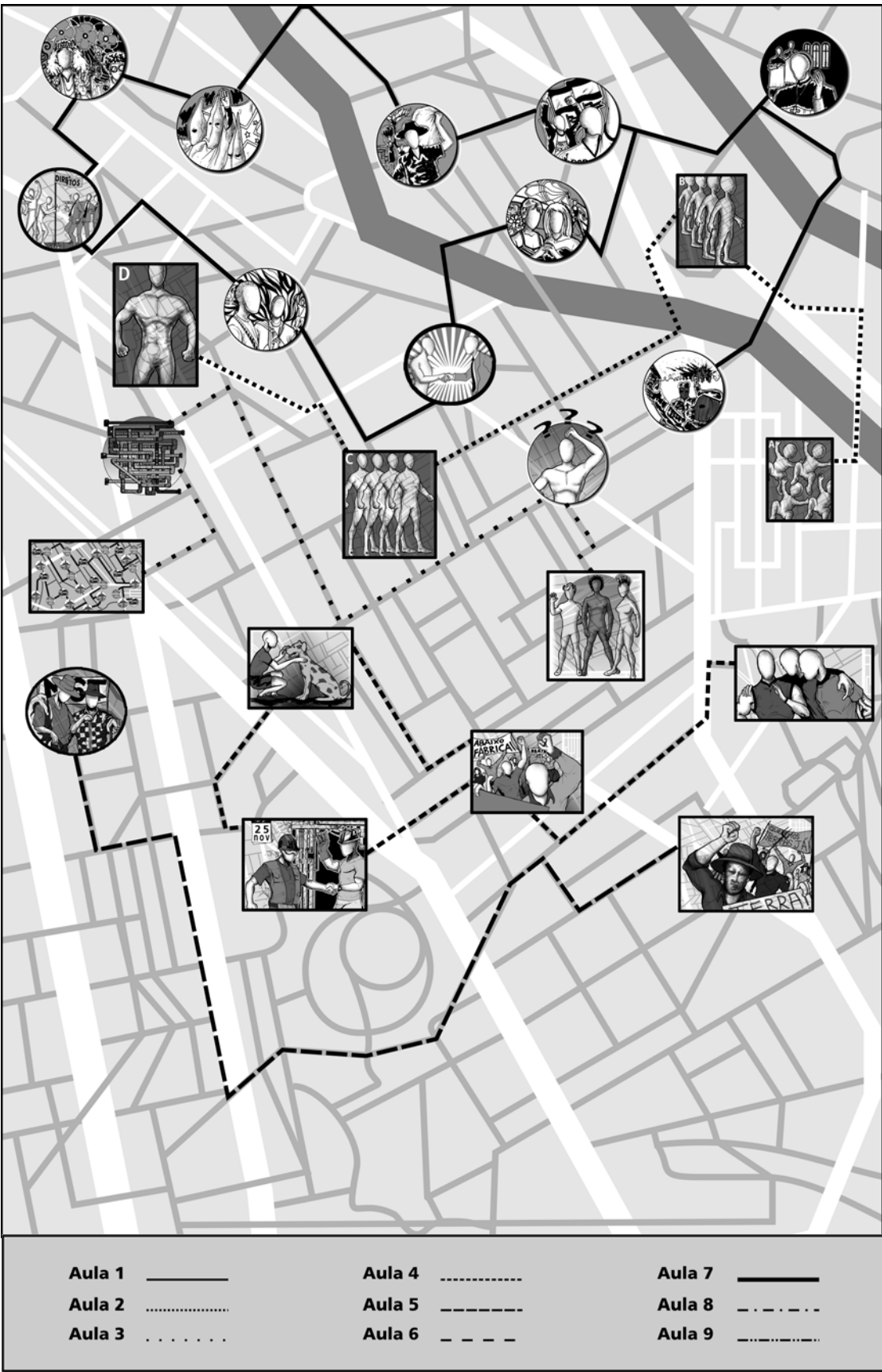


ATIVIDADE FINAL

Você acredita que o MST é um movimento importante para a reforma agrária? Por quê? Qual a importância para a imagem do Brasil, no mundo, à medida que o Estado se demonstra capaz de solucionar problemas colocados pelo MST ?

RESPOSTA COMENTADA

Acreditamos que todo e qualquer comentário a respeito de sua crença sobre o que é importante para você já tenha se tornado, nesta aula, dispensável, não é mesmo? Portanto, mãos à obra! Estamos confiantes de que você está cada vez mais autônoma/o não somente para responder a essas questões de forma plausível, como também confiantes de que as suas tomadas de decisão face à vida, cada vez mais, situam uma autonomia fundamentada na reflexão lógica sobre tudo o que é importante para o alcance da felicidade. E..., você há de concordar, como é impossível ser feliz sozinho...; finalmente, estamos seguros de que a autonomia de suas respostas bem fundadas na razão vêm considerando o bem comum além do seu bem individual!



AUTO-AVALIAÇÃO

Ao resolver as atividades desta aula, você deve ter notado que as respostas serviram apenas de orientação para as perguntas, deixando-o livre para construir suas respostas. Sei que você percebeu que o MST é um dos principais movimentos sociais do Brasil, cuja ação visa à democratização do espaço em prol da qualidade de vida. Desta forma, o MST vem conquistando direitos constitucionais para pessoas que foram excluídas do jogos das hegemonias no cenário brasileiro.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você verá como o MST vem organizando a educação de seus membros no percurso de suas lutas.

O MST – Movimento dos Sem-Terra – e a Educação

AULA 6

Meta da aula

Ilustrar o MST como um movimento social de prática educativa.

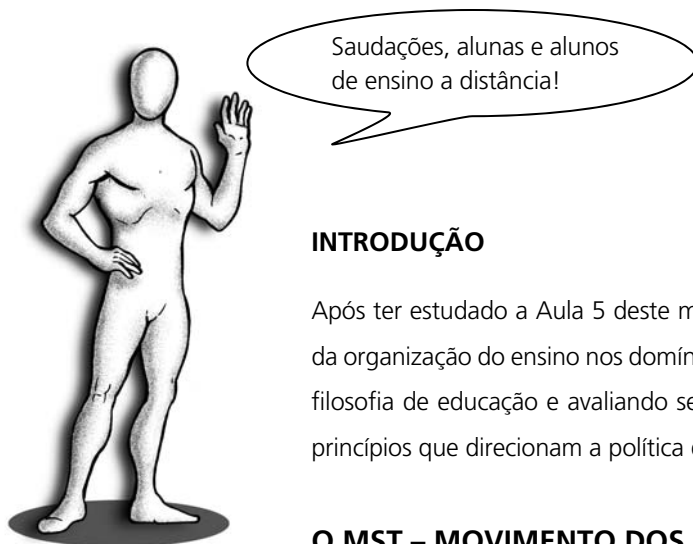
objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Conhecer como o MST organiza a educação dentro de sua comunidade.
- Analisar conosco como a filosofia de educação do MST norteia a sua prática de ensino.

Pré-requisito

Para que você compreenda melhor esta aula, é preciso que você tenha conhecimento da Aula 5 deste módulo.



INTRODUÇÃO

Após ter estudado a Aula 5 deste módulo, você agora conhecerá um pouco da organização do ensino nos domínios do MST, refletindo conosco sobre sua filosofia de educação e avaliando se sua prática educativa converge para os princípios que direcionam a política de sua atuação social.

O MST – MOVIMENTO DOS SEM-TERRA – E A EDUCAÇÃO

Para os líderes do MST, lutar somente pela terra não é suficiente para uma reforma social. A luta pela reforma agrária, assim, vai além da conquista da terra e abrange a conquista da cidadania plena, cujo exercício exige a educação numa prática da autonomia do pensamento. Este último, o pensamento, depende de um conjunto de informações e práticas próprias do “estudar”. A Educação, assim, torna-se não apenas um direito pelo qual também é preciso mobilização, organização e lutas em nosso país, mas um desafio para a construção da autonomia.



A filosofia da Educação do MST parte do pressuposto da união de todos, pois o processo da Educação tem uma dinâmica que abrange a participação das crianças, das mulheres, dos jovens e dos idosos, na tentativa de construir novas relações e consciências. Desse processo não está apartada a participação de seus membros em marchas, assembléias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, entre outras mobilizações. A reunião de participantes do MST para aprender e ensinar o alfabeto encerra uma prática, cujo propósito implica o exercício freiriano, em que o ato de ler e escrever a realidade e a vida que experimentam ergue o reflexo de suas reais condições com vistas às mudanças sociais.

Até onde temos registro, o complexo do sistema de ensino do MST reúne um universo de 1.800 escolas de Ensino Fundamental, com 160 mil crianças e adolescentes freqüentando essas unidades em acampamentos e assentamentos. Mesmo assim, ainda é grande o número de crianças e adolescentes fora do ensino. Tanto a falta de reconhecimento legal da escola quanto a falta de aceitação de uma proposta de currículo adaptada às necessidades dos filhos de trabalhadores rurais são fatores que dificultam o acesso de muitos à escolarização.

Há cerca de quatro mil educadores nessas escolas alternativas, além de 250 que atuam exclusivamente na educação de crianças de até seis anos, no setor denominado Cirandas Infantis. Em torno de três mil educadores de alfabetização de jovens e adultos estudam aproximadamente 30 mil alfabetizando. Muitos educadores são voluntários; outros, mobilizados por parcerias e projetos.

As escolas nos assentamentos são públicas. Nos acampamentos, luta-se pelo ensino gratuito, no esforço de estabelecer o ensino público. No Rio Grande do Sul, o direito à escolarização em acampamentos foi conquistado graças à aprovação do Conselho Estadual de Educação da Escola Itinerante, cujas matrículas registram crianças de 7 a 12 anos, de 1ª a 5ª série, desde 1996, acompanhando o acampamento para onde quer que ele vá.



A diferença entre acampamento e assentamento diz respeito à transitoriedade da ocupação do espaço público ou privado (praças ou fazendas). O acampamento pode não ter necessariamente o objetivo de permanência, pois durante o curso de sua locomoção voltada à ação, um grupo poderá acampar em vários lugares (por exemplo, acampar em frente ao Palácio do Planalto). Em contrapartida, os assentamentos têm o *status* da permanência, da construção de raízes num determinado espaço conquistado para o estabelecimento de famílias.

A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DO MST

Uma vez que você tomou ciência de como é feita a escolarização nos acampamentos e assentamentos do MST, vamos agora ver um pouco da sua filosofia de Educação.



A Educação nos acampamentos e assentamentos tem seus princípios filosóficos voltados para:

- a formação da sociedade por meio de valores humanistas e socialistas;
- a educação de classe;
- a transformação social;
- a cooperação;
- a valorização do indivíduo.

Baseados em valores humanistas e socialistas, os princípios da Educação do MST têm como meta a formação de indivíduos para a transformação da sociedade. Os líderes do MST crêem que, através da educação, os participantes do movimento poderão estabelecer a justiça social. Nesse sentido, seus educadores são orientados para desenvolver consciência de classe e consciência revolucionária ligadas às lutas e aos objetivos do Movimento. Em outras palavras, formar militantes para as organizações de trabalhadores capazes de intervir socialmente para a transformação da realidade. Para tanto, os membros do MST educam para fomentar a cooperação entre as diferentes faixas etárias, ao longo do cotidiano da vida no campo. Considerando a organização da sociedade atual estar voltada para o lucro e o individualismo, os participantes ativos do MST pretendem defender, em seu ensino, uma formação político-ideológica, técnico-profissional, cultural, afetiva e moral, em que a cooperação se torne o elo entre crianças, adultos e idosos com vistas à conquista de uma nova ordem social. Na prática desse ideal teórico, o Movimento cultiva o princípio de discutir métodos de ensino, discussão que tenta levar em conta tanto o cotidiano da prática rural dos trabalhadores quanto os sentimentos de todas as pessoas envolvidas no processo educacional.



COMO SE ENSINA?

Pelo que se tem de registro, a prática da produção do conhecimento nos assentamentos e acampamentos decorre da realidade dos estudantes. Segundo Coltro (1998), para compreender a situação da agricultura no país, por exemplo, recorre-se ao pensamento de como a agricultura do próprio assentamento vem sendo produzida.

Relacionar teoria e prática – para que os alunos tornem-se pessoas capazes de articular as questões do dia-a-dia, ou problemas que aparecem no ambiente de trabalho e na militância do MST – e combinar processos de ensino e de capacitação são os dois primeiros preceitos pedagógicos do MST. Dirceu Queiroz dos Santos, um dos coordenadores de educação do MST, explica que na Matemática, por exemplo, os alunos utilizam o próprio processo de produção para compreender a disciplina. ‘Em um dos acampamentos do Estado de São Paulo, os estudantes mediram a área onde um parque ia ser construído e calcularam quanto material seria utilizado. Usaram a teoria da disciplina na prática’, diz Santos, relacionando a luta do Movimento com as suas próprias experiências pessoais (Renata Coltro, com reportagem de Luana Fischer – Semeando – Educação no MST Projeto Experimental – Jornalismo – 4º ano PUC/SP – Junho /98).

“Saber-fazer” e “saber-ser” são os saberes que guiam os educadores em sua meta pedagógica. Para atingir os princípios da Educação do MST, determinadas habilidades e capacidades são fomentadas pelo relato das experiências de vida dos trabalhadores (no caso da educação de adultos). As situações cotidianas da vida no campo tornam-se, assim, objeto de reflexão do comportamento dos participantes do MST. De acordo com o Boletim de Educação do MST, citado por Coltro (1998), o Movimento determina o rol de conteúdos a serem ensinados em suas escolas, baseando-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) acrescidos de técnicas agrícolas e comerciais, além de direitos humanos. O mesmo boletim prestigia a cooperação e a expressão de uma cultura própria como meta da prática pedagógica.

APRENDER PARA O TRABALHO

A ligação entre processos educativos, políticos, econômicos e culturais, para que os estudantes sem-terra tornem-se militantes de fato, é outra preocupação pedagógica do movimento: “A escola não pode negar sua relação com a política. Deve, portanto, alimentar a indignação diante de situações de injustiça e impunidade que estão sendo, atualmente, difundidas pelos meios de comunicação e pela sociedade”, prega o boletim do MST. E para que os alunos pensem dessa forma, enfatizam-se o estudo de História, o de Economia Política e, também, a participação dos trabalhadores sem-terra em lutas sociais de outras categorias.



Nas escolas dos acampamentos e assentamentos, pretende-se mostrar aos alunos que o trabalho é gerador de riquezas e que se deve saber a diferença entre relações de exploração e relações de igualdade na lida do campo. Há, também, uma preocupação para que não se discrimine o trabalho manual, diante do intelectual (*id.*).

Membros e representantes dos acampamentos e dos assentamentos participam da gestão das escolas locais. O princípio democrático da organização do MST exige a decisão em conjunto e o respeito às decisões tomadas para agir e avaliar o que foi coletivamente conquistado. No âmbito da escola, a prática se repete na dimensão da “sala de aula” (que pode ser uma tenda ou uma sombra de árvore), pois os estudantes sem-terra são levados a pensar sobre seus problemas, de modo a encontrar soluções dentro do espaço escolar.

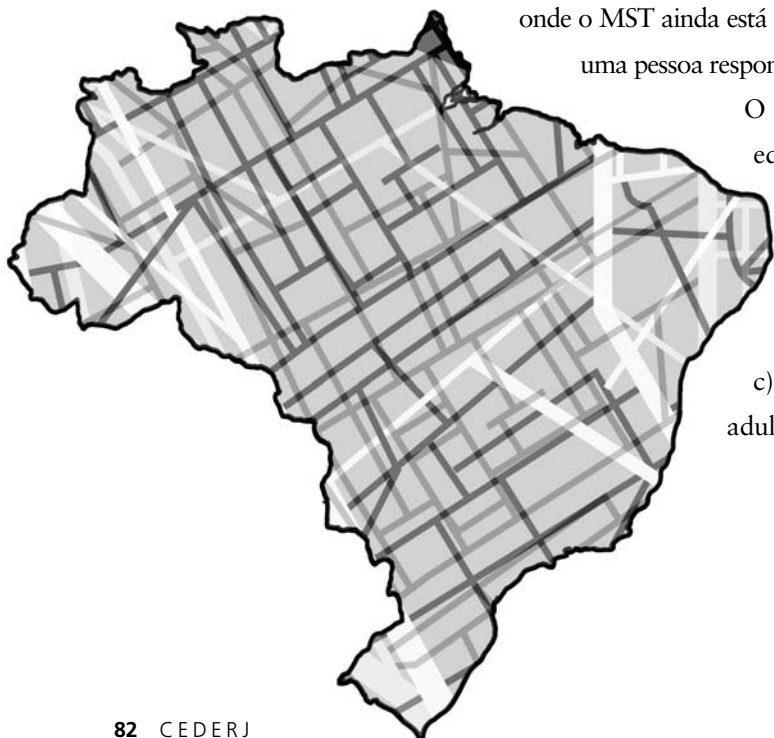
Há várias ações ligadas à filosofia de ensino do MST. O núcleo de educação local, a formação permanente de educadores e atividades de pesquisa nas práticas da terra contribuem para fundar um modo de vida que atenda às necessidades do grupo. Professores da rede pública de ensino ajudam na educação desses estudantes.

O SETOR DE EDUCAÇÃO

Desde 1987 há um setor de Educação associado aos diferentes núcleos de educação, organizado em 23 estados brasileiros. “Nos outros estados onde o MST ainda está em fase de assentamento há, pelo menos, uma pessoa responsável pelo segmento educacional” (*id.*).

O setor de educação regula as atividades educacionais, de modo que se cumpram os objetivos de:

- a) educar crianças de até seis anos;
- b) estabelecer escolas de 1ª a 8ª série nos acampamentos e assentamentos;
- c) alfabetizar e pós-alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso aos estudos.



O setor de Educação, como núcleo administrativo do ensino no MST, também garante o trâmite de reconhecimento do grau obtido nas escolas do MST pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), o que possibilita aos alunos o ingresso ao ensino superior comum.

Os preceitos pedagógicos cultivados no setor de Educação convergem para a filosofia pedagógica do MST. São eles, segundo Coltro (*id.*):

- relacionar teoria e prática;
- combinar métodos de ensino e de capacitação;
- educar para o trabalho;
- associar educação e cultura;
- incentivar a auto-organização dos estudantes;
- gerir democrática e pedagogicamente as escolas;
- incentivar atividades de pesquisa;
- associar interesses coletivos e individuais.

ATIVIDADE



1. O que você pensa ser possível sugerir ao ensino regular comum (da sua escola, por exemplo) a partir do modelo da prática da filosofia de Educação do MST? Por quê?

COMENTÁRIO

Pense no que foi dito a respeito da prática do ensino do MST. Navegue um pouco pela internet, onde você verá várias páginas a respeito de sua prática escolar. Confronte a prática do ensino do MST com aquela em que você tem experiência e, no confronto entre ambas as práticas, sugira procedimentos que você acredita serem positivos ao ensino das escolas regulares, explicando as razões para ter feito tal escolha.

PRINCÍPIOS E LINHAS METODOLÓGICAS DO MST

Os princípios pedagógicos, isto é, os caminhos de fazer e pensar a Educação têm como meta concretizar determinados princípios filosóficos. Tornam-se elementos essenciais para a prática educacional e, no caso do sistema de ensino do MST, inclui a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando atenção de que há práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. Assim, as diferentes práticas pedagógicas entre escolas infantis de assentamentos e cursos de ensino específico, como Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), atendem aos mesmos princípios filosóficos e pedagógicos.

Entre as linhas metodológicas do MST, destacam-se as seguintes:

- O preparo de crianças e jovens no meio rural, desenvolvendo neles o amor pelo trabalho na terra associado à ciência de que os assentamentos dependem de enfrentar desafios no âmbito da produção, da Educação, da saúde, da habitação etc.
- A prática de um ensino que tente levar o conhecimento científico à realidade e vice-versa. O ponto inicial para desenvolver os conteúdos das várias matérias de ensino tem como referência as próprias experiências de trabalho organizado pelas crianças e jovens no assentamento.
- Ter como desafio a escola, ajudando no desenvolvimento cultural do conjunto do assentamento. Para além da sala de aula, e por intermédio dos próprios alunos, a escola dentro do MST pode e deve participar e até organizar campanhas de alfabetização de adultos, elaborando o jornal da comunidade, as festas culturais, fazendo reflexão sobre estas atividades, para que sejam mais uma experiência que se integre ao conjunto das aulas.
- Vez e voz do aluno na escola, trazendo o seu saber às lições sobre as lutas do grupo, pelo que se formaliza o currículo de ensino do MST.
- O setor de Educação do MST acredita que é necessário investir na capacitação dos professores, procurando implementar programas específicos, a fim de que os princípios filosóficos se traduzam numa proposta pedagógica renovada – na possibilidade de construir uma nova metodologia de trabalho em sala de aula. Segundo os mentores do ensino do MST, a relação prática–teoria–prática deve inverter a própria lógica usual da apropriação e produção do conhecimento.

- A escola não é apenas um espaço para a produção e reprodução de conhecimentos; é, sobretudo, um lugar de viver e refletir sobre os valores humanos em seus múltiplos papéis sociais. A escola e as práticas nela cultivadas, segundo o MST, podem ser um dos caminhos para proporcionar às crianças e aos jovens o desenvolvimento de valores como o companheirismo, a igualdade, a fraternidade e o próprio valor da busca coletiva e solidária da felicidade. Valores esses tão distantes do nosso atual cotidiano egoísta.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST

As lutas sociais do MST estão ligadas às defesas que ideologicamente o movimento sustenta. Note que há coerência em termos de lutar pelo direito comum, de produzir o fazer social de modo organizado e livre e o incentivo de uma prática de ensino cujos participantes são induzidos à reflexão (exigida na prática da autonomia). Esse fato vem despertando a admiração de governos estrangeiros que entendem o MST gerir uma ação que socializa os seus participantes. Até porque, de certa forma, as lutas sociais voltadas para o direito da ação coletiva em prol de conquistas sociais corrobora o ponto de vista do livre comércio (por intermédio de cooperativas, por exemplo). A ação social, deste modo, acaba por integrar pessoas socialmente marginalizadas para o sistema econômico vigente, já que o movimento cria suas próprias oportunidades para o trabalho, na ótica da sustentabilidade e da ecologia, na esfera de sua realidade rural – aspectos essenciais à nova ordem globalizada da atual economia mundial. Não é à toa que o MST vem despertando a atenção da ONU, de ONGs e de diferentes governos.

No processo de difundir a ideologia do movimento entre seus iguais, educa-se. Como você já deve saber, os princípios filosóficos dizem respeito à nossa visão de mundo, às nossas concepções mais gerais do fazer humano. A Filosofia não é uma ciência, mas um saber sobre as atividades humanas (inclusive um saber sobre a atividade científica). Portanto, a Filosofia se ocupa não somente da Física, Metafísica ou Tecnologia, mas analisa os efeitos (ou os possíveis efeitos) decorrentes de descobertas e invenções do Homem sobre a Natureza e a sociedade. Logo, a educação de uma pessoa permite construir sua visão de mundo. Visão possível a partir de uma “lente” construída pelo fazer social, através do que uma pessoa se torna capaz de ver e avaliar a vida e o mundo em que vive.

Diríamos, portanto, que a filosofia da Educação é a direção para a qual aprendizes são impelidos a olhar a vida e o mundo. Uma direção do olhar justificada pelo fundamento de objetivos estratégicos para o trabalho pedagógico. Educamos para a vida. Mas não para uma vida qualquer. Educamos para um tipo de vida específico. Tal tipo se torna um fazer mundano. Mundano, pois pertence ao cotidiano de afazeres que persistem na tradição e na cultura de nossos familiares e ensinantes. Nesse sentido, estamos todos limitados à condição social em que nos encontramos, pelo desenvolvimento da historicidade. No entanto, no entrelace do passado com o presente, de cujo tempo somos todos atores, passado e presente se unem, na ação humana capaz de transformar o possível, dentro dos limites do nosso olhar para o mundo e tudo que nele há. Olhar cuja possibilidade de visão é proporcional à medida que nos tornamos capazes de realizar concretamente idéias; à medida que as nossas ações transformam a História, pelo presente de vida que há em nosso corpo. Bonito isso, né? Mas não adianta apenas teorizar. É necessário descobrir nossos caminhos e lutarmos para conquistar o direito de seguir nossa direção. É isso que os participantes do MST vêm tentando e, em certo grau, conseguindo.

ATIVIDADE



2. Enumere as três características mais importantes defendidas pela ideologia de ensino do MST, três princípios filosóficos e três pedagógicos. Diga, em linhas gerais, por que você acredita que as que selecionou sejam, entre tantas outras características, as mais importantes.

[illegible]

COMENTÁRIO

Se você até agora não se vê ainda capaz de selecionar mais facilmente as características que considera as mais importantes, veja o item a seguir (resumo) e, usando o seu bom senso, selecione-as.. Essa resposta, como a maioria que viemos tentando suscitar em você, depende de sua autonomia e bom senso. Em frente!

RESUMO

A seguir, pontuamos, então, como suplemento, o que resumimos nesta aula, destacando tanto as principais defesas fundadas na ideologia do movimento, quanto os principais princípios filosóficos e pedagógicos difundidos pelo seu setor de ensino.

As principais defesas que permanecem como bases da Educação do sistema de ensino do MST

- O direito, sem restrição de idade, à educação básica.
- A construção coletiva da escolarização.
- Metodologias e práticas educativas adequadas à realidade do meio rural e do MST.
- Ensino público de qualidade nas escolas dos assentamentos.
- Pedagogias inspiradas em princípios libertários, freirianos.

Princípios filosóficos da Educação no MST

- Educação para a transformação social.
- Educação aberta para o mundo, aberta para o novo.
- Educação para o trabalho e a cooperação.
- Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.
- Educação como processo permanente de formação/transformação humana.

Princípios pedagógicos da Educação no MST

- Relação permanente entre a prática e a teoria.
- Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação.
- A realidade como base da produção do conhecimento.
- Conteúdos formativos socialmente úteis.
- Educação para o trabalho e pelo trabalho.
- Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.
- Vínculo orgânico entre processos educativos e processos produtivos.

- Vínculo orgânico entre educação e cultura.
- Gestão democrática.
- Auto-organização dos/das estudantes.
- Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores.
- Atitude e habilidades de pesquisa.
- Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.



Os dirigentes do Setor de Ensino do MST recomendam a leitura do Caderno nº 8 – “Princípios da Educação no MST”, para o extenso detalhamento de cada item citado.



ATIVIDADE FINAL

Tendo em vista os conteúdos apresentados nesta aula, escreva sobre os pontos de convergência que você encontra entre a ideologia do MST e os princípios que norteiam a sua educação. Depois, compare e analise a ação do movimento para a escolarização, os acampamentos e os assentamentos com a sua prática escolar.

COMENTÁRIO

O exercício de análise é fundamental para que você desenvolva sua autonomia. Mesmo que pareça difícil no início, separe os itens que você respondeu anteriormente e tente desenvolvê-los de forma crítica, dentro de um discurso coerente em termos de argumento. Isto é um desafio. Bom trabalho!

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você verá outros exemplos de construção de cidadania.

Ajudando a construir a cidadania

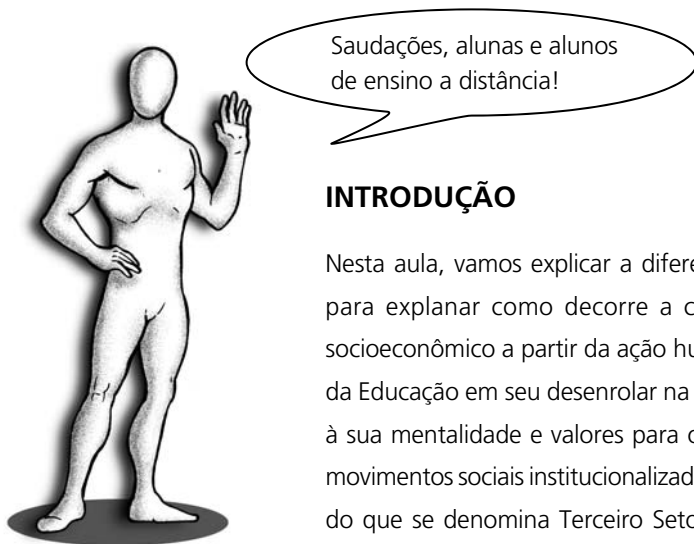
AULA 7

Meta da aula

Apresentar os imperativos da atual Educação, correlacionando-os com o quadro socioeconômico atual, numa visão crítica da construção da cidadania e do mundo.

Com esta aula, esperamos que você possa:

- Articular e promover eventos educacionais voltados à cidadania.
- Pensar em se tornar um empreendedor social.
- Descrever o que é e em que consiste o Terceiro Setor.



INTRODUÇÃO

Nesta aula, vamos explicar a diferença entre os conceitos de vida e mundo para explicar como decorre a construção da organização do processo socioeconômico a partir da ação humana. Em seguida, destacaremos o papel da Educação em seu desenrolar na formação dos sujeitos, no que diz respeito à sua mentalidade e valores para o agir, estendendo-nos à racionalidade de movimentos sociais institucionalizados e de ordem passiva e à concepção formal do que se denomina Terceiro Setor. Por último, apresentaremos, em linhas gerais, as implicações do assistencialismo e a autonomia desejável para a ação do sujeito no mundo atual.

A AÇÃO DA VIDA PARA A CONSTRUÇÃO DO MUNDO

Hoje em dia, muitos são os cursos voltados para o aluno se profissionalizar em um determinado ramo técnico. Cursos de informática e estética substituem, no mercado do ensino profissionalizante atual, os antigos cursos de datilografia e trabalhos manuais. Mas a autonomia necessária a decisões diante de fatos tão novos resultantes da tecnologia do nosso tempo exige, sobretudo, uma pessoa saber pensar. Como lidar com os celulares e as máquinas modernas sem dispor de tempo para, inicialmente, entendê-los? Apertar um dígito errado poderá significar a perda de um número de telefone que nos é afetivamente valioso ou um trabalho que nos custou muito escrever na tela de um computador. Por isso, em vez do **TECNICISMO CLÁSSICO** herdado do *know-how* industrial americano – cuja prática exigia apenas rapidez de movimentos ajustados à velocidade das máquinas, objetivando o lucro através da manufatura do maior número de produtos possível –, nos dias de hoje saber pensar é uma exigência essencial para o perfil do profissional contemporâneo.

Mesmo nos ambientes de produção industrial, saber pensar tornou-se uma exigência indispensável. Ao contrário de centenas de operários distribuídos em diferentes seções de linha de produção, nas fábricas de ponta encontram-se dois ou três engenheiros de produção cuidando de diferentes máquinas que operam no lugar de centenas de homens. Lidar com a robótica, pela linha de produção, ou mesmo lidar com a informática domiciliar, demanda uma pessoa ser capaz de ajustar suas decisões de comando para proceder de modo a alcançar seus objetivos com a máquina a operar. Essa autonomia do profissional contemporâneo é um **IMPERATIVO** da economia global.

O **TECNICISMO CLÁSSICO** se caracteriza pela prática de operar máquinas de forma mecânica, sem exigir dos operários saber pensar. Tal prática objetiva o lucro através da manufatura do maior número de produtos possível. O *fast food* permanece como exemplo disso.

Muitos são os **IMPERATIVOS** da economia global. Entre eles destacamos, no momento, a autonomia, a auto-sustentabilidade, a ecologia e as fontes alternativas de energia.

Por outro lado, em se tratando do tipo de vida que as pessoas levam paralelamente ao trabalho, as diversas representações culturais são compreendidas atualmente como manifestações necessárias à manutenção de identidades (culturais) que se educam na direção dos imperativos da economia globalizada. Obtém-se, assim, um quadro de diferentes grupos étnicos e religiosos, situados nos cinco continentes, que são integrados na racionalidade de um mercado econômico comum, pois, para o mercado, é necessário existir o maior número possível de consumidores para os seus produtos.

Dessa forma, diferentes grupos são convocados a pensar não somente em suas identidades e em sua representação, mas também em sua participação local para a manutenção da vida no planeta, através da ação produtiva, cada vez mais globalizada. Afinal, é pela Natureza encontrada no ambiente do planeta que se produz **O MUNDO EM SUA INEVITABILIDADE ECONÔMICA**. Através das riquezas naturais, produzem-se as mercadorias de consumo. O consumidor em geral, por sua vez, é aquele que gasta sua energia vital trabalhando para amealhar capital. Temos, portanto, à razão de Marx, que o trabalhador tem como mercadoria sua força de trabalho e a troca por outra mercadoria: dinheiro (ou capital). Este último, por seu turno, é trocado por outras mercadorias, permitindo que o trabalhador consuma os produtos necessários à sua existência.

No ciclo da troca de energia do corpo (ou da força de trabalho) por dinheiro – que envolve um olhar para a economia, a produção do mundo e tudo que nele há para o serviço da sobrevivência do homem –, a educação desempenha o papel fundamental de preparar profissionais, mas não menos o de formar sujeitos, a fim de manter e construir a realidade mundana, através da vitalidade humana. Diga-se de passagem que, para Arendt (1999), toda ação entre homens é política. A ação dos sujeitos se torna, nesse sentido, essencial, pois através da ação do homem (possível apenas pela vitalidade do seu corpo), o mundo se torna viável em sua construção sistemática: sistema econômico, de educação, saúde, habitação etc. Nessa concepção os humanos são, por consequência e obrigatoriamente, sujeitos de ação, isto é, devem agir para construir e manter o mundo numa permanente atualização sociocultural e econômica.

Para entender melhor essa frase conceitual, faz-se necessário evocar o pensamento de Arendt (1999). Esta autora, em *A condição humana*, nos explica a distinção entre vida e mundo. Aquela primeira situa a Natureza e tudo o que há no planeta, cuja existência independe do ato humano de criar. O mundo, por sua vez, decorre da ação humana. O mundo é a consequência de uma série de artifícios criados pela organização advinda do pensamento e do agir humanos. Nesse sentido, a política seria um artifício dos mais essenciais, pois, por seu intermédio, a ação tácita organiza a sobrevivência da espécie, inevitavelmente dependente de uma economia, ou melhor, inevitavelmente dependente de um modo de organizar socialmente o seu sustento. Daí, dizemos: **"O MUNDO EM SUA INEVITABILIDADE ECONÔMICA"**.

Pela ação, simultaneamente mantenedora e transformadora da vida e do mundo (transformadora, pois atualiza tanto a vida quanto o mundo em sua inevitabilidade), educa-se para diferentes identidades, no limite de seus valores (religiosos, morais, éticos, estéticos etc.), a fim de que tais manifestações não impeçam saltos desejáveis pela hegemonia econômica para se concretizar o futuro na dimensão socioeconômica dos seus atuais imperativos.

ATIVIDADE



1. Parece um absurdo conceber a vida como sendo algo diferente de mundo, não é? Afinal, no senso comum, usamos os dois conceitos para nos referirmos à mesma idéia. Por exemplo, quem nunca emitiu as frases: “Eu não agüento mais essa vida!”, ou ainda, “Eu não agüento mais esse mundo!”, numa mesma concepção?

Mas, se você entendeu bem a diferença entre o conceito estrito de vida e o de mundo, já sabe que as seguintes afirmativas são corretas e/ou falsas:

- a. () O mundo é construído pela ação do homem, cuja energia do corpo ergue a realidade mundana.
- b. () A vida independe do homem, pois ela continuaria animando o planeta, mesmo, que aquele não existisse.
- c. () A vida mundana depende da ação humana, mas a vida do planeta não.
- d. () O mundo é a organização da vida humana no planeta.

RESPOSTA COMENTADA

Se você marcou os itens a, b e d como sendo corretos, entendeu bem a distinção entre os conceitos. Caso tenha tido dúvidas no c, parabéns! O item c exige reflexão, e talvez não tenha uma resposta acabada (do tipo “quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha?”). Veja bem: se o homem jamais tivesse existido ou se destruísse por completo, a estrutura biofísica do planeta, provavelmente, se organizaria de modo a manter sua operacionalidade orgânica. O movimento da Natureza se incumbiria disso. Por outro lado, o fato de o homem vir alterando a Natureza nos obriga, mais do que nunca, a cuidar da Terra. Logo, a vida do planeta, hoje, depende essencialmente da reta ação ecológica do Homem.



As práticas educacionais transpassam, dessa forma, o preparo estritamente profissionalizante e atingem a formação humana em termos, digamos, “espirituais”. Nesse sentido, os PCN nos apresentam temas transversais, tais quais a ética e a ecologia. A ética, aliás, no discurso do ensino atual, propugna o respeito às diferenças etnoculturais, mantendo, assim, a ação (política) de educadores numa direção (ética) necessária à sobrevivência de múltiplas representatividades: saber ser tolerante diante do que nos é estranho/diferente.

Construímos, desse modo, uma nova forma de ver, perceber e significar o mundo dentro das seguintes “visões”:

- a visão contemporânea da tolerância frente à realidade social – é um ideal, se considerarmos os povos que são massacrados (de forma simbólica ou concreta) por não compartilharem das mesmas idéias da ordem da economia mundial;
- a visão do direito de expressão cultural – isso, em tese, pois as culturas norte-americana e européia permanecem hegemônicas, com privilégios sobre a expressão da cultura africana ou latino-americana, por exemplo;
- a visão do direito de consumo – também em tese, já que o desemprego é um fenômeno mundial e que a diferença de preços, mediante a qualidade da produção de mercadorias, abre um largo abismo entre diferentes classes e nações;

- a visão de equidade sociocultural, através da qualidade de vida baseada na difusão e no uso de alta tecnologia, na auto-sustentabilidade e na ecologia – visão que se aproxima da que citamos anteriormente, pois diz respeito ao consumo que, em última instância, ocorre também apenas em tese, por motivos óbvios. Afinal, qual sociedade desfruta dessa equidade de forma irrestrita?

Apesar de essas visões de mundo serem ideais sustentados pelos imperativos da nova ordem econômica mundial, modelando as decisões e as ações de diferentes representatividades; portanto, modelando, através da Educação, a forma pela qual pessoas projetam mental e objetivamente o mundo, a única coisa logicamente correta que podemos afirmar com base nisso é que o mundo em sua inevitabilidade só se faz possível mediante o agir humano, no limite dos avanços da Ciência e na expressão de diferentes culturas. Tal fato significa que a realidade palpável depende da ação de cada um de nós: cientistas e cidadãos, nas tramas das relações humanas, mediante o jogo da vida. Logo, a realidade pode ser atualizada pelo nosso movimento no mundo, quiçá um movimento social!

ATIVIDADE



2. Pensando em termos de Educação, como você entende ter sido educado? A educação aprendida na escola foi diferente da ensinada em casa? Você acredita que ambas se complementaram ou foram incoerentes entre si? Que ensino você acredita ter aprendido que não contribui para a sua vida? O que contribuiu? Por quê?

RESPOSTA COMENTADA

Refleta um pouco sobre a condição de sua vida no mundo contemporâneo, associando essa reflexão à educação obtida no lar e na escola. Tente fazer uma redação reunindo todas essas questões numa só resposta. Espero que você se descubra!

A palavra **DESCOBRIR** significa expor o que está coberto!

A seguir, vamos ver um pouco do resultado dessa visão contemporânea na prática de ações sociais possibilitadas sistematicamente pelo mercado atual, através de articulações, promoções e empreendimentos sociais do Terceiro Setor.

O TERCEIRO SETOR

O que se entende hoje como Terceiro Setor abrange os movimentos sociais propugnados por voluntariedade de pessoas físicas, ONGs e empresas privadas. No Brasil, cada vez mais crescem os movimentos sociais associados à mentalidade conceitual do Terceiro Setor.

Organizações privadas sem fins lucrativos constituem o Terceiro Setor. Este gera bens, serviços públicos e privados, objetivando o desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Ocorre, então, que:

- O Estado é o Primeiro Setor.
- O mercado é o Segundo Setor.
- Entidades da sociedade civil formam o Terceiro Setor.

As organizações não-governamentais (ONGs), as associações e as fundações são exemplos do que denominamos Terceiro Setor.

Atualmente, há cerca de 250 mil ONGs no país, que movimentam R\$ 12 bilhões/ano (segundo apontou Johns Hopkins, do Ibope/Iser, em 1998), prestando serviços como o comércio de produtos, a arrecadação de doações e a educação. Esse valor corresponde a 1,2% do PIB brasileiro e tende a crescer, de acordo com Hopkins, tendo em vista o movimento de 6% do PIB em países europeus e na América do Norte. Em nosso território, em 1995, havia 15 milhões de doadores, um montante de voluntários que em 1998 triplicou, chegando a 44,2 milhões de pessoas, ou 50% da população adulta brasileira (números dados pela Comunidade Solidária/ IPEA, 1998).

Para o professor Mário Aquino Alves, da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (veja a página da internet www.Setor3.com.br), são fundamentais para o Terceiro Setor as características de:

a) **Altruísmo** – “Amor ao próximo”; significa filantropia e caridade; nos estudos de economia e sociedade, é considerada prática altruísta toda ação humana realizada sem motivação pecuniária. Este item está diretamente ligado ao fato de que grande parte dos trabalhadores

do Terceiro Setor é formada por voluntários, ou começou suas tarefas voluntariamente. O altruísmo tornou-se um aspecto tão importante do perfil do profissional da nova ordem econômica (globalizada) que, cada vez mais, empresas procuram, entre candidatos à contratação, pessoas cuja experiência demonstre ter tido algum envolvimento profissional como voluntário.

b) **Assistência Social** – Compreende prestar serviços gratuitos de natureza variada a membros de comunidades, visando a atender necessidades de desprivilegiados. Tem-se noção de a assistência social objetivar: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais, e a promoção de sua integração à vida comunitária. Portanto, a assistência social teoricamente corresponde à prática da ação social de uns voltada para a sobrevivência de outros.

c) **Associação** – É a formação social que congrega pessoas interessadas em agir coletivamente em favor de um mesmo fim. Juridicamente, é pessoa jurídica criada por membros de um grupo cujas idéias e esforços se voltam para um objetivo sem nenhuma finalidade lucrativa. Associações de bairros, de aposentados e idosos, sindicatos e ONGs são exemplos de associação.

d) **Associativismo** – Movimento que se mostra em avanço nos anos 60 e 70, incorporando, basicamente, a ação paralela à do Estado; não ter fins lucrativos, e o caráter internacionalista. O termo é usado nos estudos sobre democracia desde que o pensador francês Alexis de Tocqueville, na obra *Democracia na América*, mostrou a estreita relação entre democracia e existência de formas associativas livres e autogovernadas. O Greenpeace é hoje o exemplo de associativismo mais representativo do planeta. Tornou-se um órgão internacional e é ativista extremo na tentativa de preservar a ecologia da Terra contra a barbárie capitalista. O Movimento dos Sem-Terra, por sua vez, encontra-se vinculado ao Movimento dos Sem-Teto de diferentes países. A ONU – Organização das Nações Unidas – também reúne as características fundamentais do associativismo.

e) **Ativismo** – Atividade de militância política encontrada em diversos movimentos sociais, lembrando-nos das ações do Greenpeace e do MST.

f) **Autogestão** – Modelo administrativo através do qual decisões e controle de empresas decorrem dos trabalhadores. Diz respeito à participação direta e coletiva de trabalhadores na tomada de decisões. A autogestão é uma forma de organizar a produção de um grupo, dividindo seus produtos, na participação de lucros e formalizando um modelo de economia social. As cooperativas do Sul do país vêm demonstrando isso ser perfeitamente possível. O seu êxito nos indica um aumento da qualidade de vida de alguns grupos, em suas representatividades, pelo que a autogestão possibilitou algumas cooperativas chegarem, até mesmo, a ter moeda própria para o escambo entre as suas mercadorias e a de seus associados – cooperativados ou não.

g) **Auto-Regulação** – Indica a capacidade de as entidades estabelecerem suas próprias regras de funcionamento, pelo que, teoricamente, as pessoas de uma entidade se tornam capazes de criar estatutos e gerir seus destinos. Veja o exemplo citado anteriormente, em termos de uso de moeda própria. Não é fantástico uma economia paralela que se integra à oficial através de uma administração totalmente autônoma da regulação interina do que produz? Ou saber pensar e poder organizar uma forma de produzir uma realidade, de modo a atender a suas necessidades básicas de habitação, sustento e saúde? Mas, sabemos, isso também tem limites. E os limites são os interesses do Estado.

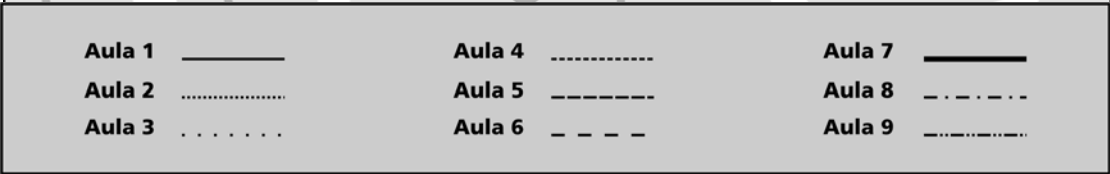
h) **Auto-Sustentabilidade** – “Estado alcançado por uma organização quando consegue gerar – por meio de suas próprias atividades – as receitas necessárias para garantir o financiamento de todos os seus programas e projetos.” Sob a premissa da auto-sustentabilidade, exige-se das comunidades se fazerem pensar para produzir o que necessitam à sua sobrevivência e qualidade de vida. Nesse sentido, o assistencialismo deve ser colocado de lado, pois assim como colonizar significa obrigatoriamente sobrepujar aquele a quem se coloniza, deixando-o dependente e sem poder de decisão sobre o que o mantém, ser auto-sustentável significa ser autônomo o suficiente para saber pensar e gerir o que se acha possível e necessário para manter-se como um excelente sobrevivente, na sucessão de decisões e ações frente às suas escolhas.

CONCLUSÃO

Os movimentos sociais são oficialmente desejáveis, desde que sigam modelos hegemônicos e que, ao assistir desprivilegiados, não coloquem em risco os interesses da economia que ordena a vida atual. Nesse sentido, por mais autonomia que possamos pensar ter, há uma dominação ideológica de fazer e ordenar o mundo em sua inevitabilidade; e, em nossas escolhas, permanecemos reféns do nosso tempo. A liberdade, portanto, é uma idéia limitada às escolhas de que dispomos. Assim, saber pensar o que lhe pode trazer alegria e bem-estar pode ser fundamental para que você venha a agir no mundo ao qual pertence. Tudo dependerá da relação entre a Educação e a experiência de vida de cada um, mediante a rede integrada de condições socioculturais e econômicas a que nos encontramos sujeitos.

RESUMO

Como se vê, o Terceiro Setor encontra-se afinado com a nova ordem mundial, dentro de imperativos fundamentais para atender ao mercado globalizado, cuja ótica econômica projeta a difusão irrestrita do consumo do que se produz internacionalmente. Sob tal premissa, exige-se de diferentes coletividades o saber pensar e gerir a si próprias. Na prática de tais imperativos, o papel da Educação se destaca para a construção simbólica desse tipo de mentalidade projetado pela nova ordem da economia mundial. Uma relação de ensino-aprendizagem endereçada à multiplicação de um modelo de vida a ser seguido por todos, no fomento do mundo em sua inevitabilidade: um modelo concebido a partir de idéias de tolerância e respeito entre diferentes representatividades, cujas vidas devem ser pensadas e geridas por si mesmas – apesar de tudo isso ser muito diferente do que podemos observar na prática.





ATIVIDADES FINAIS

1. Escolha três características indicadas anteriormente a respeito do Terceiro Setor e resalte a sua importância no que respeita ao Movimento dos Sem-Terra.

2. Explique, dentro do seu ponto de vista, a importância da auto-sustentabilidade para a atual ação humana na construção do mundo em sua inevitabilidade.

COMENTÁRIO

Como estamos sugerindo o destaque do que você acredita ser importante, estamos confiantes de que o seu bom senso e senso crítico o induzam a ponderar plausivelmente na escrita dessa ou daquela resposta. Confiança, pois o que você achar importante terá a ver com seu universo subjetivo e, portanto, poderá levá-lo a conhecer um pouco mais sobre a sua própria construção de visão de mundo e o seu universo de relações sociopolíticas e econômicas. Não tenha receio de se conhecer e ser crítico consigo mesmo!

AUTO-AVALIAÇÃO

Você se crê capaz de explicar os conceitos de mundo e o “mundo em sua inevitabilidade”? Se não, retorne ao início da aula e estude um pouco mais. Se sim, tente responder a essa pergunta dando sua própria opinião sobre a relevância de agir na tentativa de mudar o mundo e tudo que nele há – incluindo nós mesmos.

Lembre-se de que ao construir e manter o mundo, o Homem necessariamente precisa despende a energia vital do seu corpo. Isso não acontece de modo diferente em se tratando da ação dos movimentos sociais. Pense... Você, efetivamente, estaria predisposto a usar sua energia e tempo para agir na transformação de si e do mundo? Você crê que a experiência poderia ser muito gratificante em termos da possibilidade de êxito em “descobrir-se” através da sua ação para a construção e manutenção do mundo em sua inevitabilidade?

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos trazer até você a visão das empresas atuais no que tange à responsabilidade social.

O Terceiro Setor e a Responsabilidade Social

AULA 8

Meta da aula

Estender a concepção de Movimentos Sociais às atividades do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social.

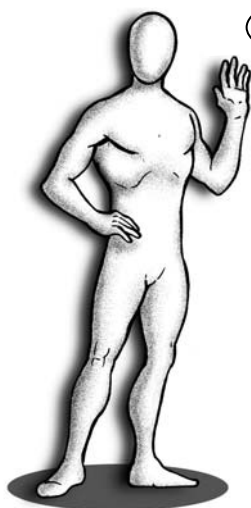
objetivos

O conteúdo desta aula apresentará informações para que você atualize o seu conhecimento sobre a atuação de ONGs e empresas voltadas para as ações sociais. Você deverá saber:

- Fazer distinção entre os conceitos de Responsabilidade Social e Terceiro Setor.
- Enumerar as características que são convergentes e divergentes entre os conceitos acima.

Pré-requisito

Para facilitar a compreensão desta aula, é importante que você tenha conhecimento das aulas anteriores.



Saudações, alunas e alunos de ensino a distância!

INTRODUÇÃO

Nesta aula, apresentaremos motivos e meios

práticos pelos quais determinadas empresas

buscam ações sociais para integrar à

cultura de suas atividades. No caso de

empresas, denominamos essa atividade

Responsabilidade Social. Já no caso de

ONGs, em que a força do trabalho poderá

ter um grande volume de voluntariado,

temos o Terceiro Setor. Colocaremos

essas duas atividades (a empresarial e a

voluntária) aqui reunidas por entender que os

motivos básicos para a sua ação são regidos hoje

pelos mesmos conhecimentos econômicos, ambientais e sociais. Esses motivos

dimensionados a partir da lógica da Ciência – por conseguinte, os mesmos

motivos científicos que orientam a ação social de ONGs e empresas – acabam por

levar essas duas atividades a práticas sociais parecidas, revelando-nos, porém,

pelo menos à primeira vista, diferentes princípios ideológicos. Por exemplo,

a ação do Greenpeace, ao salvar baleias e nos alertar sobre o efeito estufa,

denunciando empresas, nos remete a um princípio situado para além do lucro

econômico; não nos esqueçamos, porém, de que nenhuma empresa opera

sem visar ao lucro. Ambas, empresas e ONGs, entretanto, agem sob a premissa

da qualidade de vida como meta primordial para as suas atividades. Portanto,

apesar de o conhecimento básico ser o mesmo (científico) para a partida de

sua ação social, empresas e ONGs podem divergir ideologicamente em suas

ações (ter como meta apenas o lucro ou a qualidade de vida, por exemplo).

Mesmo assim, se pensarmos em qualidade de vida, não poderemos deixar à

parte a questão econômica, item fundamental para o estabelecimento de uma

sociedade mais coerente entre o que sustenta ideologicamente e o que dela se

obtem no cotidiano produtivo das suas relações.

Observar a lei em todos os seus aspectos fundamenta a ação de empresas e

de ONGs. Os programas, políticas e idéias que discorrem sobre o processo de

ação socialmente estruturada têm por objetivo a participação de diferentes

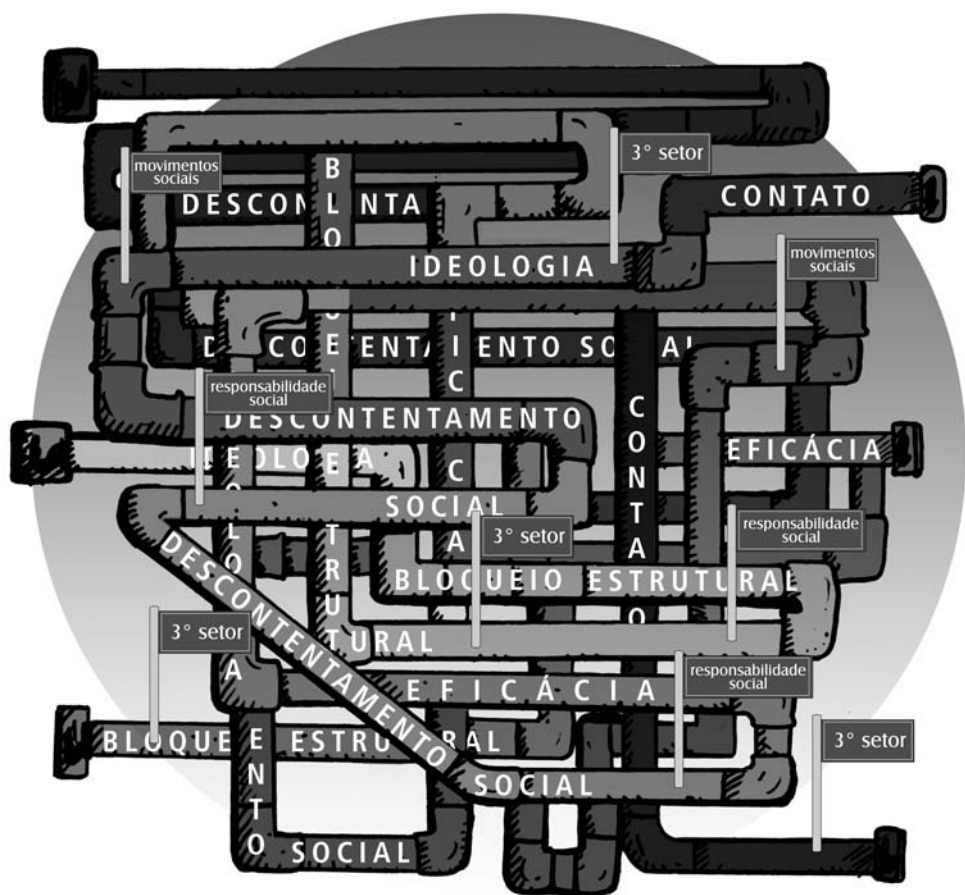
atores na criação, promoção e manutenção auto-sustentável de um ambiente

produtivo e com qualidade de vida. As regras que ordenam empresas, de modo



geral, ordenam ONGs também. Os motivos de se estabelecer nas empresas a Responsabilidade Social são objetivos que apresentam diretrizes e iniciativas úteis tanto a empresas com recursos humanos e materiais limitados quanto a ONGs que iniciam seu caminho de ação.

A criatividade é o primeiro passo para que o setor empresarial e o Terceiro Setor tenham sucesso. Práticas criativas de Responsabilidade Social e o desenvolvimento de novas iniciativas reúnem os primeiros passos para a construção da ação social, já que, por falta de incentivo capital, não é possível executar projetos de uma só vez. Caso a atividade objetivasse como fim o lucro, o incentivo capital seria chamado “investimento”. Como o lucro, à primeira vista, é mais humano do que financeiro, os investimentos são precários e se reduzem aos incentivos governamentais, em forma de reduções de impostos de taxas e serviços, além de, em alguns casos (como nas instituições de ensino categorizadas como filantrópicas – apesar de serem instituições que cobram altas mensalidades aos seus alunos!), incluir ajudas financeiras e isenções de inúmeras taxas. Enfim, a criatividade já é exigida a partir daí, pois como não há dinheiro, é necessário muita imaginação para que projetos sociais de empresas e ONGs iniciem suas atividades.





ATIVIDADE

1. Quais são as diferenças básicas (se existir mais de uma) entre o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social?

RESPOSTA COMENTADA

Releia com atenção a introdução da aula e veja que ambas se endereçam ao desenvolvimento humano, mas os fins econômicos divergem no que diz respeito ao lucro de suas atividades.

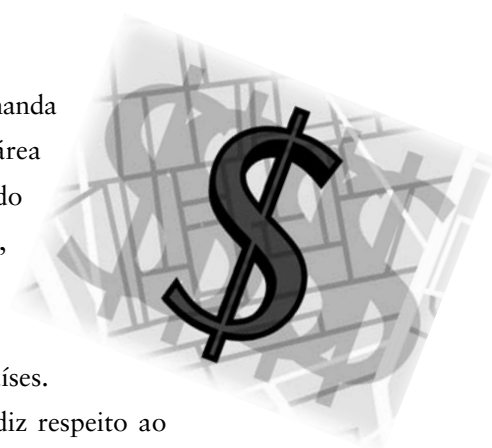
AS DIMENSÕES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL

Na Cimeira do Rio de Janeiro, em 1992, adotou-se o plano de sustentabilidade para o século XXI, em que se fixaram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a dimensão econômica, a dimensão ambiental e a dimensão social, também conhecidas pela expressão *triple bottom line* ou, ainda, pelos três Pês – *People, Planet, Profit*, como lhe chamou a Shell, no seu relatório de sustentabilidade.

A dimensão econômica tem, em seu eixo, a representação de criar riqueza para todos pelo modo de produção e de consumo duráveis; a dimensão ecológica reporta-se à conservação e gestão de recursos; a dimensão social reflete a necessidade ética em que a equidade e a participação de todos os grupos sociais são indispensáveis para a promoção da qualidade de vida do planeta.

A dimensão econômica

A economia do desenvolvimento sustentável demanda planejamento e visão de longo prazo, abrangendo a área do ambiente (gerenciamento ambiental, transição do produto para o serviço, ecologia industrial etc.), a área social e os recursos humanos; por fim, o geocircunstancial: desenvolvimento local e o atual comportamento das multinacionais em diferentes países.



A dimensão econômica da sustentabilidade diz respeito ao impacto das empresas (bem como de outras organizações, como ONGs e mesmo governos) sobre as possibilidades e condições econômicas das partes interessadas em desenvolver projetos variados tendo em vista o sistema econômico em todos os níveis (capital ativo, passivo, recursos etc.), de modo a poder pensar em viabilizar a produção empresarial de forma necessária, inteligente e não – degradante ao meio.

A performance econômica abrange diferentes aspectos das interações econômicas que podem existir entre uma organização e partes interessadas no desenvolvimento produtivo, incluindo os resultados tradicionalmente apresentados nos balanços financeiros (bolsas de valores, tarifas de juros bancários, entre outros). Estes balanços financeiros destacam prioritariamente os indicadores relacionados com a rentabilidade da empresa porque estão voltados para informar o potencial de atividades e de acionistas/investidores. Logo, a performance econômica está relacionada à ideologia capitalista e tem como base acertar arestas sociais resultantes do sistema econômico vigente. Assim, os indicadores de desenvolvimento sustentável respondem a prioridades cuja lógica capitalista permite perceber quais são as implicações da atividade de uma organização empresarial na “saúde” econômica dos seus *stakeholders* – (o conjunto estrutural que lhe dá suporte: fornecedores, governo, clientes, bancos etc.). O lucro, assim, é algo inquestionável. Sem a manutenção do lucro não se gera, na prática, o desenvolvimento sustentável.

No caso de ONGs, o desenvolvimento sustentável pode ser fomentado como prática que concerne à sustentabilidade como fundamental à produção. Mas isso não representa que ONGs objetivem lucro. No entanto, em sua prática, não deixam de defender o lucro do setor empresarial, pois sua ação corrobora para a manutenção das estruturas econômicas já estabelecidas.

ATIVIDADE



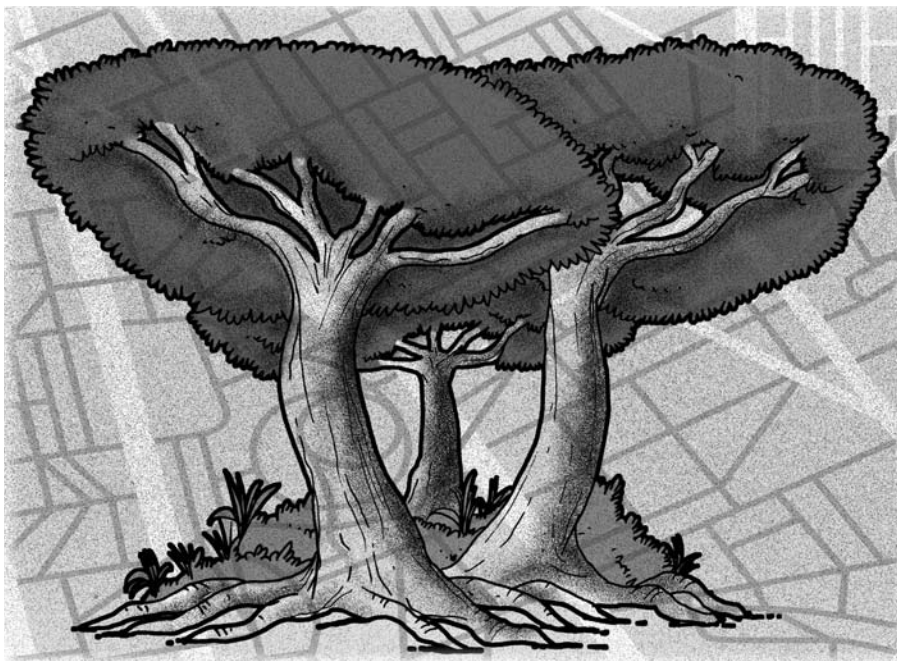
2. Descreva como as empresas, através da Responsabilidade Social, deveriam orientar suas atividades caso considerassem a dimensão econômica em perspectiva.

RESPOSTA COMENTADA

Releia com atenção e separe os pontos de consideração mais pertinentes às questões da economia e sua relação com a prática da empresa. Tente lembrar como isso se aplicaria a alguma empresa de que já tenha participado ou conhecido – mesmo que esta tenha sido de fundo de quintal!

A dimensão ambiental

Pela perspectiva do desenvolvimento sustentável, a questão ambiental é vista pelos aspectos de recursos e poluições, considerando o impacto ambiental de curto e longo prazo.



Após as premissas do desenvolvimento sustentável, as empresas politicamente corretas devem considerar a dimensão ambiental correlacionando suas atividades com os impactos de suas atividades produtivas sobre os sistemas naturais vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água.

Assim, exige-se de uma empresa socialmente responsável o procedimento de minimizar impactos negativos e ampliar os positivos na ordem da manutenção do ecossistema.

Dentro das áreas da Responsabilidade Social, a dimensão ecológica apresenta-se como sendo a mais consensual, pois o impacto da degradação ecológica pode ser facilmente percebido em todos os países industrializados. Além disso, cientificamente falando, há recursos e instrumentos variados para avaliar e medir a degradação e as alterações ecológicas. No Terceiro Setor, muitos são os trabalhos de voluntariado para a manutenção da ecologia de diferentes lugares do planeta. O Greenpeace é a maior expressão desse tipo de movimento.

ATIVIDADE



3. Descreva alguma empresa ou ONG que atue em sua região, segundo as premissas da sustentabilidade e da ecologia.

COMENTÁRIO

Selecione as atividades empresariais, prefeituras e ONGs que atentam para o equilíbrio ecológico, em termos de recursos naturais e diminuição da degradação ambiental. Se não souber o que significa recursos naturais e degradação ambiental, pesquise e se inteire também sobre procedimentos básicos para a manutenção da ecologia do planeta.

A dimensão social



A dimensão social do desenvolvimento sustentável evoca e fomenta idéias de equidade socioeconômica e cultural, valorizando a identidade dos seres humanos em toda a sua diversidade.

A equidade social representa, mundialmente, a solidariedade com os países do sul, pelo que se defendem ações públicas que gerem desenvolvimento na luta contra a diminuição da pobreza. O desenvolvimento sustentável questiona também a equidade entre gerações e a nossa responsabilidade para com as gerações futuras. O desenvolvimento humano, assim, decorre nessa dimensão, pois o fortalecimento das capacidades individuais por meio da educação, da responsabilização, da segurança etc. é fundamental para a diminuição das diferenças sociais.

No setor empresarial, a dimensão social tem, em seu raio de ação, o impacto das atividades produtivas da empresa no sistema social onde operam. O perfil da performance social é abordado por meio da análise do impacto das atividades no âmbito de todos aqueles com os quais a empresa se vê envolvida, como colaboradores, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo e sociedade em geral; e isto, hoje, não apenas em nível local e nacional, mas também global. No que diz respeito aos colaboradores, a empresa socialmente responsável direciona suas atividades de modo a respeitar o equilíbrio entre o trabalho e a vida privada; incentiva a participação dos empregados em sindicatos; favorece o desenvolvimento pessoal, através da formação, entres outros incentivos. No que tange aos fornecedores, a empresa deve ter, como regra, medidas contra as práticas do trabalho infantil, do trabalho forçado, e dar condições de trabalho aos seus empregados. Além disso, a organização, em tese, deve também desenvolver uma política

de comércio justa que garanta aos fornecedores rendimentos regulares. Medidas contra a corrupção fazem também parte das práticas que as empresas devem implementar, garantindo o pagamento de impostos e taxas aos órgãos devidos (imposto de renda, entre outros).

A dimensão social abrange, portanto, interesses múltiplos no raio de sua ação. Interesses que, em muitos casos, não se coadunam na prática de suas atividades. A perspectiva de lucro empresarial já pode ser, por si só, uma barreira para a erradicação da corrupção, pois os altos impostos brasileiros levam muitos empresários à sonegação, e isso, às vezes, segundo nos apontam os jornais, caso apenas queiram sobreviver empresarialmente, à margem do lucro. Do ponto de vista humano, interesses comunitários muitas vezes não se coadunam com interesses empresariais. Ao se instalar próximo a uma comunidade, é fundamental que o setor empresarial leve em conta a cultura e o cotidiano da população local – o que muitas vezes, ainda hoje, não ocorre. Muitos prejuízos poderiam ser evitados caso isso fosse observado. Em áreas de grande violência, por exemplo, torna-se inviável qualquer atividade que não tenha ligação com a educação e a cultura local. Por todos esses motivos, a avaliação quantitativa de medidas e ações sociais torna-se bastante difícil diante de aspectos estritamente valorativos, de ordem cultural. O que significa liberdade de associação democrática ou igualdade entre homens e mulheres onde ainda reina, por exemplo, o coronelismo?

ATIVIDADE



4. Explique por que a dimensão social se torna mais delicada para ser avaliada do que as dimensões econômica e ecológica. Baseado em algum fato de jornais e/ou de histórias locais, descreva uma ação que você ajuíze ser necessária em termos de desenvolvimento humano, justificando sua resposta de acordo com o que foi esclarecido com o item superior.

COMENTÁRIO

Lembre-se de que as ações na esfera da dimensão humana não estão apartadas das atividades que abrangem tanto a ecologia como a economia, pois o homem é um animal político cuja vida está indissociável do que produz social e economicamente para sobreviver sobre a superfície do planeta.

CONCLUSÃO

O líder da ONU, Kofi Annan, durante o Fórum Econômico de Davos, em 1999, convidou empresas de todo o mundo a agirem contra o “dumping social”, sem ficarem à espera da promulgação de leis e normas nos países do sul, sustentando a idéia de que a condução das empresas pode favorecer diretamente o respeito pelos direitos humanos. Nesse sentido, Annan tentou induzir os empresários a não ficarem à espera de todos os países adotarem leis que garantiriam a liberdade de associação. Em vez disso, defendeu que as empresas de mentalidades mais comprometidas com os direitos humanos deveriam garantir imediatamente o exercício desses direitos e liberdades a todos os seus empregados e aos que trabalham para os fornecedores – já que esses se beneficiam diretamente das atividades da empresa. Com isso, Annan não se esquecia do problema da mão-de-obra direta ou indireta de crianças e das políticas de recrutamento ou desligamento pelas distinções discriminatórias baseadas em raça, sexo, origem étnica ou opiniões.

É fácil observarmos que, em sua prática, e pelo menos aparentemente, o Terceiro Setor se nos apresenta mais responsável para atender a urgências das diferenças sociais do que o setor empresarial. Este atua próximo à área de seu estabelecimento, caso isso não afete seu lucro. Muitas vezes, por exemplo, a Responsabilidade Social atua atendendo a áreas próximas ao seu estabelecimento na expectativa de lucrar com a diminuição de custos, como passagens de ônibus; ou mesmo atua na tentativa de preservar sua empresa de ladrões que ajam nas redondezas, tentando estabelecer um bom relacionamento com a comunidade. Longe de visar ao lucro, entretanto, muitas são as ONGs que simplesmente defendem direitos. Todos os movimentos sociais, no

entanto, têm como libelo o fundamento dos direitos humanos. Parece haver uma naturalização do que é humanamente justo ou não, como, por exemplo, o direito à vida. Mas isso significa que há determinadas condições para a vida, e não apenas estar vivo. A qualidade de vida das pessoas é, nesse sentido, fundamental para o exercício dos Direitos Humanos, mas o bem-estar subjetivo também o é. Estar psicologicamente saudável para ter proveito do que objetivamente o mundo é capaz de oferecer é condição para o pleno desfrute da vida coletiva.

RESUMO

As três dimensões, a saber, a econômica, a ecológica e a social estão interligadas pela atividade sociocultural e econômica. Urge um tempo, muito mais próximo do que podemos imaginar, de uma ordem no planeta em que se orientará a ação dos povos numa prática planetária comum. O mundo, em sua inevitabilidade produtiva, caminha para o exercício dessas atividades cujas orientações pragmáticas já estão sendo colocadas em uso pelas organizações majoritárias que governam no planeta. Nesse sentido, jamais os movimentos sociais estiveram tão cientes de sua presente responsabilidade para os ajustes fundamentais da prática de uma democracia que muitas vezes se situa apenas no discurso demagógico de grandes nações.

A dimensão econômica se torna importante porque devemos estar atentos ao quê, ao como e ao por quê se produz o que vem sendo feito pela mão humana. Na esfera ecológica é fundamental estarmos de olhos abertos para a destruição contínua do planeta, apesar de toda a ciência de que dispomos a respeito dos ciclos e da sustentabilidade da Natureza. Por fim, o escopo social permanece na grave desigualdade em todos os âmbitos políticos, econômicos, culturais e sociais. Apesar de todo o discurso a favor da erradicação da miséria e da equidade social planetária, o mundo permanece injusto na prática do cotidiano, em nossa miserável condição humana.



ATIVIDADE FINAL

Como você acredita participar dessa grande “dança” que é o mundo em suas diferentes dimensões: planetária, biológica, sociológica, cultural e econômica? Dança, pois tudo é movimento, e você também está em movimento e, querendo ou não, participa de uma parte desse processo dinâmico do todo, que é a vida no mundo sobre o planeta.

COMENTÁRIO

Comentários? Sem comentários, certo?!

AUTO-AVALIAÇÃO

Você seria capaz de fazer diferença entre Terceiro Setor e Responsabilidade Social? Consegue perceber como são distintos, apesar de se aproximarem conceitualmente? Tente conceituar os diferentes conteúdos, formalizando melhor sua razão em face desses fenômenos sociais. Caso sinta dificuldades, retorne a leitura de aula e/ou recorra ao tutor, no pólo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você tomará ciência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, e como os Movimentos Sociais, as empresas (através da Responsabilidade Social) e o Terceiro Setor convergem, em seu discurso, para premissas humanitárias comuns.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos como referência filosófica às atividades dos Movimentos Sociais, do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social

AULA

9

Meta da aula

Apresentar a formação da ONU e dos Direitos Humanos para a análise de sua relação com a organização de Movimentos Sociais e as atividades do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social.

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Diferenciar as ações sociais (do Terceiro Setor e da responsabilidade social) da ação política (de determinados movimentos sociais).
- Ter conhecimento dos Direitos Humanos proferidos pela ONU.
- Perceber a estreita relação dos direitos humanos com os princípios e motivações filosóficas de todos os tipos de movimentos e ações sociais.

Pré-requisito

Para que você encontre mais facilidade nesta leitura, é importante que conheça a Aula 8.



INTRODUÇÃO

Como vimos na aula anterior, empresas e ONGs atuam dentro do que prevê a lei em todos os seus aspectos fundamentais. Por outro lado, sabemos que os movimentos sociais, primordialmente aqueles classificados como ativistas, poderão agir à margem da lei, caso isso seja necessário para a realização de suas conquistas sociais. Os programas, políticas e idéias que discorrem sobre o processo da ação socialmente estruturada, muitas vezes, são pontos de divergência entre governantes e líderes de movimentos sociais, divergências cujas arestas os ativistas intentam aparar. Nesse sentido, destacamos que o ponto de partida da ação de empresas e do Terceiro Setor difere dos movimentos sociais, pois, nestes últimos, admitimos o fato de pessoas se associarem a outras para conquistar sua inserção social. Até mesmo no caso específico de movimentos sociais, é notável grupos travarem verdadeiras lutas sociais para forçar o reconhecimento sociopolítico e econômico de sua organização a fim de valorar sua própria manifestação cultural como expressão do e no mundo. Não é o caso de determinadas ONGs e principalmente de empresas, que não travam lutas contra a ordem dominante, ao contrário, multiplicam-na, expandindo sua realidade consensual, produzindo e mantendo a ordem dominante em sua legitimidade.

Uma vez tendo em mente a clara distinção da prática da ação de ONGs e de empresas dos movimentos sociais no seu sentido mais estrito, contudo, sem colocá-los à parte das ações sociais que visam à melhoria da qualidade de vida e ao exercício da cidadania, vamos conhecer agora os princípios dos Direitos Humanos proferidos pela ONU em 1948 e sua ampliação para a realidade do novo milênio para que, em seguida, possamos ampliar a concepção filosófica da ONU às raízes da ação daqueles diferentes grupos (movimentos sociais, empresas e ONGs) em sua legitimidade global. Afinal, caso não existisse um suporte filosófico para a legitimidade das suas ações, os movimentos sociais jamais encontrariam legitimidade para poderem se institucionalizar e para se tornarem parte representativa da expressão de sociedades que se pretendem democráticas. Ao contrário, como em outros tempos da história humana, sem a declaração e difusão dos Direitos Humanos, a ação dos movimentos sociais poderia vir a se tornar apenas compreendida e combatida como ação marginal.

ATIVIDADE



1. Descreva a diferença entre a ação de movimentos sociais e as ações de empresas voltadas para a responsabilidade social e/ou de ONGs.

COMENTÁRIO

Releia o texto inicial e fundamente sua resposta com as aulas anteriores. Lembre-se de que a ação prática de movimentos sociais, ONGs e empresas podem ser similares até certo ponto. Não se esqueça também de que, em certo grau, a responsabilidade social faz parte das atividades do Terceiro Setor, e que ambos não deixam de ser um movimento social institucionalizado. Entretanto, a ação dos movimentos sociais ditos ativistas pode vir a ser uma ação potencialmente incisiva para o estabelecimento de uma nova ordem sociopolítica e econômica. Assim, criticamente, é sugestionável dizer que governos incentivam empresas e ONGs para o atendimento de comunidades que carecem de maiores cuidados sociais na expectativa de manter comunidades à parte de movimentos sociais ativistas, cuja ação pode desestabilizar a ordem vigente.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Com o fim da Segunda Guerra e suas atrocidades, o mundo se viu na necessidade de ir contra a barbárie humana, em busca da preservação da paz mundial. Nesse sentido, paulatinamente, formou-se a Organização das Nações Unidas, que, em 1948, adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esses direitos partiram dos seguintes pressupostos:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;



Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem; Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será

feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3º

Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º

Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5º

Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º

Toda pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10º

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2. Ninguém será condenado por ações ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam ato delituoso à face do direito interno ou internacional. De mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o ato delituoso foi cometido.

Artigo 12

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda pessoa tem direito à proteção da lei.

Artigo 13

1. Toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
2. Toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14

1. Toda pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de se beneficiar de asilo em outros países.
2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

1. Todo indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.
2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.
3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.

Artigo 17

1. Toda pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração eqüitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24

Toda pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas.

Artigo 25

1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.

Artigo 26

1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

Artigo 27

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28

Toda pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Artigo 29

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.
2. No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.
3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo, o direito de se entregar a alguma atividade ou de praticar algum ato destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados. (www.un.org/humanrights)

ATIVIDADE

2. Destaque dois artigos da Declaração dos Direitos Humanos que se coadunam com os propósitos de alguma ONG ou movimento social de que você tem conhecimento, explicando-nos sua relação.

COMENTÁRIO

Caso você não tenha conhecimento de nenhuma ONG ou movimentos sociais, volte à Aula 6 e tente correlacionar as ações do MST com dois artigos da Declaração dos Direitos Humanos. Perceba se há convergência entre os propósitos do MST e as declarações anteriores.

CONCLUSÃO

Entre 6 e 8 de setembro de 2000, na sede da ONU em Nova York, estabeleceu-se a Declaração do Milênio das Nações Unidas. Entre as medidas adotadas, foram anunciados os valores fundamentais para as relações internacionais do século XXI. São elas a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela Natureza, a corresponsabilidade das nações frente ao desenvolvimento socioeconômico do planeta, e a manutenção da paz, a segurança e o desarmamento. Essas medidas, direta e indiretamente, endossam a ação de muitos para a conquista de direitos sociais de que apenas algumas camadas parecem desfrutar. Mesmo em civilizações socialmente bastante avançadas em termos de exercício de direitos e de divisão de capital mais justa, como o Canadá por exemplo, destacam-se a ação de movimentos sociais para a manutenção desse exercício previsto em lei, porém muitas vezes aquém da prática.

No mais, a divisão de bens do que se produz carece da própria produção. Mas a produção do atual milênio não poderá mais ser a do início das colonizações, ou seja, a do extrativismo. Cada vez mais, exige-se das atividades industriais e dos serviços a auto-sustentabilidade. Nisso, reciclagem, poluição, ecologia, biodiversidade, saúde, inclusão social, entre outros temas, estão na ordem do dia e, portanto, cada vez mais presentes nas salas de aula, graças aos programas educacionais difundidos pelo governo de todas as nações. Há emergência para uma mudança de paradigmas para o desenvolvimento de programas que atinjam metas fundamentadas na premência da ordem de um novo mundo tal qual é direcionado pelas Nações Unidas.

Nesse sentido, a empresa socialmente responsável está preocupada com riscos que ameaçam a sua reputação e performance: riscos sociais, acidentes industriais e ecológicos, mudanças de regulamentação, riscos

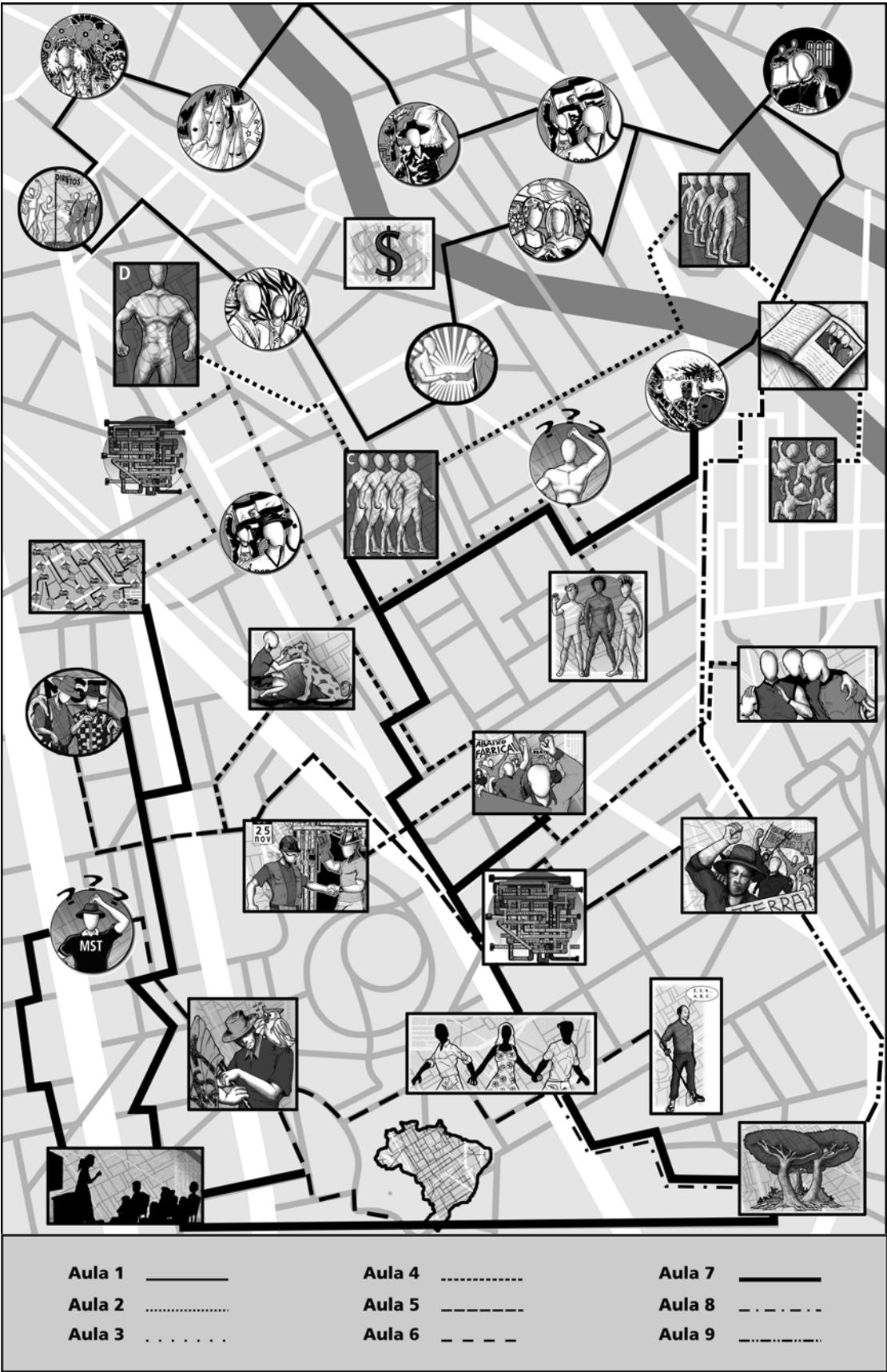
jurídicos, greves. A poluição e os dejetos são hoje custos. Assim, os critérios ecológicos juntam-se aos critérios econômicos, limitando o seu consumo de recursos naturais não-renováveis (energia, água, papel etc.), reduzindo a sua produção de resíduos e melhorando a eficácia com que utiliza os seus recursos, a fim de alcançar economias substanciais. Em alguns casos, tal estratégia pode proporcionar reduções de impostos e taxas bancárias menos elevadas.

Por outro lado, o Terceiro Setor, cujas atividades abrangem a responsabilidade social de governos e de determinadas empresas, é hoje a oitava economia do mundo. Movimenta mais de US\$ 1 trilhão por ano, o que representa cerca de 8% do PIB (Produto Interno Bruto) do planeta. No Brasil, movimenta 10,9 bilhões anuais, cerca de 1% do nosso PIB. Em nossa terra, além de fundações, institutos etc., há mais de 300 mil ONGs, empregando 1,2 milhão de pessoas. O Brasil é o quinto país do mundo em voluntários, estimando-se 20 milhões de pessoas nesse tipo de atividade. Mas, de fato, hoje o Terceiro Setor deixou de ser um trabalho apenas de voluntariado, pois se pode projetar carreira nele.

Por fim, no que diz respeito aos movimentos sociais, destaca-se que muitas das suas ações (de ativistas e não-ativistas) objetivam alcançar conquistas sociais que foram declaradas serem próprias dos direitos humanos já há muito tempo. Mesmo desconhecendo cada item da declaração feita pela ONU, proferida em 1948, o sentido de justiça e equidade parece nortear as ações de grupos em toda parte do mundo. Grupos que se uniram contra a barbárie de medidas que asseguram o bem-estar daqueles que parecem representar o poder da hegemonia que ordena governos. Nesse sentido, muito se avançou com protestos e manifestações sociais. Através da mídia, os movimentos sociais tornaram-se expressivos no cenário mundial e obtiveram, como foi o caso do MST e do *apartheid*, respostas solidárias de nações desenvolvidas; nações mantenedoras da economia global, cuja política, pela força de incentivos capitais, forçou o reconhecimento de muitas dessas manifestações como ações legítimas para a atualização da prática de direitos de classes menos favorecidas. Nações que, a seu turno, no paradoxo da condição humana, também subjugam outras que delas acabam por depender pela força da economia vigente.

RESUMO

Ao observar melhor as interseções existentes entre os Movimentos Sociais, o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social, podemos estabelecer convergências entre o que há de comum nas ações sociais frente à Declaração Universal dos Direitos Humanos. É incontestável as ações sociais (os Movimentos Sociais, o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social) terem, como ponto em comum, a filosofia dos direitos humanos. Hoje, tal filosofia ergue seu fundamento na razão de se agir para atender a demandas do atual milênio evocadas pela ONU, por cujo escopo econômico direciona-se o mundo para a formalização de novos paradigmas, através de programas voltados para a auto-sustentabilidade, entre outros. Nesse sentido, os movimentos sociais se coadunam com a Educação, pois a miséria e a má divisão de renda, facilmente observáveis na vida mundana, exigem mudanças sociais que possibilitem um mundo mais economicamente igualitário. No mais, como é sabido, a Educação oferecida nas escolas é determinada pela ideologia dominante, que assegura interesses específicos, atualmente direcionados pelas nações que controlam a riqueza mundial, principais membros mantenedores de poder de decisão da ONU.





ATIVIDADE FINAL

Reveja as aulas anteriores e faça uma única redação a respeito do direito (ou não!) de pessoas se unirem para atuar em movimentos sociais. Tente usar os conceitos que foram desenvolvidos até aqui. Durante sua redação, relembre e cite categorias, ordens e natureza dos movimentos sociais. Reflita um pouco sobre a finalidade da Educação para a cidadania e reveja a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

COMENTÁRIO

Tente associar todos esses conteúdos a respeito da ação dos movimentos sociais e da permanente atualização do mundo em sua inevitabilidade produtiva, não esquecendo os aspectos da premência da auto-sustentabilidade econômica.

AUTO-AVALIAÇÃO

Certamente você observou que a Declaração Universal dos Direitos Humanos serve aos movimentos sociais como uma base de legitimação pela busca da igualdade entre as pessoas. Deve ter observado também que, se quisermos ter um mundo com mais qualidade de vida, que possa ser desfrutado por um maior número de pessoas, é inevitável alterarmos a forma de produzi-lo. O que você sugere?

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula encerraremos este módulo, cujo objetivo foi enfatizar os aspectos sociológicos dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais do ponto de vista sociológico

AULA 10

Meta da aula

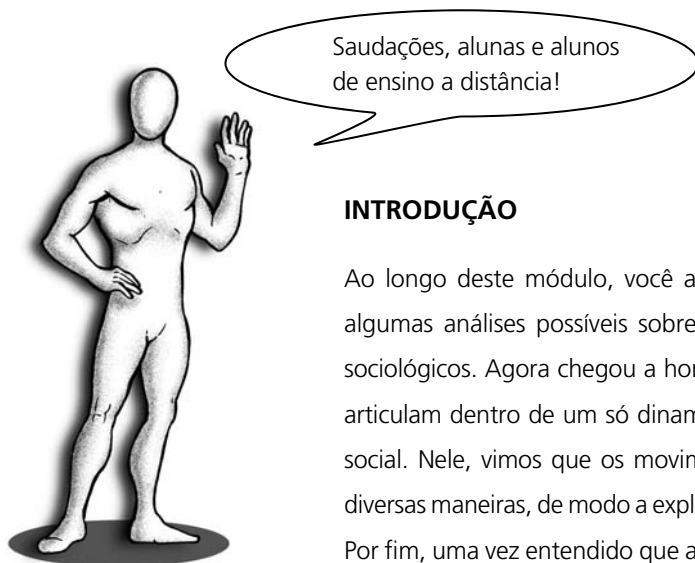
Concluir a apresentação dos conceitos sociológicos realizada ao longo do Módulo 1 sobre os movimentos sociais e sua vinculação com a Educação.

objetivo

Após a leitura desta aula, espera-se que você recorde um pouco do que aprendeu anteriormente e seja capaz de escrever uma redação sobre a sua visão global acerca dos movimentos sociais e sua vinculação com a Educação.

Pré-requisito

Para melhor entendimento desta aula, é importante que você tenha conhecimento de todas as aulas anteriores.



Saudações, alunas e alunos
de ensino a distância!

INTRODUÇÃO

Ao longo deste módulo, você aprendeu os diferentes aspectos teóricos e algumas análises possíveis sobre os movimentos sociais à luz dos estudos sociológicos. Agora chegou a hora de ver como todas as idéias anteriores se articulam dentro de um só dinamismo até então aqui tratado: o dinamismo social. Nele, vimos que os movimentos sociais podem ser categorizados de diversas maneiras, de modo a explicar socialmente o seu fenômeno processual. Por fim, uma vez entendido que a institucionalização de movimentos passivos ou ativos só se torna possível diante de interesses globais que hoje atualizam o mundo em sua inevitabilidade, sabemos que os fundamentos filosóficos se amalgamam às exigências econômicas e que estas últimas legitimam as ações de todo e qualquer movimento que não caia na marginalidade e encontre no espaço mundano sua legitimidade. Tal visão filosófica tem seus mandamentos na Declaração Universal dos Direitos Humanos que, seguidos como bússola para as regras da convivência igualitária no planeta economicamente organizado pelo capitalismo, orientam a Responsabilidade Social através de incentivos governamentais. Veremos resumidamente todos esses aspectos nesta aula.

CONCEITOS, CATEGORIAS, TIPOLOGIA, ESTÁGIOS DE FORMAÇÃO, CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E FATORES SOCIAIS FAVORÁVEIS À FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais podem ser conceituados e categorizados de diversas formas. Há, entretanto, duas ordens bem definidas de movimentos sociais: uma passiva e uma *ativa*. Nestas duas ordens encontramos outros aspectos de tipificação de ordem sociológica, dependendo da natureza específica de cada movimento. São esses tipos:

- a) migratórios;
- b) progressistas;
- c) conservacionistas ou de resistência;
- d) regressivos ou reacionários;
- e) reformistas;
- f) expressivos;
- g) utópicos; e/ou revolucionários.

Cabe ressaltar que um não exclui, necessariamente, um outro.

Em termos estruturais, é possível classificar o desenvolvimento da formação dos movimentos sociais em diferentes estágios, pois acredita-se que, em sua gênese constitutiva, todos os movimentos sociais passam pelos mesmos estágios de agitação, excitação, formalização e institucionalização. Além disso, o descontentamento social está sempre presente para a sua formação. Seus membros parecem dividir um sentimento comum de inadequação e injustiça social voltando-se para a união mediante a impossibilidade de se adaptarem dentro de mecanismos estruturais legitimados, acabando por se articularem para a gerência de ações capazes de afetar tais mecanismos dos sistemas sociais a fim de viabilizar sua inserção social. Tal articulação, como vimos, poderá ser de ordem passiva ou ativa.

Por último, quanto aos fatores sociais relevantes para a formação de movimentos sociais, salientam-se as correntes culturais, a desorganização social ou a anomia, e o descontentamento social como aspectos de natureza sociológica propulsores para os movimentos sociais.

ATIVIDADE



1. Selecione uma forma de ordem, tipo, fase e um fator social relevante para a formação de movimentos sociais e descreva-os abaixo. Caso tenha dificuldades, visite os capítulos anteriores e se atualize!

CONDUTAS COLETIVAS

Os movimentos sociais decorrem de uma dinâmica complexa entre os diferentes segmentos da sociedade. A visão de mundo das pessoas e as necessidades políticas de atualizar a produção do que se consome culturalmente – do que não fica à parte da visão de mundo de comunidades – são cruciais para o entendimento do descontentamento social generalizado. Nisso, os aspectos históricos associados às circunstâncias momentâneas promovem uma alteração de valores que se atualizam entre os diferentes atores, em sua representação social, na tentativa de modificar as diversas estruturas socioeconômicas.

Para tanto, o cotidiano de relações em que se pode verificar uma insatisfação coletiva pode nos revelar a incoerência entre o que o discurso político socialmente propõe e o que injustamente os sistemas apresentam na prática. Eis, nesse sentido, a forma pela qual as pessoas haverão de se conduzir pelo espaço social.

A partir dessa idéia, destacam-se as condutas coletivas, cuja definição exige uma compreensão das condições históricas, do espaço e do tempo a que atores sociais se encontram sujeitos, para podermos fundamentar as relações possíveis de nos orientar para uma interpretação do conjunto social que se demonstrou incapaz de evitar o quadro social em que um tipo de movimento se desenvolveu. Os movimentos sociais são assim, necessariamente, um conjunto de esforços de pessoas para estabelecer uma nova ordem na sociedade em que atuam, pelo que finalmente se conclui, do ponto de vista sociológico, que são as relações de força entre as diferentes instituições que pressionam a ação do homem para as condutas coletivas.

As condutas coletivas são vistas em dois níveis: organizacional e social. O nível organizacional diz respeito a empresas e organizações mantenedoras do sistema societário. Por sua vez, o nível social se refere às estruturas institucionais, cujo estabelecimento, por meio de regras, leis e incentivos, possibilita a existência das organizações (privadas ou públicas).

Para analisar as condutas coletivas, observam-se três condições para o seu desencadeamento: a anomia, o desejo de restauração social e o de modernização. Nessa última condição, o passado e o futuro se encontram. O primeiro pelo fato de que do passado são evocadas experiências de transformações sociais que, supostamente, servem de modelo para incentivar positivamente a ação das pessoas no tempo presente; o segundo pela razão de as pessoas aspirarem a uma vida melhor no futuro.

Percebemos, assim, que as pessoas, entendidas como atores sociais condicionados ao fenômeno sócio-histórico, encontram-se sempre limitadas a determinados valores decorrentes das circunstâncias de suas condições de vida. Os próprios valores, entretanto, no processo intermitente da dinâmica da vida, não permanecem à parte de alterações intermediadas no espaço-tempo em que as pessoas agem enquanto socialmente atuam, através das instituições.

AGIR – Para transformar valores e sistemas.
ATUAR – Para que valores e sistemas sejam reconhecidos como socialmente legítimos.

Ao pensar sobre suas condições concretas e sobre o seu agir, pessoas socialmente se movem e findam por atualizar princípios, criando e revitalizando idéias. Ao se modificarem, pessoas modificam também as estruturas sociais e os valores que, em seu âmbito, somos capazes de encontrar como regras de vida. Na dinâmica da modernização da vida social, verifica-se, assim, um conjunto de atualizações integradas das quais fazem partes todos os segmentos da cultura, como a tecnologia, os princípios e métodos, as diferentes visões de mundo, os modos de organizar instituições sociais (a família, a Igreja, a Educação e a saúde, entre todas as demais). Por fim, entendemos que, em tal movimento humano, pessoas são motivadas a agir na expectativa de alcançar melhorias nas suas condições estruturais de vida.

ATIVIDADE



2. O que são condutas coletivas?

- () Modo como um determinado conjunto de expressão sociocultural é manifestado por determinados grupos em seu dia-a-dia.
- () Maneira pela qual, organizacional e socialmente, as pessoas se conduzem para poder sobreviver.
- () Ações humanas limitadas pelo contexto sociocultural e histórico de determinadas representatividades, ao longo de suas circunstâncias de vida.

RESPOSTA

Caso você tenha marcado as três opções anteriores, está de parabéns, pois as três respostas são corretas. As condutas coletivas têm como princípio a forma pela qual as pessoas se conduzem nas diferentes esferas do mundo, de acordo com os seus valores apreendidos social e historicamente.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO

A Educação está vinculada à visão de mundo ensinada nas escolas. Nesse sentido, alia-se o conhecimento da ciência com os interesses econômicos, pois ninguém se educa para não entrar no mercado de trabalho, e este último é regido por uma série de competências que atendem às demandas da economia. Mas o espaço da escola é um espaço em que a socialização encontra-se inerente a essa capacitação profissional.

O espaço educacional é um espaço relacional. Logo, as práticas educacionais transpassam o preparo estritamente profissionalizante e atingem a formação humana, no seu sentido psicológico e em seu sentido ético. Neste último, a ecologia hoje faz parte do ensino, juntamente a questões das diferenças etnoculturais.

Dentro dessa perspectiva, aprendemos que o ensino hoje suscita uma nova forma de ver, perceber e significar a vida, conforme a seguinte visão de mundo:

- a) tolerância diante da diversidade étnica e cultural;
- b) pressupostos de igualdade sociocultural de forma irrestrita;
- c) a auto-sustentabilidade e a ecologia. Todos esses itens são como partes de um todo filosófico para a vida em comum no planeta.

Tal forma de se educar coaduna-se com os imperativos da nova ordem econômica mundial. Os modelos da Educação são, portanto, modelos ideológicos que nos direcionam a viver de uma forma e não de outra. Projeta-se, pelos modelos oferecidos na Educação, uma visão de mundo que se torna uma prática para o viver consensual. Através da Educação, aprendemos não somente a agir, mas, também, por que agir de tal forma e não de outra, acreditando que determinado paradigma tem um valor acima de outros e que, portanto, deve ser exaltado enquanto outros devem ser rechaçados.

Nesse sentido, entende-se facilmente que o mundo poderia ser organizado de diversas formas. Contudo, o modo de se produzir o mundo dentro de uma determinada dinâmica produtiva leva as pessoas a agirem num contexto específico, pois cada um acaba representando um papel social conforme a estrutura vigente. A dinâmica do mundo, por sua vez, reflete o agir humano e este, a visão de mundo de uma pessoa, dentro de suas competências aprendidas pela sua formação cultural da qual a escolarização tem o papel mais contundente. Disso tudo advém o fato de que a realidade palpável depende da ação de todos, na teia das relações humanas. Teia formada pela trama do conhecimento e, por conseqüência, da cultura que cada um torna-se capaz de produzir no espaço em que atua, no jogo da sobrevivência. Por fim, uma vez entendida tal dinâmica, em que a escola é o ambiente da ação para a construção da visão de mundo, entende-se não menos que a realidade pode ser atualizada pela construção da ação do nosso movimento no

mundo. Eis o que alguns vêm fazendo: agindo para transformar o mundo através de ações sociais e, no caso específico de determinados grupos, através de movimentos sociais. Nesse sentido, esses últimos vêm fazendo “escola” – isto é, nos ensinando a como agir para transformar realidades que não dão mais conta do que socialmente se vê por aí, em nossa injusta realidade mundana.

ATIVIDADE



3. Como a Educação se articula com as atividades da ação específica dos movimentos sociais?

COMENTÁRIO

Ao responder a essa pergunta, pense na Educação como um todo, em vez de pensar apenas na Educação vinculada à escola. No mais, não deixe de considerar a questão da visão e da leitura de mundo junto às questões da Educação e dos movimentos sociais, pois ambos são fatores pertinentes à reta conclusão de vínculo entre si, nas suas atividades práticas.

O TERCEIRO SETOR E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Alguns grupos vêm se unindo na tentativa de incentivar a realidade para seguir uma visão de mundo dentro daquela visão contemporânea de tolerância e auto-sustentabilidade. Na verdade, muitos desses grupos advêm do resultado dessa visão contemporânea, como prática de ações sociais possibilitadas sistematicamente pelo mercado atual, que articula, promove e empreende as atividades do Terceiro Setor. No âmbito das empresas, essas atividades vêm sendo veiculadas por um segmento, dentro da organização empresarial, denominado Responsabilidade Social.

As atividades do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social podem ser compreendidas como um tipo de movimento social institucionalizado e de natureza passiva, apesar de que suas ações possam vir a ser ativas em determinadas situações de denúncias de abuso de práticas associadas exclusivamente a vantagens de poder econômico. A área de atuação do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social situa três dimensões específicas para o alcance de melhorias para a vida. Essas dimensões são a econômica, a ecológica e a social; estas obviamente interligadas pelas atividades sociocultural e econômica.

A dimensão econômica se destaca pelas condições materiais do que, como e por que se produz o que vem sendo produzido pela mão humana. Na esfera ecológica, salienta-se a contínua destruição do planeta para se produzir o que vem sendo produzido e, por último, o escopo social se releva diante da desigualdade em todos os âmbitos – sociopolítico, econômico e cultural.

Podemos entender o fato de que a dinâmica do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social ter surgido como um movimento social advindo das camadas hegemônicas diante da necessidade do controle da miséria e da promoção da distribuição de novas oportunidades para a formalização de uma multiplicação de visão de mundo desejável. O Terceiro Setor e a Responsabilidade Social são incentivados por governos e empresas. O trabalho comunitário do Terceiro Setor e de empresas, através da Responsabilidade Social em determinados pólos miseráveis, revelou minimizar conflitos em algumas esferas. A filosofia das ações do terceiro setor e da Responsabilidade Social em diferentes camadas sociais caminha ao encontro das orientações pragmáticas difundidas pelas organizações majoritárias que governam no planeta. Nesse sentido, os movimentos sociais de natureza estritamente ativista, como o MST, se destacam pela sua autonomia de ação ciente de sua responsabilidade frente a ajustes fundamentais da prática democrática.

**ATIVIDADE**

4. Você separaria conceitualmente o terceiro setor da Responsabilidade Social? São ambos a mesma coisa?

COMENTÁRIO

Retome as Aulas 7 e 8 e descreva os pontos em que o Terceiro Setor difere da Responsabilidade Social. Não se esqueça de que esta última faz parte das atividades de uma empresa e de que o Terceiro Setor, não necessariamente. O Terceiro Setor funciona como uma empresa, mas, em princípio, não tem objetivos de lucro empresarial. Determinada atividade do terceiro setor pode nos revelar uma ideologia distinta da ideologia capitalista, cujo lucro é inerente ao empreendimento empresarial.

O PAPEL DA ONU

As interseções existentes entre os movimentos sociais, o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social decorrem de fundamentos comuns encontrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nota-se que essas três ações sociais, ou seja, os movimentos sociais, o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social, em sua interseção central, revelam-nos a filosofia dos Direitos Humanos como fundamento para a ação social. São as urgências socioeconômicas para o terceiro milênio que orientam as necessidades difundidas pela Organização das Nações Unidas. A formalização de novos paradigmas, através de programas voltados para auto-sustentabilidade econômica, legitima tanto a ação de movimentos sociais como as ações do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social. Por conta disso, salienta-se o desenrolar da Educação em todo o planeta. E, nesse sentido, a ONU, através do seu setor voltado para

o desenvolvimento da formação humana, a Unesco, vem multiplicando programas cujas idéias compõem uma visão de mundo baseada na tolerância e na difusão da importância da manifestação pluricultural; Visão em que a economia do planeta deve ser produzida de modo auto-sustentável, globalizado e mundializado cultural e ecologicamente. A escola continua, nesse sentido, como aparelho ideológico do Estado, pois as nações caminham para um direcionamento comum, a serviço da ordem que hegemonias destacam como sendo fundamental para o bem-estar do homem sobre o planeta. Todos os movimentos sociais se coadunam com a educação, pois mudar para um mundo mais igualitário, independente de ideologias, é preciso, caso se deseje que reinem a paz e a justiça na Terra. Além disso, mesmo que a escola seja um veículo de propagação ideológica do Estado, no seu espaço de relações, os seus agentes sociais são capazes de assegurar interesses acima da ordem dominante, desde que atendam aos princípios filosóficos e humanitários difundidos pela ONU. Se a prática desses princípios situa-se distante da sua teoria, cabe aos atores sociais resistirem e agirem para uma prática convergente à equidade idealmente desejada já há muito tempo por todos os movimentos que aspiraram, e continuam aspirando, por valores humanos mais dignos de serem mantidos sobre a face da terra.

ATIVIDADE



5. Recorra à Aula 9 e descreva três direitos humanos proferidos pela ONU. Explique por que você os escolheu, justificando sua importância no contexto da formação de movimentos sociais e/ou no desenvolvimento da Educação do nosso país.

COMENTÁRIO

Seria importante você pensar na resposta da Atividade 2 da Aula 9, e se esforçar nas suas escolhas.

CONCLUSÃO

O êxito dos movimentos sociais depende da competência, através da qual líderes provarão ser capazes de direcionar o descontentamento social manifestado por comunidades, assegurando a consistência moral do grupo. Depende, ainda, do carisma de atores sociais saberem mediar o agrupamento de pessoas por intermédio de uma significação comum diante de um mesmo tipo de sentimento de injustiça social.

Os movimentos sociais decorrem de insatisfações coletivas. Nessa direção, a escola reúne, em seu espaço físico, oportunidades para a manifestação de diferentes representatividades sociais expressarem e desenvolverem idéias que assegurem construções de mundo numa dinâmica multiplicadora da realidade tangível. Na escola, aprendemos o que falar, como agir e socialmente atuar. Por outro lado, os movimentos sociais sustentam necessariamente a defesa de melhorias sociais, erguida no desejo de transformações. Os movimentos sociais convergem para a Educação pelo fato de que esta, mesmo tendo que “re-produzir” o que é reconhecido institucionalmente, pode ser considerada como um ambiente aos empreendimentos coletivos, no estabelecimento de uma nova ordem de vida. Recordem, por exemplo, as propostas de Darci Ribeiro no que diz respeito à animação cultural e às escolas públicas de horário integral, onde diferentes comunidades foram estimuladas a se fazerem pensar o quê, como e por que se produzia o que era produzido em sua manifestação de vida, através de suas representações socioculturais, na expressão comunitária muitas vezes marginalizada pelo sistema econômico que distancia representatividades afastadas do poder do consumo. Tal prática, segundo Ribeiro (1997), revelou-se satisfatória para o desenvolvimento de três processos:

- O processo de construção de si mesmo, no qual se valoriza a auto-estima.
- O processo de aquisição de conhecimento, através de atividades culturais.
- O processo de intercâmbio cultural, através da socialização.

A auto-estima, as atividades culturais e a socialização estão presentes na prática escolar e na ação dos movimentos sociais. Em verdade, ao construir um movimento social, atores desenvolvem

e valorizam sua auto-estima pela sua ação no mundo que lhes nega algo que crêem ser deles por direito. Ao se organizarem socialmente, desenvolvem atividades culturais, através do que multiplicam conhecimentos tanto na ordem de regras cruciais para a organização em grupo como para a sua própria história de vida. Por fim, ao se socializarem, realizam um rico intercâmbio cultural diante do fato de que muitos desses membros se unem a diferentes representatividades socioculturais, desenvolvendo inevitavelmente a tolerância tão desejável em nossos dias de globalização mundializada. Assim, condicionadas à inquietação engendrada na insatisfação de um tipo de vida, pessoas podem muito se desenvolver socialmente, agindo na tentativa de realizar interesses, desejos e esperanças, construindo um novo esquema para o seu viver. Nisso, tanto a Educação formal quanto os movimentos sociais se coadunam, considerando o fato de que ambos são escolas para a construção de um mundo que exige, em sua manutenção, uma permanente atualização de tudo o que nele há.

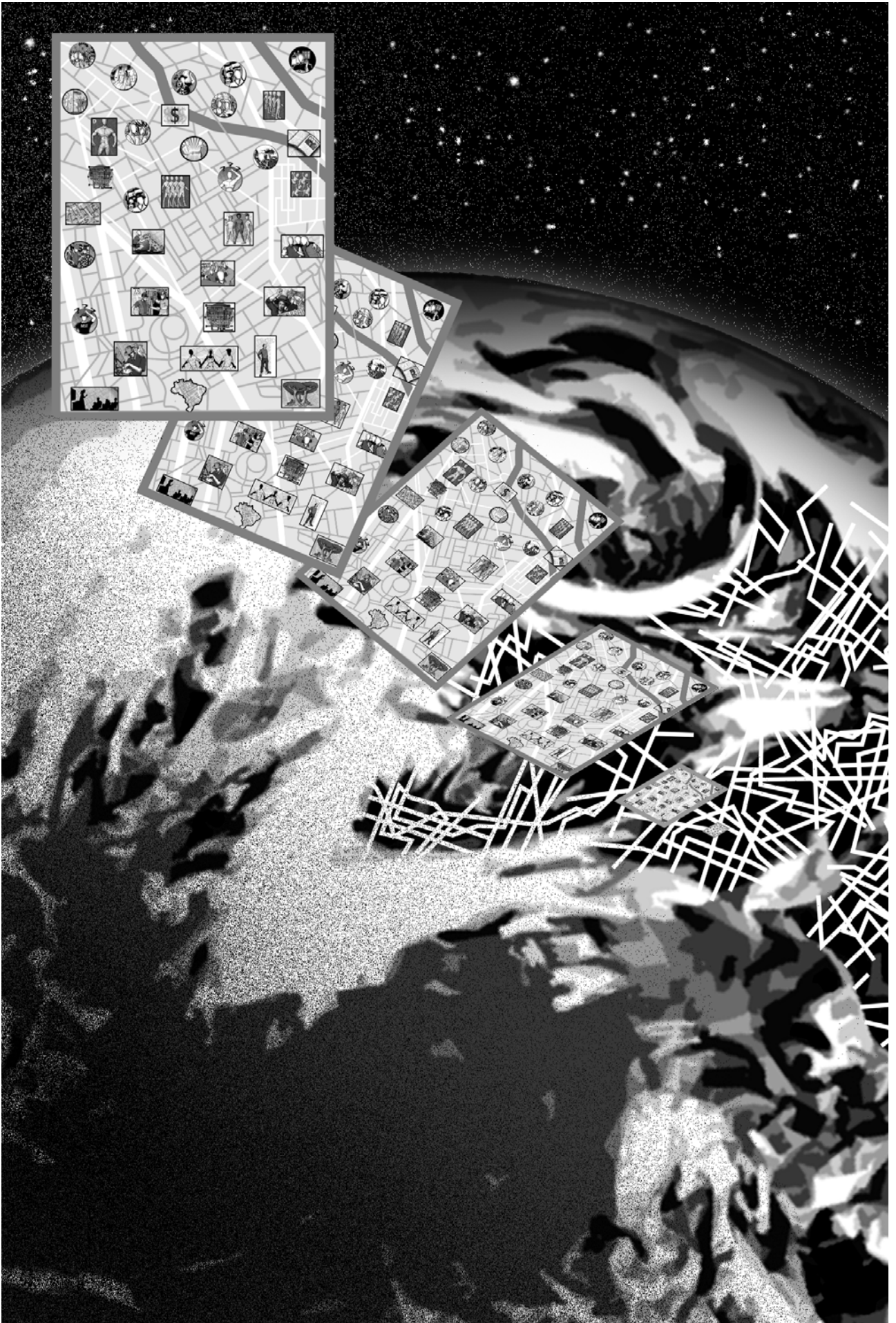
ATIVIDADE

6. Do ponto de vista sociológico, qual a importância dos movimentos sociais para a atualização do mundo?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

RESUMO

Os movimentos sociais podem ser categorizados de diversas formas como ordem, tipologia e estágio (ou fase) de sua constituição. As condutas humanas também são associadas aos movimentos sociais, uma vez que atores podem ser impulsionados à ação social por questões pessoais e sociais. Nesse sentido, há tanto um conjunto de condições estruturais favoráveis como determinadas condições sociais para a decorrência dos movimentos sociais, através do que o papel da Educação é fundamental, pois a escola é espaço formador e multiplicador de visão de mundo. A relação da Educação com os movimentos sociais é estreita, já que se entende o fato de que a própria escola, em sua dinâmica, é capaz de realizar movimentos que se assemelham à expressão dos movimentos sociais pela manifestação de comunidades, cuja ação pode fomentar transformações sociais que exigidas diante de um mundo exigente de atualizações prementes à mundialização. Nesse sentido, há um movimento internacional para um mundo socialmente mais igualitário, ainda que isto seja para atender a necessidades de um consumo globalizado.





AUTO-AVALIAÇÃO

Se conseguiu resolver todas as atividades – inclusive a recorrente à aula anterior – sem dificuldade, você está apto a passar para o estudo do próximo módulo. Parabéns! Não se esqueça de ter sempre em vista seu próprio aspecto crítico. Caso alguma dúvida permaneça, releia o conteúdo desta aula atentamente e discuta com seus colegas ou com seu tutor no pólo, se sentir necessidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você encontrará a parte introdutória do segundo módulo desta disciplina. Nele você terá a oportunidade de aprender os aspectos psicológicos que fundamentam a ação humana na direção dos movimentos sociais e sua pertinência com a Educação. Esses aspectos, bem como o aspecto do desejo e da afetividade e a identidade de atores (marginais ou não), fazem parte do discurso da Psicologia que se volta para a compreensão dos movimentos sociais e da Educação.

Movimentos Sociais e Educação

Referências

Aula 1

FORACCHI, Marialice M; MARTINS, José S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1990.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Economia como religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Aula 2

FORACCHI, Marialice M; MARTINS, José S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1990.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Economia como religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Aula 3

FORACCHI, Marialice Mercanin; MARTINS, José de Sousa. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1990.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

TOURRAINE, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mercanini; MARTINS, José de Sousa. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e a luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

SÉRIE FORMAÇÃO

O QUE queremos com as escolas dos assentamentos. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1995. (Série Formação; n. 18)

CALENDÁRIO histórico dos trabalhadores. 2.ed. Rio de Janeiro: MST, 1998 . (Série Formação; n. 19).

O MST e a Cultura. Rio de Janeiro: MST, 2000. (Série formação; n. 34)

SÉRIE CADERNOS DE EDUCAÇÃO

COMO fazer a escola que queremos. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1995. (Série cadernos de educação; n. 1)

ALFABETIZAÇÃO. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1998. (Série cadernos de educação; n. 2)

ALFABETIZAÇÃO de jovens e adultos: como organizar. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1998. (Série cadernos de educação; n. 3)

ALFABETIZAÇÃO de jovens e adultos: didática da linguagem. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1998. (Série cadernos de educação; n. 4)

ALFABETIZAÇÃO de jovens e adultos: didática da matemática. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1998. (Série cadernos de educação; n. 5)

COMO fazer a escola que queremos - planejamento. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1996. (Série cadernos de educação; n. 6)

JOGOS e brincadeiras infantis. 2.ed. Rio de Janeiro: MST, 1997. (Série cadernos de educação; n. 7)

PRINCÍPIOS da educação no MST. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1998. (Série cadernos de educação; n. 8)

COMO fazemos a escola de educação fundamental no MST. Rio de Janeiro: MST, 1999. (Série Cadernos de Educação; n. 9)

BOLETINS do MST

COMO deve ser uma escola de assentamento. Rio de Janeiro: MST, 1992. (Boletim MST, n. 1).

COMO trabalhar a mística do MST com as crianças. 1993. (Boletim MST, n. 2).

Boletim n. 3 - Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos. 1993.

Boletim n. 4 - Escola Trabalho e Cooperação. 2.ed.: 1995.

Boletim n. 5 - O trabalho e a coletividade na educação - Anton Makarenko. 1995.

Boletim n. 6 - O desenvolvimento da educação em Cuba. 1995.

Coleção FAZENDO HISTÓRIA

A COMUNIDADE dos gatos e O dono da bola. Rio de Janeiro: MST, 1995. (Coleção Fazendo História; n. 1).

ZUMBI comandante guerreiro. Rio de Janeiro: MST, 1995. (Coleção Fazendo História; n. 2).

A HISTÓRIA de uma luta de todos. Rio de Janeiro: MST, 1996. (Coleção Fazendo História; n. 3)

MOBILIZAÇÕES infantis do MST. Rio de Janeiro: MST, 1999. (Coleção Fazendo História; n. 4).

Coleção FAZENDO ESCOLA

ESCOLA itinerante em acampamentos do MST. Rio de Janeiro: MST, 1998. (Coleção Fazendo Escola; n. 1)

MOBILIZAÇÕES infantis do MST. Rio de Janeiro: MST, 1999. (Coleção Fazendo Escola; n. 2)

CONSTRUINDO o caminho. Rio de Janeiro: MST, 1999. (Coleção Fazendo Escola; n. 3).

Coleção PRA SOLETRAR A LIBERDADE

NOSSOS valores. Rio de Janeiro: MST, 2000. (Coleção pra soletrar a liberdade; n. 1).

LIVROS publicados por editoras fora do MST

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento*: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogia do movimento dos sem terra*: escola é mais do que escola na... Petrópolis: Vozes, 1999.

MATERIAIS PARA AS CRIANÇAS

ÁLBUM Seriado: como deve ser uma escola de assentamento. Rio de Janeiro: MST, 1994.

PLANTANDO cirandas: fita e livreto de canções infantis. Rio de Janeiro: MST, 1994.

ENSINO de 5ª a 8ª séries em áreas de assentamento: ensaiando uma proposta. Rio de Janeiro: MST, 1995.

CADERNO Brilho de quem faz a luta: peças teatrais. Rio de Janeiro: MST, 1995.

CADERNO de orientação para monitores de educação de jovens e adultos. Estado do Paraná. 1996.

ARTE em Movimento. 3.ed. Rio de Janeiro: MST, 1999. CD.

CADERNO Estórias de Rosa. Encarte - Estórias de Rosa: Trabalho infantil. Rio de Janeiro: MST, 1998.

CADERNO o Brasil que queremos: resultado do 1º Concurso Nacional de Redações e desenhos, para estudantes do MST. Rio de Janeiro: MST, 1999.

PLANTANDO cirandas: CD, fita e livreto com canções infantis, Rio de Janeiro: MST, 2000. (versão atualizada).

CADERNO subsídio Brasil, quantos anos você tem? Rio de Janeiro: MST, 2000.

CADERNO Feliz Aniversário MST: 1984 –1999: resultado do 2º Concurso nacional para escolas e os estudantes do MST. Rio de Janeiro: MST, 2000.

CADERNO de Ensino Religioso: ocupando a Bíblia. Rio de Janeiro: MST, 2000.

Aula 7

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

SETOR 3: o terceiro setor em rede. Disponível em: < www.Setor3.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2004.

Aula 8

UNITED Nations. Unesco. Disponível em: <www.un.org/unesco>. Acesso em: 15 dez. 2004.

Aula 9

HUMAN Rights. Disponível em: <www.un.org/rights>. Acesso em: 02 dez. 2004.

MEIO Ambiente. Desenvolvimento sustentável: responsabilidade social. *Jornal do Brasil*, JB Ecológico, ano 3, n. 33, out. 2004.

RITS: rede de informação para o terceiro setor. Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 02 dez. 2004.

UNITED Nations. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 02 dez. 2004.

RIBEIRO, Cláudio. *Animação cultural*: princípios fenomenológicos e ação prática. Rio de Janeiro: Velocípede, 1997. 55p.

ISBN 85-7648-126-X



9 788576 481263



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação

